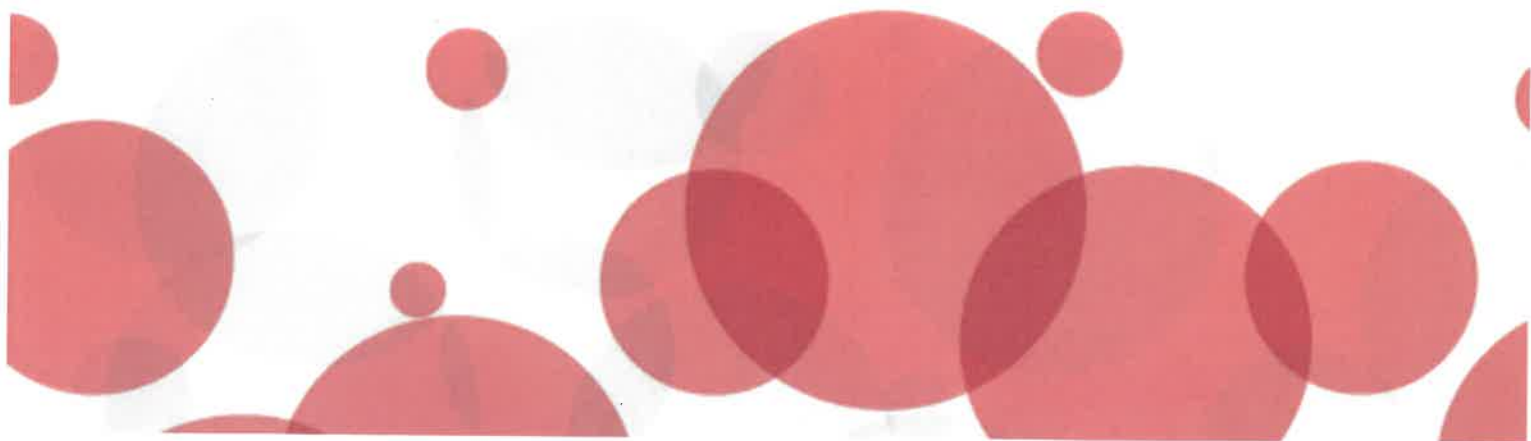




7
EP
B.
N
8.

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO DE 2024



RELATÓRIO DE GESTÃO
EXERCÍCIO DE 2024

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a large '7' and various initials.

APROVAÇÃO

Pela Câmara Municipal em reunião de 15 de abril 2025

Pela Assembleia Municipal em sessão de 23 de abril de 2025

APROVADO PELO TRIBUNAL DE CONTAS

Por acórdão de ____ de ____ de 2025

(S/ ofício nº _____, de ____ de ____ de 2025

Emolumentos de € _____, _____, pagos em ____/____/2025,
pela ordem de pagamentos nº _____

REUNIÃO DE: 17 de abril de 2025

DELIBERAÇÃO Nº _____

Índice

MENSAGEM DO PRESIDENTE	4
I – INTRODUÇÃO	4
CONTEXTO ECONÓMICO	4
II – PRIORIDADES ESTRATÉGICAS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	8
1 – Estrutura Organizativa do Município	8
2 - Participações do Município do Peso da Régua	9
DIVISÃO DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS	16
DIVISÃO DE PLANEAMENTO, DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E GESTÃO DO TERRITÓRIO	20
DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E EQUIPAMENTOS	31
DIVISÃO ADMISTRATIVA E FINANCEIRA	60
III – REPORTING FINANCEIRO	72
1 – Processo Orçamental	73
1.1 – Execução Orçamental	74
1.1.1 – Resumo do Orçamento – Inicial e Final:	74
1.2 – Execução Orçamental da Receita	75
1.3 – Execução Orçamental da Despesa	79
1.3.1 – Evolução Orçamental da Despesa	80
1.4 – Execução das GOP's	81
1.4.1 – Evolução das GOP's	82
2 – Processo Económico-Financeiro	82
2.1 – Estrutura do Ativo	83
2.2 – Estrutura do Passivo	83
2.3 – Estrutura das Dívidas de Terceiros c/prazo:	84
2.4 – Estrutura do Património Líquido:	84
2.5 – Estrutura dos Rendimentos:	84
2.6 – Estrutura dos Gastos:	85

2.7 – Principais Indicadores de Desempenho Económico:.....	85
3 – Endividamento Municipal	86
4 –Declarações Pagamentos e recebimentos em atraso.....	88
IV – Proposta de aplicação de resultados.....	88
OUTROS ANEXOS	89
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 2024.....	91

Handwritten notes and signatures in the right margin, including a large signature and the initials "EP".

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O Relatório de Gestão, referente ao ano 2024, reflete os resultados das políticas públicas, transversais a diversas áreas de atuação, levadas a cabo pelo Executivo e aprovadas pela Assembleia Municipal.

Em 2024, o trabalho ficou condicionado pela derrocada do muro na Avenida do Douro e a necessidade de se garantir o financiamento necessário para a resolução do problema.

A dificuldade de execução do atual Quadro Comunitário de Apoio também condicionou fortemente o trabalho previsto.

Há, no entanto, resultados à vista, que garantem qualidade de vida aos Reguenses.

A rede de transportes urbanos é um marco, tal é a melhoria introduzida no quotidiano das pessoas.

Ao longo do ano, verificou-se o crescimento progressivo da procura deste meio de transporte público urbano que contribui para a melhoria da qualidade de vida dos munícipes, facilitando o acesso a empregos, educação, lazer e serviços essenciais. Simultaneamente, verificou-se a diminuição da pressão de tráfego rodoviário na malha urbana.

Por outro lado, a intervenção levada a cabo na Av. Dr. Manuel de Arriaga garante maior conforto e segurança a quem circula nesta artéria da cidade.

Em 2024, mantivemos a organização de eventos prestigiantes, em parceria com entidades locais e nacionais, que contribuíram para o incremento da economia local e regional, tendo reforçado a competitividade do concelho.

A habitação é outra área onde os resultados evidenciam um trabalho de intervenção social, planeado em função das famílias com poucos recursos financeiros e com as condições habitacionais comprometidas.

Cumprimos um trabalho transversal, âncora do desenvolvimento do nosso território!

I – INTRODUÇÃO

CONTEXTO ECONÓMICO

As projeções do Banco de Portugal apontavam para uma aceleração da atividade no final de 2024 e para um aumento temporário da inflação no quarto trimestre, prevendo-se uma aceleração do PIB "para um crescimento em cadeia de 0,7% no final do ano, após um crescimento de 0,2% no segundo e terceiro trimestres de 2024". A aceleração projetada para o quarto trimestre deveu-se ao maior dinamismo do consumo privado e à recuperação esperada das exportações, traduzindo o aumento do rendimento



disponível e o comportamento da procura externa.

Por outro lado, a inflação diminuiu para 2,3% no terceiro trimestre, após um incremento no segundo trimestre, e situou-se em 2,7% em novembro. A recente volatilidade da inflação resultou, principalmente, de efeitos pontuais sobre os preços dos serviços de alojamento. No quarto trimestre, a inflação prevista foi de 2,7%, em parte refletindo os efeitos nos preços dos bens energéticos, e irão manter-se em valores em torno de 2% ao longo de 2025.

Em 2024, o crescimento económico sustentou-se sobretudo no consumo, com um contributo de 1 pp em 1,7%. O contributo do investimento resultou nulo em 2024, esperando-se positivo em 2025–26. O contributo das exportações de bens e serviços diminuiu em 2024 — após os valores elevados de 2023, ainda influenciados pela retoma pós-pandemia dos serviços — mas prevê-se que recupere gradualmente, em linha com o comportamento esperado da procura externa.

Com efeito, em 2024, o rendimento disponível real regista um aumento historicamente elevado, que se traduz numa aceleração do consumo privado e numa subida da poupança, verificando-se que o rendimento disponível real aumentou 7,1% e o crescimento de 3% do consumo privado. A aceleração do rendimento disponível resulta do maior contributo das transferências recebidas pelas famílias, designadamente as pensões e dos rendimentos de empresas e propriedade (englobando a remuneração do trabalho independente, receitas líquidas de juros, dividendos, rendas, entre outros), bem como pelo contributo da redução dos impostos.

As taxas de juro mais elevadas em 2024 conduziram as famílias a adiar o consumo, a reduzir empréstimos e a gerar poupança. A evolução da confiança, apesar de ter melhorado, permanece em valores baixos face ao dinamismo do rendimento disponível real. Efetivamente, o surto inflacionista implicou uma redução do poder de compra dos ativos financeiros líquidos detidos pelas famílias, em particular das que possuem maiores rendimentos, o que poderá ter também estimulado a poupança no período recente para aumentar o valor real desse património.

Por outro lado, o investimento deverá recuperar dinamismo em 2025–26 com a melhoria das condições financeiras e das perspetivas globais e o estímulo dos fundos europeus já que, em 2024, o investimento empresarial e das famílias em habitação foram penalizados pela restritividade das condições financeiras e pela baixa confiança. A situação tende a melhorar em 2025–27 refletindo a redução adicional das taxas de juro, prevendo-se que o investimento público acelere em 2025–26 com a maior execução esperada dos fundos europeus e se registre redução em 2027, pela conclusão do PRR.

Para o período de 2025–27 projeta-se um crescimento do consumo privado mais em linha com o do rendimento disponível real, que desacelera refletindo um menor crescimento dos salários e do emprego e a dissipação dos efeitos das medidas orçamentais, prevendo-se que a taxa de poupança estabilize em valores ligeiramente acima de 11%.

O emprego deverá continuar a crescer, mas com um perfil de desaceleração. No período pós-pandemia, o crescimento do emprego resultou, em larga medida, da contratação de mão-de-obra estrangeira, que permitiu sustentar o dinamismo da atividade económica, compensando o impacto do envelhecimento da população de nacionalidade portuguesa, visível numa menor entrada de jovens no mercado de trabalho.

A inflação deverá continuar em queda e fixar-se em valores próximos de 2% em 2025–27, mantendo-se as pressões sobre os preços dos serviços superiores às dos bens e a inflação da área do euro continuará a diminuir em 2025, estabilizando em torno de 2,0% até 2027.

A atividade na área do euro deverá acelerar gradualmente, beneficiando da redução das taxas de juro, da recuperação do poder de compra das famílias e da robustez do mercado de trabalho.

As taxas de juro de curto prazo deverão continuar a diminuir, de forma mais rápida e em maior expressão, prevendo-se que a Euribor a 3 meses registe uma descida de 1,4 pp em 2025, para 2,1%, com uma relativa estabilização nos anos seguintes. Ao longo do horizonte de projeção, a taxa de juro implícita na dívida pública portuguesa aumenta gradualmente, de 2% em 2023 para 2,6% em 2027. Esta evolução reflete a substituição de dívida emitida no passado a taxas de juro inferiores às das atuais emissões, bem como o aumento das necessidades de financiamento líquidas por via da deterioração da situação orçamental.

Persistindo o contexto de incerteza, com a evidente dificuldade na recuperação do poder de compra das famílias e dos sérios constrangimentos à alavancagem das empresas, fortemente influenciados pela escassez dos fatores de produção sujeitos a importação, a retoma económica não encontra tréguas. Os municípios vão tendo o papel fundamental de zelar pelo seu território e suas gentes, de forma a mitigar as dificuldades sentidas diariamente e, em simultâneo, garantir que as principais valências vão sendo executadas, de modo a dotar as famílias e empresários de mais e melhores condições de vida, no concelho e região.

Assim, este Relatório de Gestão traduz, embora de forma sucinta, a execução das Grandes Opções do Plano Plurianual de Investimentos e do Orçamento do ano financeiro de 2024, refletindo um conjunto de resultados, que permite a verificação do grau de eficácia da afetação dos recursos aos objetivos realizados.

O trabalho deste Executivo Municipal está parametrizado em função da coesão territorial, da competitividade e da sustentabilidade da cidade e do concelho. A continuação da reabilitação do Hospital D. Luiz I, da recuperação do Balneário Termal das Caldas do Moledo e da requalificação da Av. ^a Dr. Manuel de Arriaga marcaram o ano em análise. Estas são obras de referência, fundamentais para a revitalização da economia local e para o incremento da qualidade de vida da população. Acresce o compromisso na área da habitação, com o objetivo de consolidar uma resposta social, que proporcione o acesso a uma habitação digna às famílias mais carenciadas do concelho.

Sabemos qual é o nosso papel na política regional, que deve ser transversal a todos os Municípios que integram o Douro, para estrategicamente consolidarmos a posição meritória de quarto destino turístico de

preferência em Portugal, mas, sobretudo, para ganharmos força reivindicativa nas questões fulcrais para cada concelho e para a região no seu todo. O trabalho tem-se centrado na criação de oportunidades que coincidem com a criação de emprego, a consequente fixação da população e o aumento do fluxo de turistas, na certeza de que o retorno económico ganhará amplitude a nível da economia local.

Consideramos que o planeamento estratégico, adequado às necessidades reais da população, tem permitido consolidar o investimento e fazer de Peso da Régua, um território competitivo.

Estamos certos de que o melhor está para vir!

II – PRIORIDADES ESTRATÉGICAS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

1 – Estrutura Organizativa do Município

Assembleia Municipal - Órgão deliberativo

De acordo com o definido na Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a Assembleia Municipal do Peso da Régua, órgão de natureza deliberativa do Município, é constituída por 29 elementos, 21 dos quais eleitos diretamente nas eleições para o respetivo Órgão aos quais se juntam os 8 Presidentes de Juntas de Freguesia e União de Freguesias.

Mesa da Assembleia – Órgão Deliberativo

Presidente da Assembleia Municipal - Artur José Montenegro Soveral Freire de Andrade

1º Secretário - Júlio Alfredo Mota

2º Secretário - Paula Manuel Pereira Correia dos Santos

Câmara Municipal - Órgão Executivo

Nos termos da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a qual vem estabelecer o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias, a composição da Câmara Municipal (em virtude de estar no intervalo entre 10.000 e 50.000 eleitores) é de 1 Presidente e 6 Vereadores.

Presidente

José Manuel Gonçalves (PSD)

- Planeamento e Obras Públicas;
- Fundos Comunitários;
- Educação;
- Finanças Municipais;
- Proteção Civil;
- Urbanismo e Obras Particulares;
- Recursos Humanos;
- Desenvolvimento Rural.

Vereadores

Maria José Fernandes Lacerda (PSD)

- Cultura;
- Saúde, Bem-estar e Qualidade de Vida.

Eduardo Jorge Ribeiro Pinto (PSD)

- Economia Local, Inovação e Empreendedorismo;
- Serviços Urbanos e Ambiente;
- Mobilidade, Transportes e Segurança Rodoviária;
- Energia;
- Coesão Social;



- Licenciamento e Fiscalização.

Rui Filipe dos Anjos Teixeira (PSD)

- Desporto e Juventude;
- Modernização Administrativa;
- Comunicação e Imagem;
- Turismo e promoção do território;
- Assuntos Jurídicos.

Manuel da Costa Monteiro (PS)

Ana Luísa Couto Almeida dos Santos (PS)

António Jorge de Sousa Pereira (PS)

2 - Participações do Município do Peso da Régua

Participações Societárias em 31 de dezembro de 2024

▪ Águas do Norte

A Águas do Norte, S.A. foi constituída pelo [Decreto-Lei n.º 93/2015](#), de 29 de maio, mediante a agregação das empresas Águas do Douro e Paiva, S.A., Águas do Noroeste, S.A., Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A. e SIMDOURO – Saneamento do Grande Porto, S.A., integradas no Grupo Águas de Portugal. Em sequência, foi-lhe atribuída, pelo Estado Português, em regime de exclusivo, a concessão da exploração e da gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal, pelo prazo de trinta anos.

O Município do Peso da Régua detinha uma participação social de 1,67% na empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A. até 31 de julho de 2015.

A 1 de agosto de 2015, com a criação da Empresa Águas do Norte, o município passou a deter 0,42% do capital, no valor de 467.528,00€.

▪ Águas do Interior – Norte, EM, SA.

A Águas do Interior – NORTE, EM, SA., foi constituída em 15 de novembro de 2019, ao abrigo da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação, pelos Municípios de Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo e Vila Real.

Por força dos seus estatutos, a Águas do Interior – NORTE, EM, SA., é uma empresa encarregue da gestão de serviços de interesse geral, tendo, neste âmbito a ela competido a gestão dos serviços municipais de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas nos Municípios de Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo e Vila Real.

Nos termos do disposto no artigo 17.º do Decreto-lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, a delegação destes



serviços é regulada através de um contrato de gestão delegada, celebrado entre os Municípios de Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo e Vila Real e a Águas do Interior – NORTE, EM, SA.

A Águas do Interior – NORTE, EM, SA., assume-se como uma empresa local, de natureza intermunicipal, sob a forma de sociedade comercial anónima, de capitais exclusivamente públicos, sendo a totalidade do seu capital detida por entidades públicas. Goza de personalidade jurídica, é dotada de autonomia administrativa, financeira, patrimonial e de independência orçamental. É representada pelo seu Presidente do Conselho de Administração, Eng.º Carlos Manuel Gomes Matos da Silva, e pelo Vogal do Conselho de Administração, Dr. José Manuel Gonçalves, igualmente com poderes necessários para o efeito ao abrigo dos Estatutos da Empresa.

Pelo Contrato de Gestão Delegada, os Municípios delegam na Empresa a prestação tendencialmente universal nos territórios dos Concelhos dos Municípios participantes, dos seguintes serviços de interesse geral, nos termos previstos no artigo 2.º do Decreto-lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, na sua atual redação:

1. Abastecimento público de água para consumo humano;
2. Saneamento de águas residuais urbanas.

Os serviços referidos no parágrafo anterior incluem a valorização de subprodutos resultantes daquelas atividades, nomeadamente a disponibilização de águas residuais tratadas aptas a novas utilizações.

A exploração e gestão destes sistemas municipais consubstanciam serviços de interesse geral devendo reger-se pelos princípios orientadores previstos no artigo 46.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação, que estabelece o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, bem como pelos seguintes princípios gerais, em consonância com o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, na sua atual redação:

1. A promoção tendencial da sua universalidade e garantia de igualdade no acesso;
2. A garantia da qualidade do serviço e da proteção dos interesses dos utilizadores;
3. O desenvolvimento da transparência na prestação dos serviços;
4. A proteção da saúde pública e do ambiente;
5. A garantia da eficiência e melhoria contínua na utilização dos recursos afetos respondendo à evolução das exigências técnicas e às melhores técnicas ambientais disponíveis;
6. A promoção da solidariedade económica e social, do correto ordenamento do território e do desenvolvimento dos Municípios que integram a Empresa.

O Município do Peso da Régua detém 14,55% da AdIN.



▪ **Fundo de Apoio Municipal**

O Fundo de Apoio Municipal (FAM) é um mecanismo de recuperação financeira dos municípios portugueses, mediante a implementação de medidas de reequilíbrio orçamental, de reestruturação da dívida e, subsidiariamente de assistência financeira.

O FAM foi inicialmente previsto no RFALEI, vindo posteriormente a ser regulamentado através da Lei nº 53/2014, de 25 de agosto. Em linhas gerais, esta Lei prevê a criação de um Fundo, constituído por um capital social de 650 milhões de euros, repartido entre o Estado (50%) e os municípios, tendo como objetivo prestar o apoio necessário aos municípios em situação de desequilíbrio financeiro, conduzindo-os a uma trajetória de recuperação através da implementação de medidas de reequilíbrio orçamental, de redução da dívida e, quando necessário da assistência financeira.

A realização do capital social do FAM tem vindo a ser efetuada, desde junho de 2015, em prestações semestrais, estando prevista a sua realização no prazo de sete anos, sendo as correspondentes unidades de participação remuneradas, mediante a valorização obtida pelo fundo, através de aplicações financeiras e dos juros dos empréstimos de assistência financeira concedidos, cuja valorização se encontra consubstanciada nos resultados apurados anualmente.

Após a conclusão do período de realização de capital, o FAM poderá proceder ao resgate das unidades de participação, reembolsando o capital investido pelo Estado e pelos municípios à medida que os empréstimos de assistência financeira forem sendo amortizados pelos municípios aderentes aos programas de ajustamento.

Com a entrada em vigor do Orçamento do Estado para 2018, foi alterado o artigo 19.º da Lei nº 53/2014, de 25 de agosto, através da qual a subscrição do capital social do FAM foi alterada por redução dos montantes anuais a realizar pelo Estado e pelos municípios, para um montante total de 417.857.175€.

A subscrição de capital do FAM do município do Peso da Régua é 0,08% no valor de 353.574€.

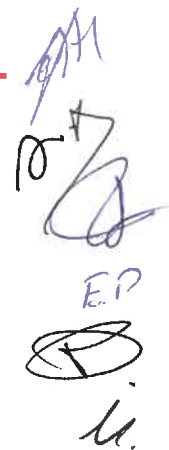
Participações Não Societárias em 31 de dezembro de 2024

▪ **Associação Nacional de Municípios Portugueses**

A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) foi criada a 22 de fevereiro de 1985, e tem por objetivo a representação e defesa dos Municípios Portugueses, perante os órgãos de soberania e perante as organizações nacionais ou internacionais.

Desenvolve projetos com vista ao acompanhamento do Poder Local, promove a troca de experiências e o intercâmbio de informação entre os seus membros, para além de disponibilizar meios de ação técnico-jurídica para os Municípios associados.

▪ **Associação de Municípios do Vale do Douro Norte**



Constituída a 25 de outubro de 1990 pelos Municípios de Alijó, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião e Vila Real, a Associação de Municípios do Vale do Douro Norte surgiu de a necessidade destes Municípios coordenarem ações de desenvolvimento sustentável na Região. Neste sentido, gere iniciativas intermunicipais em todo o território da Associação, das quais se destaca a Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos.

- **Associação de Municípios Portugueses do Vinho**

Com o objetivo de promover e valorizar os vinhos e as regiões de origem, foi constituída em 2007 a Associação de Municípios Portugueses do Vinho (AMPV).

Atualmente com 71 Municípios associados, a AMPV tem desenvolvido contatos com o Ministério da Agricultura, o Instituto do Vinho e do Turismo de Portugal entre outras entidades do setor para que, atuando em conjunto, sejam desenvolvidas estratégias de promoção do produto de acordo com as especificidades de cada Concelho.

A AMPV propõe a formulação de linhas orientadoras de ação que consubstanciam a cooperação e a partilha de experiências entre Municípios que representam as regiões demarcadas de produção de vinho de qualidade.

- **Associação do Douro Histórico**

Criada em 1991, a Associação do Douro Histórico nasceu da tomada de consciência, por parte dos agentes locais da Região do Alto Douro, privados e públicos, de que o processo de desenvolvimento rural foi e é uma necessidade emergente, e que com uma iniciativa dinâmica, enraizada na sociedade local, feito com as pessoas, pelas pessoas e para as pessoas, poderia vir a ser desenvolvido.

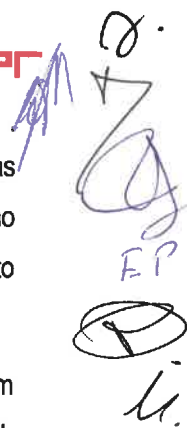
De entre as atividades desenvolvidas, sobressai a gestão dos fundos comunitários que visam apoiar projetos de desenvolvimento rural na procura da melhoria da qualidade de vida através do reforço do sistema produtivo, da capacidade de iniciativa e de empreendedorismo, a valorização e diversificação da atividade económica local, a preservação e valorização do património construído, natural e cultural.

- **Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico**

Criada e sediada em Lamego, a 22 de junho de 1988, a Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico visa, essencialmente, a preservação e conservação dos centros históricos dos aglomerados urbanos, promovendo a sua dinamização, contribuindo, assim, para o bem-estar das populações que deles desfrutam e usufruem.

A Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico, em colaboração com os Municípios, promove ações de divulgação cultural e proteção de locais que são da maior importância nacional e de indiscutível interesse público.

- **Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos do Douro**



A Associação Ibérica de Municípios Ribeirinhos do Douro (AIMRD) surge da vontade de diversas localidades, situadas nas margens deste rio, em criar um órgão capaz de se ocupar da cooperação transfronteiriça entre Espanha e Portugal, assim como de tentar alcançar a consecução de um projeto económico e ecológico comum.

Os primeiros passos da Associação remontam ao protocolo assinado em 12 de fevereiro de 1993, em Valladolid, pelos Municípios de Covalada, Aranda de Duero, Roa, Penafiel, Laguna de Duero, Valladolid, Toro, Zamora, e as Câmaras Municipais de Miranda do Douro, Torre de Moncorvo, Peso da Régua, Castelo de Paiva, Penafiel, Vila Nova de Gaia e Porto.

A AIMRD tem como objetivos principais: promover a elaboração de um projeto de desenvolvimento integral cujo centro seja o rio Douro, com as suas inúmeras potencialidades, e que abranja a área das câmaras municipais ribeirinha; impulsionar a adoção de um compromisso ecológico, cuja finalidade consista na defesa do rio Douro, essencial para a vida das povoações ribeirinhas; denunciar e tratar de impedir possíveis atentados ecológicos; desenvolver programas que melhorem e potenciem a atividade dos seus sócios, nomeadamente no âmbito das infraestruturas e dos serviços especializados; promover e defender os interesses dos seus associados para conseguir o desenvolvimento integral da área geográfica do Douro, para além de melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes.

▪ **Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2**

Composta pelos Municípios de Chaves, Vila Pouca de Aguiar, Vila Real, Santa Marta de Penaguião, Peso da Régua, Lamego, Castro Daire, Viseu, Tondela, Santa Comba Dão, Penacova, Vila Nova de Poiares, Góis, Pedrogão Grande, Sertã, Lousã, Vila de Rei, Sardoal, Abrantes, Ponte de Sor, Mora, Montemor-o-Novo, Viana do Alentejo, Castro Verde, Aljustrel, Almodôvar, Loulé, São Brás de Alportel e Faro foi constituída a 5 de novembro de 2016. Tem como objetivo principal o desenvolvimento turístico e a promoção económica e cultural dos Municípios que são atravessados pela Estrada Nacional 2 (EN2).

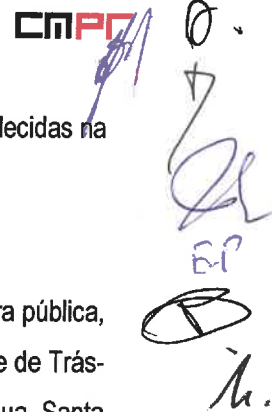
▪ **Comunidade Intermunicipal do Douro**

Constituída por escritura pública, pelos 19 Municípios da NUT III Douro, a 15 de janeiro de 2009, tem como principais objetivos: a participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, através dos fundos comunitários; a articulação dos investimentos municipais e de interesse intermunicipal; promoção do planeamento e da gestão estratégica de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido.

▪ **Fundação Museu do Douro**

A Fundação Museu do Douro foi criada a 23 de março de 2006, pelo Decreto-Lei nº 70/06. É uma instituição de direito privado e utilidade pública, dotada de personalidade jurídica.

A Fundação tem como objetivo principal a promoção de atividades culturais, que dignifiquem e publiquem a Região do Douro, cabendo-lhe a instalação, a manutenção e a gestão do Museu da Região do Douro,



criado pela Lei nº 125/97, de 2 de dezembro, bem como a concretização das atribuições estabelecidas na referida lei.

- **Douro Alliance**

A Associação de Municípios “Douro Alliance - Eixo Urbano do Douro” foi constituída por escritura pública, a 10 de julho de 2009, pelos Municípios do Peso da Régua, Lamego e Vila Real, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, pela Associação Comercial e Industrial dos Concelhos do Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião e Mesão Frio, assim como pela Associação Comercial e Industrial de Vila Real, Associação Empresarial de Lamego e, ainda, pela NERVIR - Associação Empresarial.

O objetivo comum é a criação de uma plataforma de diálogo, partilha e cooperação entre cidades, desenvolvendo uma identidade regional forte, em torno de uma estratégia comum que possa reverter em benefícios partilhados. Com o desenvolvimento das ações previstas na candidatura “Douro Alliance”, procuraremos encontrar estratégias e aproveitar sinergias para a implementação e consolidação de projetos, cujos efeitos se farão sentir, não apenas em Vila Real, Peso da Régua e Lamego, mas também em toda a Região do Douro.

- **Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular**

Constituída pelas 34 principais cidades do Norte de Portugal e da Galiza, a Associação Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular surgiu a 1 de abril de 1992, com o objetivo de desenvolver tecnológica, social, cultural e cientificamente as cidades que a integram, promovendo uma cultura de coesão no território comum.

Com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável da região transfronteiriça, o Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular realiza estudos e projetos (principalmente os que apresentem possibilidade de cofinanciamento estatal, comunitário ou internacional) que visem formas de relacionamento entre agentes, estruturas e entidades públicas e privadas.

- **Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal**

Pessoa coletiva de direito público de âmbito territorial, dotada de autonomia administrativa, financeira e património próprio, foi criada para gerir a área regional de turismo coincidente com o território da NUT II Norte, com estatutos aprovados pela Portaria nº 1039/2008 de 13 de outubro e de acordo com a deliberação nº 358 tomada em Reunião de Câmara de 9 de dezembro de 2008.

- **A Federação Portuguesa do Caminho de Santiago**

Em maio de 2019, foi criada a Federação Portuguesa do Caminho de Santiago, projeto que já vinha sendo desenvolvido desde 2015 por vários parceiros fundadores, com os apoios respetivos do Turismo de Portugal e Direção Geral de Património Cultural.

A Federação Portuguesa do Caminho de Santiago resultou da necessidade de existência de uma organização que permitisse a concertação de todas as matérias relacionadas com os Caminhos de

Santiago em Portugal, associando à volta deste projeto os Municípios, Associações de Peregrinos e todas as Instituições privadas ou públicas relacionadas com esta temática.

A Federação Portuguesa do Caminho de Santiago tem como principais responsabilidades servir de plataforma de comunicação com as entidades nacionais (Turismo, Cultura, Igreja e Associações) e internacionais, através da Federação Europeia dos Caminhos de Santiago, Fundação Xacobeo e Instituto Cultural do Conselho da Europa; proceder à promoção dos Caminhos Portugueses de Santiago a nível nacional e internacional; organizar eventos e seminários relacionados com a temática dos Caminhos de Santiago e ainda, tendo em vista o atual DL 52/2019 apoiar os procedimentos para as respetivas certificações dos Caminhos de Santiago Portugueses, assim como a Certificação como Itinerários Culturais Europeus.

Handwritten notes and signatures in the right margin, including a large signature, the letters "EP", a circled "D", and the number "4".

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



DOPSU

DIVISÃO DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS



DIVISÃO DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS

SETOR DE OBRAS PÚBLICAS

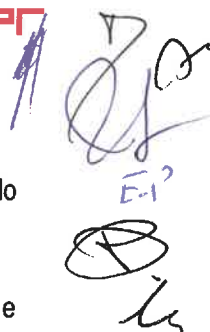
Ao setor de Obras Públicas compete, essencialmente, coordenar e gerir todas as tarefas inerentes à organização e elaboração dos processos de concurso de empreitadas de obras públicas e, também, coordenar e gerir a fiscalização das empreitadas de obras públicas adjudicadas pela Câmara Municipal.

Nesse âmbito, durante o ano de 2024, decorreram as empreitadas identificadas no mapa a seguir, algumas das quais com início em anos anteriores.

São também referenciadas algumas empreitadas que, embora não tenham tido faturação no ano de 2024, tiveram o processo de contratação pública concretizado nesse ano.

EMPREITADAS COM FATURAÇÃO EM 2024	VALOR DA ADJUDICAÇÃO	FATURAÇÃO 2024
2019		
Implementação dos modos suaves na Av. Dr. Manuel de Arriaga	822 547,11 €	33 035,93 €
Implementação dos modos suaves na Av. Dr. Manuel de Arriaga - Trabalhos complementares	362 511,55 €	60 985,71 €
2021		
Execução e Manutenção de Pavimentos em Cubos de Granito - Concelho de Peso da Régua	144 744,17 €	18 858,00 €
2022		
Reabilitação de Edifícios de Habitação no Bairro F.F. Habitação – Bloco 21	198 739,71 €	10 516,50 €
Reabilitação do Antigo "Hotel Vilhena" - Habitação Social em Caldas do Moledo – Fontelas	1 266 868,24 €	630 722,58 €
2023		
Reabilitação de 22 Fogos no Bairro JAE	660 756,76 €	167 778,19 €
Bairro FFH - Bloco 21 - Parte Comum - Instalações Elétricas	15 032,31 €	3 724,49 €
Reabilitação de Edifícios de Habitação Unifamiliar (10 Fogos) – Bairro de Moura Morta – Peso da Régua	694 995,00 €	174 383,93 €
Retificação de rede de drenagem de águas pluviais do edifício do Centro Escolar das Alagoas - Godim	6 670,00 €	6 670,00 €
Retificação de cobertura do recreio Centro Escolar Alagoas	8 300,00 €	8 300,00 €
2024		
Reabilitação de Pavimentos em Betuminoso em Vila Seca - EM 313-2, Canelas - Rua N.ª Sr.ª de Fátima, Loureiro - EM 600, Rua do Caleiro, Caminho de Santo António e Rua de Sequeirós	445 762,80 €	445 762,80 €

Reabilitação de Pavimentos em Betuminoso em Vila Seca - EM 313-2, Canelas - Rua N.º Sr.ª de Fátima, Loureiro - EM 600, Rua do caleiro, Caminho de Santo António e Rua de Sequeirós -Trabalhos complementares	50 480,68 €	50 480,68 €
Reabilitação de Edifício de Habitação Coletiva (30 Fogos) - Bairro da Azenha - Peso da Régua	697 042,55 €	
Reabilitação de coletor de águas pluviais na Av. do Douro, junto à APDL	21 000,00 €	21 000,00 €
Fresagem e Pavimentação de troço na Av. Sacadura Cabral	19 584,00 €	19 584,00 €
Retificação de Pavimento e Reparação de Sumidouros – Rua dos Camilos	15 375,00 €	15 375,00 €
Execução de Muro de Suporte EM 313-1 - Galafura	86 492,50 €	86 492,50 €
Execução de Muro de Suporte no Lugar da Tojeira - Sedielos	38 050,00 €	38 050,00 €
Reabilitação de Pavimento Rua Augusto Vieira	9 900,00 €	9 900,00 €
Muro de Suporte - Rua S. Pedro - Moura Morta	20 990,00 €	19 490,00 €
Reabilitação de Camada de Desgaste - EN 108	246 742,27 €	
Retificação de abatimento e reposição de pavimento – Av. do Douro junto à APDL	21 936,92 €	21 936,92 €
Levantamento de Tampas de Saneamento e Caixas de Manobras da Rede de Água, nos Lugares de Moura Morta, Loureiro, Vila Seca e Canelas	29 250,00 €	29 250,00 €
Levantamento de Tampas de Saneamento e Caixas de Manobras da Rede de Água, nos Lugares de Moura Morta, Loureiro, Vila Seca e Canelas - Trabalhos Complementares	11 850,00 €	11 850,00 €
Conjunto Habitacional Rua Visconde da Régua	2 939 000,00 €	
Reabilitação de Pavimento e Passeio - Rua Frei João de Mansilha - Urbanização Vila Rosa	5 800,00 €	5 800,00 €
Pavimentação Total Rua Frei João de Mansilha	14 132,75 €	14 132,75 €
Reabilitação Habitação Unifamiliar - Covelinhas	146 988,13 €	
Reabilitação Vedação Campo Artur Vasques	8 766,31 €	8 766,31 €
Ramal Polidesportivo Vilarinho dos Freires	295,00 €	295,00 €
Reformulação da Iluminação do Campo Dr. Rui Machado - Fontelas	17 900,00 €	
Recuperação de área ardida e regularização do regime hidrológico das linhas de água – Sedielos – Peso da Régua	85 900,00 €	



SETOR DE SERVIÇOS URBANOS

Este setor é responsável pela conservação e manutenção das infraestruturas públicas municipais, podendo realizar, nessa área, pequenas intervenções por administração direta.

Mais discriminadamente, as competências referidas abrangem a manutenção, reparação de anomalias e pequenas inovações por administração direta, nos edifícios municipais, edifícios escolares e edifícios de habitação social. Inclui-se também a manutenção do espaço público, ambiente e gestão de resíduos.

Durante o ano de 2024 foram realizadas, por administração direta, inúmeras intervenções no âmbito da manutenção e conservação de edifícios municipais, escolares e de habitação social, num valor total de 121.000,00 €.

No âmbito da manutenção e beneficiação de espaço público, foram efetuadas, por administração direta, intervenções de reparação e manutenção de pavimentos de vias rodoviárias, bem como reparação e beneficiação de passeios e vias pedonais. Foi também efetuado um reforço de sinalização rodoviária. O valor total gasto nessa área foi de 81.000,00 €.

Na área de espaços verdes, ambiente e limpeza urbana, as intervenções incidiram na manutenção e beneficiação de jardins e áreas verdes da cidade, limpeza do espaço público, com recurso a varredura manual e varredura mecanizada com aluguer de viatura específica para esse serviço. Foram também realizadas tarefas de desinfeção de áreas urbanas e infraestruturas, recolha de resíduos excedentes dos contentores, com especial incidência na recolha de papelão produzido pelos estabelecimentos comerciais e recolha de monstros. Foi também reforçado o número de papeleiras e contentores no espaço urbano. O valor referente ao conjunto de intervenções nesta área foi de 131.000,00 €.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



DPDEGT

DIVISÃO DE PLANEAMENTO, DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E GESTÃO DO

DIVISÃO DE TERRITÓRIO



Ao longo do ano de 2024, as atividades desta unidade orgânica municipal transcorreram de forma regular, mantendo-se dentro do âmbito habitual das suas atribuições e competências. Neste período manteve-se a atenção reforçada à área do planeamento urbano, com especial foco na esfera municipal, não obstante o acompanhamento a planos de hierarquia supramunicipal com influência determinante nos locais.

No âmbito da gestão urbanística, foi reativado o modelo funcional tradicional dos setores envolvidos, que atualmente demandam uma modernização tanto nos procedimentos quanto nos circuitos de tramitação. Essa atualização torna-se ainda mais relevante diante da necessidade de avançar para a desmaterialização e digitalização processual, especialmente em resposta às recentes alterações legislativas que visam simplificar a administração pública.

Essas mudanças impõem novos procedimentos que só poderão ser plenamente implementados através de modelos de gestão e funcionamento mais inovadores e ajustados às exigências contemporâneas. Ainda durante o último trimestre do ano anterior, iniciou-se um diagnóstico sobre a tramitação processual e a utilização da plataforma de gestão implementada, no sentido de concluir sobre um novo modelo que contenha as competências de desmaterialização.

Em 2024, as lacunas nos recursos humanos no que respeita à parte administrativa desta unidade orgânica, em particular no setor urbanístico, foram colmatadas com a integração de três assistentes técnicos.

A alteração do Plano Diretor Municipal concluiu numa proposta apresentada na conferência decisória e colocada à apreciação das diversas entidades representadas. A interpretação do setor do ambiente e da agricultura (ambas integradas no domínio da CCDR-N) de que o processo de alteração devia contemplar ações que o município remeteu para o processo de revisão (que igualmente se encontra em curso) impediu a sua promoção, e promoveu a necessidade de uma contestação junto da CCDR-N sobre este assunto de forma a ultrapassar este constrangimento, criando as condições à aprovação.

Recorde-se, que este processo se destina a alinhar os instrumentos de gestão territorial do município à nova política de classificação e qualificação dos solos.

Ainda no domínio do plano municipal, o Plano de Pormenor (PP) para a Zona de Vocação Turística da Milnorte (PP Milnorte) teve um momento importante no início do ano de 2024 com a realização da 2.^a reunião da Comissão de Acompanhamento. A manutenção da intransigência de algumas entidades representadas (CCDR-N), designadamente no entendimento de que a Avaliação de Impacte Ambiental (realizada no âmbito do processo de eletrificação da linha do Douro e da respetiva construção da Subestação de Tração Elétrica a construir à ilharga do futuro empreendimento) influenciava a proposta de plano e os seus tempos de execução, impediram, entre outros assuntos, a aprovação do PP.

No âmbito do planeamento, mas agora numa perspetiva mais abrangente (plano especial), o município, por meio destes serviços, expressou no ano anterior a sua discordância em relação à proposta do Plano de Gestão de Riscos e Inundações – Região Hidrográfica do Douro (PGRI). A principal objeção centrou-se na



forma como o plano aborda a área urbana inundável da cidade do Peso da Régua, além de destacar a falta de regulamentação específica que assegurasse uma proteção adequada para a nossa zona ribeirinha.

O Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte (PROT-N) também contou com o acompanhamento desta divisão, especialmente na análise da proposta de modelo territorial apresentada na etapa final do ano. Além disso, ao longo do último ano, os planos diretores municipais em desenvolvimento nos municípios limítrofes foram monitorados pelo município, que assegurou a participação de um representante técnico nesse processo.

Esta divisão também abrange as áreas relacionadas à estratégia municipal, bem como a elaboração de estudos e projetos alinhados com essa visão de desenvolvimento. Nesse contexto, no ano anterior, avançaram os trabalhos em torno do projeto para a nova ligação entre o nó rodoviário da A24 e o interior da cidade, designada Via Estruturante do Rodo.

Em paralelo, foi conduzido, no âmbito desta unidade orgânica, um estudo preliminar para a implantação de uma Área de Acolhimento Empresarial no Vale do Rodo, que viu concluído o seu projeto de execução.

O projeto para a instalação da Estrutura de Acolhimento de Passageiros, inserido no contexto da Modernização do Cais da Régua e conduzido pela APDL, embora tivesse o seu avanço esperado ao longo do ano passado, seguiu contando com nossa colaboração ativa e um acompanhamento constante.

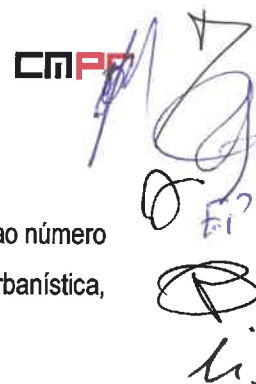
Além dessa atividade, o Gabinete de Estudos e Planeamento continuou a oferecer o suporte habitual a outras unidades orgânicas, atuando nas áreas de Reabilitação Urbana, Estratégia Local de Habitação e Alojamento Local.

No âmbito da parceria colaborativa com o GARUPR, foi realizado um estudo preliminar que abrangeu a implantação urbana, a viabilidade e a distribuição tipológica de dois conjuntos habitacionais localizados na zona do Peso.

Os resultados dessa análise serviram como fundamento para a definição de parâmetros e indicadores, cruciais tanto para a formalização de candidaturas ao Plano de Recuperação e Resiliência quanto para a formulação programática necessária à encomenda dos projetos correspondentes.

O processo de colaboração no âmbito da toponímia e atribuição dos números de polícia na união de freguesias da sede deste concelho foi concluído no ano transato.

No âmbito da gestão urbanística observou-se uma manutenção no volume de processos de maior relevância urbanística, e uma diminuição dos números globais, enfatizados por uma tipologia com pouca importância.



ATIVIDADE

O ano de 2024 correspondeu à manutenção dos indicadores principais de 2023 no que respeita ao número de pedidos de maior importância. Isto não significa que esses processos de maior relevância urbanística, como são os pedidos de obras de construção, tenham aumentado da mesma forma.

Mantem-se praticamente igual o número de processos de obras de utilização / alteração de utilização. Constatando-se uma diminuição nos processos de pedido de ocupação de via pública, poder-se-á concluir que isso se deve à execução de obras.

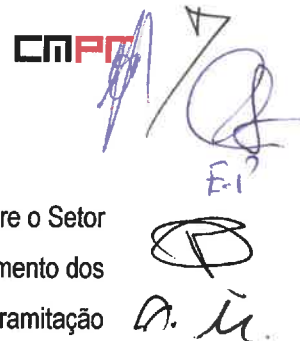
Neste quadro de tramitação e análise, os serviços administrativo e técnico do Setor de Gestão Urbanística deram uma resposta global eficaz, num quadro de normalidade plena no que respeita ao regime de funcionamento e atendimento ao público.

No âmbito desta modalidade, e a título de referência, manteve-se por opção de muitos interessados a opção por atendimento por via digital, tendo-se vulgarizado como forma de resposta a audiência e reuniões de trabalho entre serviços e técnicos, promotores e munícipes.

O quadro seguinte, utilizando um comparativo com os últimos sete anos, apresenta o resumo da movimentação processual global em números por tipologias de procedimento urbanístico em comparação aos anos transatos.

Conforme já sugerido no início, os indicadores de 2024 representam uma inversão ao decréscimo significativo que se verificou em 2023. O valor total, consideravelmente menor que o apresentado nos restantes anos anteriores, é diminuído pela tipologia de "Ficha Técnica de Habitação".

Movimentação Processual	2024	2023	2022	2021	2020	2019	2018
Processos de Obras	83	84	76	114	96	119	76
Utilização / Alteração de Utilização	53	55	45	56	45	45	47
Processo de Loteamento	1	1	0	1	0	0	1
Destaque (certificação)	3	4	3	6	7	5	1
Informação Prévia	8	11	8	10	6	6	7
Propriedade Horizontal (Certificação)	2	8	5	8	6	5	8
Ocupação da Via Pública	38	41	31	24	21	19	23
Publicidade	6	5	2	13	1	9	7
Segurança / Salubridade	0	0	0	0	0	0	0
Diversos	389	393	332	302	288	340	279
Disposições controlo de funcionamento	0	0	0	1	4	4	1
Ficha Técnica de Habitação	4	42	25	16	37	25	18
TOTAL	586	644	527	551	511	577	468



SECÇÃO ADMINISTRATIVA

A Secção Administrativa desta unidade orgânica centraliza as funções de articulação interna entre o Setor de Gestão Urbanística e o Setor de Fiscalização. Essa articulação é realizada dentro do cumprimento dos regimes jurídicos gerais, das legislações aplicáveis, dos regulamentos municipais e de toda a tramitação processual vinculada ao Código do Procedimento Administrativo. Através desta secção, assegura-se a gestão da cadeia de processos urbanísticos junto aos órgãos executivo e deliberativo. Além disso, é também a partir desta área que se estabelece a relação direta com os requerentes, interessados e munícipes, incluindo a gestão e a comunicação oficial dos respetivos processos.

Em 2024, como já mencionado anteriormente, observou-se uma ligeira diminuição nos indicadores específicos. Houve uma redução no número de emissões de alvarás de utilização em comparação com 2023, acompanhada pela mesma diminuição na emissão de certidões. Os alvarás de obras de construção e as comunicações prévias regressaram aos indicadores da média dos anos anteriores, não considerando o ano excecional de 2023.

A tipologia de operação urbanística relacionada ao loteamento permanece subutilizada pelos promotores, sem qualquer solicitação de submissão registada em 2024, mantendo, dessa forma, o padrão nulo observado em períodos homólogos anteriores.

Com a entrada em vigor da alteração do PDM, essa tendência poderá reverter-se. Algumas áreas classificadas como solo urbano passarão a ter uma vigência programática mais breve, o que pode levar à adoção dessa tipologia como alternativa para a concretização urbanística de zonas com potencial de desenvolvimento.

Títulos	2024	2023	2022	2021	2020
Alvarás de Obras e Comunicações Prévias	54	63	58	56	43
Alvarás de Utilização	45	61	33	50	37
Alvarás de Loteamento	0	0	1	0	0
Aditamentos (Alvará de Loteamento e Alvará de Obras)	13	16	11	6	7
Certidões / Declarações	166	199	162	179	147

SETOR DE GESTÃO URBANÍSTICA

Este setor é composto atualmente por dois técnicos superiores, que realizam as atividades relacionadas à análise processual na área do urbanismo, acumulando um deles essa função permanente (e exigente) com as competências de coordenação para a qual foi nomeada.

Entre as principais responsabilidades estão a verificação da conformidade documental, a submissão de pedidos para consulta junto às entidades competentes e a análise do cumprimento das normas e

regulamentos urbanísticos, assegurando a sua compatibilidade com os instrumentos de gestão territorial, especialmente aqueles de âmbito municipal.

A conclusão deste estudo de análise processual reúne as informações técnicas apresentadas para apreciação superior, sustentando as decisões e deliberações municipais relacionadas a este domínio.

Ao setor em questão e ao seu quadro permanente, compete a responsabilidade de prestar esclarecimentos técnicos e processuais, seja por atendimento presencial ou remoto – modalidade que ganhou destaque durante o período pandêmico e se consolidou nos anos seguintes – em dia da semana previamente designado para tal finalidade.

Integrar comissões de fiscalização e vistoria, bem como elaborar pareceres prévios sobre o enquadramento de operações urbanísticas nas Áreas de Reabilitação Urbana definidas para o município, também se insere nas responsabilidades deste setor e dos profissionais que nele atuam.

Após a integração de um técnico superior especializado na área de Direito, cuja contributo para o serviço tem sido determinante, a secção também beneficiou, ao longo de 2024, de dois assistentes técnicos, uma para área administrativa (backoffice) e outro funcionário para a área de atendimento ao público (frontoffice).

Esse apoio permitiu, no âmbito das suas competências específicas, a georreferenciação de pretensões urbanísticas e, além disso, contribuiu de maneira significativa para a identificação de antecedentes processuais relevantes, essenciais para a análise técnica e operacional desenvolvida.

Durante o ano de 2024 verificou-se um regresso aos números registados em 2022. Verificou-se uma diminuição do número total de processos, não obstante corresponderem à média dos últimos quatro anos. O número de processos informados (informações técnicas) ronda a mediana. No entanto, as notificações por ofícios mantêm-se sensivelmente nos números homólogos. Apesar de indicadores mais baixos, os números superam os anos de 2020, 2021 e de 2022.

Obras Particulares		2024	2023	2022	2021	2020
Processos		586	644	527	551	511
Requerimentos		1438	1564	1303	1435	1115
Informados		3094	3566	3119	3402	2655
Deferidos	por despacho	480	560	507	521	450
	por deliberação	31	72	52	40	54
Informações Técnicas	Chefe de Divisão	1092	1241	1081	1227	893
	Técnicos	1491	1693	1476	1622	1258
Pareceres Externos		123	138	93	141	130
Ofícios / Notificações		1272	1368	1023	1125	899

SETOR DE FISCALIZAÇÃO

Esse setor desempenha a função principal de fiscalizar e assegurar a conformidade legal das operações urbanísticas licenciadas e autorizadas, realizando verificações regulares em campo. Além disso, os fiscais municipais atuam frequentemente em parceria com a DOPSU e a DAF nas atividades de fiscalização relacionadas às feiras de levante, ao mercado municipal e aos eventos anuais.

Em 2023 deu-se a estabilização definitiva do quadro de fiscais municipais permanente, garantindo a normalização e a eficácia das atividades, tendo sido possível retomar uma cobertura abrangente do território. Já no final do ano anterior, no último trimestre, o quadro permanente foi reforçado com a integração de um assistente técnico, que iniciou um curso especializado em fiscalização municipal.

SETOR DE DESENHO, CARTOGRAFIA E SIG

Ao longo do ano passado, consolidou-se a colaboração de um técnico dedicado ao Sistema de Informação Geográfica, no decurso de um processo concursal para esse efeito. Isso resultou na integração de uma profissional da área de Geografia, cuja dedicação exclusiva possibilitou a reativação dessa área com o suporte técnico qualificado necessário.

Este setor demonstrou a sua relevância na área da Gestão Urbanística, destacando-se tanto pela identificação cadastral, atualização e sistematização cartográfica, como pela recolha e tratamento de dados essenciais para a gestão das diferentes infraestruturas. Além disso, tem desempenhado um papel fundamental na identificação e no registo das variadas operações urbanísticas.

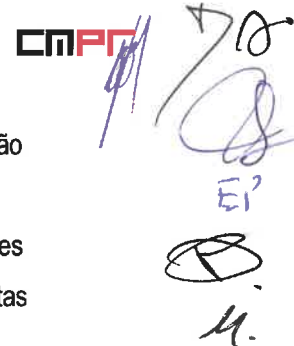
Foi na toponímia municipal que também se verificou a importância e participação deste setor, garantindo a atribuição de números de porta e oferecendo suporte técnico às juntas de freguesia nos processos de criação e validação de designações toponímicas.

Uma formação fundamental na área de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) capacitou o técnico superior a desempenhar um papel ativo no acompanhamento técnico e no suporte aos processos de elaboração dos diversos instrumentos de gestão territorial em curso, com destaque para a Alteração e Revisão do PDM.

Esse trabalho envolveu o tratamento, a análise e a validação, em ambiente SIG, das informações planimétricas geradas pela equipe técnica externa contratada pelo município para desenvolver os planos.

A atividade deste setor traduz-se no seguinte elenco:

- Acompanhamento à elaboração de processos de toponímia e sua validação;
- Atendimento a solicitações variadas relacionadas à numeração predial, atribuição de toponímia, delimitação de confrontações e unificação de endereços;
- Georreferenciação de processos urbanísticos, envolvendo a organização, arquivamento e suporte na análise técnica, além da verificação precisa da geolocalização da planta de implantação.;



- Tratamento, georreferenciação e estudos de suporte à elaboração dos instrumentos de gestão territorial em execução;
- Prestação de suporte técnico ao Setor de Fiscalização, abrangendo a consulta de informações cadastrais, identificação de propriedades rústicas e urbanas, além da impressão de cademetas prediais e mapas de localização;
- Colaboração com outras entidades públicas e estruturas orgânicas deste município, na georreferenciação da localização dos novos ecopontos (DOPSU / ADIN); circuitos de varredura manual, por funcionário e por periodicidade (DOPSU); e atualização do sistema de redes e infraestruturas e outras tarefas (ERSAR).

GABINETE DE ESTUDOS E PLANEAMENTO

O Gabinete de Estudos e Planeamento continua a contar apenas com dois elementos permanentes: um assistente técnico (desenhador) e um técnico superior (arquiteto paisagista). Este défice tem obrigado ao longo dos últimos anos, a uma redefinição do conteúdo programático e das suas atribuições, com uma diminuição da elaboração de projetos, incidindo a sua área de atuação na realização de estudos e ao apoio técnico e urbanístico.

No ano de 2024, foi observada uma grande produtividade no contexto do planeamento municipal com o apoio na elaboração dos processos do Plano Diretor Municipal, manifestando-se na elaboração do plano de pormenor da Milnorte e na alteração do PDM, como no acompanhamento de outros planos municipais e de ordem ou hierarquia superior, como os já mencionados PGRI ou PROT-N. à semelhança do que aconteceu em 2023, esta situação exigiu uma afetação quase permanente de um técnico superior.

O processo de alteração ao Plano Diretor Municipal (PDM) implicou um investimento acrescido por parte deste setor na permanente interligação com a equipa responsável pelo processo. O Grupo de Estudos de Planeamento (GEP) tratou e triou a informação recebida, simplificando o trabalho de análise técnica e colocando-o à consideração superior. O ano terminou com uma proposta de alteração bastante consolidada e maturada, colocada à consideração da conferência decisória.

Dessa conferência, não obstante o escrupuloso cumprimento dos objetivos definidos para a alteração, em particular o respeitante à distinção entre solo rústico e solo urbano – exercício pleno reconhecido pela CCDDR-N – a proposta colidiu com a interpretação de algumas entidades (ambiente e agricultura) que no presente processo deveriam ser efetuadas a revisão às respetivas reservas nacional (ecológica e agrícola) quando isso mesmo está, e deve ser feito, no processo de revisão igualmente em curso.

Durante o ano, em particular no último trimestre, o gabinete teve ainda um papel muito ativo na validação e aferição da proposta final de toponímia para a área urbana do Peso da Régua, promovida pela União de Freguesias de Godim e de Peso da Régua.



Através do seu único técnico superior, adicionalmente, o GEP prossegue com a análise e a validação dos pedidos de alojamento local que necessitam de parecer municipal, bem o apoio aos munícipes na necessária inscrição no Turismo de Portugal. A comissão municipal de turismo é também composta pelo mesmo técnico que assegura o seu funcionamento e tramitação.

Apesar de uma maior concentração nas áreas de planeamento urbano, a atuação do GEP verificou-se ainda durante o ano transato, no desenvolvimento dos seguintes trabalhos:

Projetos

- Candidatura 56 Fogos – Estratégia Local de habitação (EHL)
- Piscinas Moledo – Programa funcional e Mobilidade condicionada
- Reabilitação da Galeria ripícola desde a Régua até à Cederna
- Candidatura PRG_PT2030 (Reabilitação da Margem do Rio Douro, Estudos hidrológicos, Elaboração de Cartografia e sistema de monitorização)

Planeamento

- Alteração do PDM do Peso da Régua
- Revisão do PDM do Peso da Régua
- Plano de Pormenor Milnorte
- Plano de Gestão de Riscos e Inundações (PGRI)

Estudos e Levantamentos

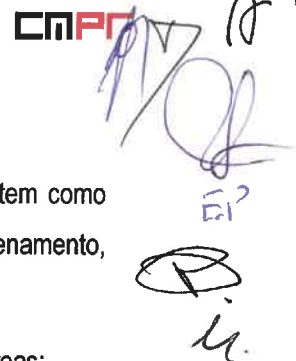
- Via estruturante
- Edifícios para ELH – Levantamento
- Parques Infantis de Peso da Régua e Godim – Levantamento
- Loja interativa do Turismo – Guarda corpos
- Loja do Cidadão

Apoio a outras unidades orgânicas

- Estratégia Local de Habitação | apoio técnico – GARUPR
- Toponímia – Validação de base | UFPRG
- Apoio a candidaturas – apoio técnico | DDSE
- Festas N. Sra. Socorro2024 – apoio técnico | DDSE
- Apoio técnico arboricultura | UFPRG
- Candidatura transporte escolar | GAP

Alojamento Local

- Registo, Vistoria e apoio ao munícipe para o Alojamento Local



GABINETE TÉCNICO FLORESTAL

A funcionar desde o ano de 2006 e integrado nesta unidade orgânica, o Gabinete Florestal tem como objetivos fundamentais a concretização das tarefas no âmbito do planeamento, ordenamento, operacionalização dos espaços rurais/florestais do Concelho de Peso da Régua.

Durante 2024 o trabalho desenvolvido por este gabinete, resume-se ao descrito agrupado por áreas:

Planeamento

- Elaboração anual do Plano Operacional Municipal (POM) que é feito e aprovado todos os anos durante o mês de maio;
- Participação nas tarefas de planeamento e ordenamento dos espaços rurais dos municípios e nas questões de proteção civil, nomeadamente na identificação e resolução das situações neste âmbito;
- Participação em reuniões técnicas da CSRGIFR do Douro (Comissão Sub-Regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais) para definição do PSA Do Douro (Plano Sub-Regional da Ação do Douro).

Operacional

- Acompanhamento dos programas de ação previstos no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), nomeadamente no que respeita às faixas de gestão de combustível junto das edificações e aglomerados populacionais, que engloba a notificação dos proprietários para execução destas faixas de gestão de combustível de acordo com a legislação em vigor e posterior fiscalização; inclui ainda o apoio junto da população sobre a legislação em vigor;
- Tratamento de toda a informação relativamente aos incêndios florestais e cartografia das áreas ardidas e validação na plataforma correspondente;
- Apoio às entidades públicas e privadas que participam na Defesa da Floresta Contra Incêndios, nomeadamente GNR, Bombeiros, ICNF, entre outros;
- Acompanhamento e divulgação junto da população do Índice de Risco de Incêndio Florestal, com maior incidência no período crítico;
- Apoio no sector silvopastoril, nomeadamente na seleção e execução de áreas para a renovação de pastagem e também faixas de contenção de incêndios;
- Verificação de todos os pontos de água do concelho no que se refere à sua operacionalidade antes do início da época de incêndios florestais;
- Verificação de todas as denúncias relacionadas com a Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Administrativo

- Emissão de pareceres durante todo o ano no que se refere ao lançamento de fogo-de-artifício;
- Manutenção de um dossier atualizado com a Legislação relevante para o sector florestal e também na área de proteção civil;

CNIPA
Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the initials "E.P." and "u."

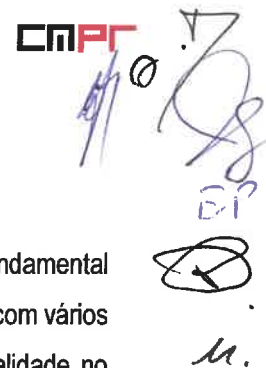
- Auxílio, quer presencial quer pelo telefone a todos os munícipes na utilização da plataforma para registo de queimas de sobrantes - até ao dia 18 de março do corrente ano já foram efetuados e registados 28906 pedidos de queima de sobrantes na plataforma;
- Atualização das bases de dados e gestão SIG ao nível da Defesa da Floresta Contra Incêndios;
- Apoio no preenchimento e submissão de 17 candidaturas ao subsídio excecional aos agricultores afetados pelos incêndios rurais de setembro de 2024 da freguesia de Sedielos;
- Apoio e colaboração com a empresa Município que está na fase final de elaboração do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil (PMEPC);
- Elaboração e submissão da candidatura para o apoio ao funcionamento do gabinete técnico florestal; (candidatura aprovada em dezembro de 2024 no montante de 13.979€).

[Handwritten signatures and initials in blue and black ink]



DDSE

DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E EQUIPAMENTOS



DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E EQUIPAMENTOS

EDUCAÇÃO

O Município do Peso da Régua continua a destacar a importância da Educação enquanto pilar fundamental para o desenvolvimento e o crescimento sustentáveis, assente numa lógica de trabalho em rede com vários parceiros. Defende a Educação para todos, alicerçada em princípios de equidade e universalidade no acesso, procura a diversidade na oferta de iniciativas e o planeamento constante, aliado a um sempre necessário aproveitamento de sinergias, ganhando em escala de abrangência.

As propostas elencadas no Plano e Orçamento 2024, no que concerne à área da Educação e Formação, são, agora, objeto de análise e reflexão no Relatório de Gestão 2024, por forma a verificar o reflexo das mesmas, quer nas metas previamente estabelecidas, quer nas estratégias para as colocar em prática por forma a que as mesmas fossem alcançadas e surtissem os objetivos previamente delineados.

De forma a dar resposta às necessidades específicas dos alunos e das suas famílias, o Município disponibiliza um conjunto de medidas de Apoio Social que visam o alívio do orçamento familiar e a promoção da igualdade de oportunidades no acesso à educação, assumindo assim um papel impulsionador no sucesso escolar dos alunos. Destacam-se as seguintes medidas:

- A gratuidade do transporte e das refeições escolares para os alunos que sejam provenientes das freguesias rurais e que integram o 1ºCEB dos Centros Escolares das Alagoas e da Alameda, bem como os alunos que frequentam os Jardins de Infância de Loureiro e de Galafura;
- A comparticipação total do passe escolar para os alunos provenientes das freguesias rurais do concelho, que frequentam o 2.º e 3.º CEB e o Ensino Secundário;
- A oferta, pelo 9.º ano consecutivo, dos cadernos de atividades das áreas disciplinares de Português, Matemática e Estudo do Meio a todos os alunos inscritos no 1.º CEB, e ainda os de Inglês para os alunos dos 3.º e 4.º anos de escolaridade, no valor de 16068,92 €;
- A entrega de 85 bolsas de estudo, para comparticipação dos encargos inerentes à frequência do Ensino Superior dos jovens reguenses, considerando-se elegíveis os estudantes que reuniram os requisitos constantes no regulamento municipal, no valor de 63.750,00€;
- Aos alunos da EPE do Agrupamento de Escolas João de Araújo Correia (AEJAC) foi assegurado o acompanhamento antes e/ou depois do período diário de atividades educativas e durante os períodos de interrupção letiva, através das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF). As AAAF são uma resposta social dirigida às crianças e às suas famílias, consistindo no desenvolvimento de atividades de caráter lúdico-pedagógicas, facultadas pela Câmara Municipal;
- As designadas Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) no 1.º CEB, de caráter facultativo e de natureza lúdica, formativa e cultural, incidiram nos domínios desportivo, artístico e de aprendizagem de língua estrangeira, nomeadamente a Atividade Física e Desportiva e a Programação e Robótica para



todos os anos de escolaridade, Artes (Plástica e Musical) para o 1.º ano, o Ensino do Inglês para o 2.º ano e a Música para os 3.º e 4.º anos de escolaridade;

- A oportunidade de os alunos contactarem e se adaptarem ao meio aquático foi possível através de aulas de natação nas Piscinas Municipais. As sessões direccionaram-se para os alunos do 1.º CEB, inseridas na AEC de Atividade Física e Desportiva, e do 2.º e 3.º CEB e Ensino Secundário do AEJAC, no âmbito da componente letiva da disciplina de Educação Física, com o transporte, igualmente, assegurado pelo Município do Peso da Régua;
- A permanência dos laboratórios de Ciências nos Centros Escolares e Jardins de Infância de Loureiro e de Galafura, os quais foram alargados à E.B 2,3 com a continuação da dinamização do Clube de Ciências, e às quatro IPSS do concelho de apoio à infância, com a finalidade de promover a equidade de aprendizagens para os alunos do ensino público e privado do concelho;
- A personagem infantojuvenil LadyTag desenvolveu atividades de relaxamento junto das crianças da EPE dos Centros Escolares do AEJAC, durante o horário de prolongamento das AAAP;
- Os projetos curriculares da EPE que incidiram nas áreas da Atividade Física e Expressão Musical continuaram a promover experiências educativas e a aquisição de novas competências junto das crianças que integram o AEJAC;
- A prática do jogo de Xadrez funcionou como uma ferramenta pedagógica para o sucesso escolar, orientada para os alunos do 1.º CEB, durante o período de almoço escolar, com aulas dinamizadas por técnicos formados do Município, culminando com a realização do terceiro Torneio de Xadrez, no AUDIR e com transmissão em direto na rede social Facebook do Município do Peso da Régua;
- Por forma a adquirir conhecimentos na prática do Xadrez, realizou-se uma formação de nível inicial a mais técnicos do Município, no início do ano letivo, através da empresa “Xeque-Mate”, com um custo de 175,00 €;
- O Centro Desportivo Municipal continuou a proporcionar a prática desportiva como instrumento de inclusão e integração, orientado para os alunos do 1.º CEB, aos sábados de manhã, por técnicos da área de Desporto afetos à Câmara Municipal do Peso da Régua.

A aposta na literacia alimentar foi evidente através da concretização de projetos no âmbito da alimentação saudável, tendo englobado as atividades:

- O terceiro ano do Projeto “A Minha Lancheira tem Superpoderes”, desenvolvido junto dos alunos das turmas do 1.º ano de escolaridade, teve como propósito promover a aquisição de hábitos alimentares saudáveis e melhorar a qualidade nutricional dos lanches que os alunos consomem, através da dinamização de três sessões de educação alimentar, repartidas por cada período letivo;
- As sessões inseridas no Projeto “O Meu Almoço tem Superpoderes”, implementado pela primeira vez e destinado aos alunos do 2.º ano de escolaridade, que pretendiam estimular o consumo de todos os

- alimentos presentes no almoço escolar, alguns dos quais habitualmente rejeitados pelos alunos, sensibilizando, ao mesmo tempo, para a redução do desperdício alimentar;
- Acompanhamento aos alunos nos Centros Escolares durante o horário de almoço, com a finalidade de sensibilizar para a importância de consumirem todos os componentes que constituem a refeição diária, incentivando à adoção de hábitos alimentares saudáveis e equilibrados;
 - As sessões de Promoção de Alimentação Saudável para os alunos do 1.º CEB, em articulação com a Equipa de Saúde Escolar da Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC) do Douro, foram desenvolvidas no âmbito do PASSE – Programa Alimentação Saudável em Saúde Escolar, possibilitando a promoção de comportamentos saudáveis e a criação de ambientes promotores da saúde;
 - O Projeto “Oficina da Alimentação”, destinado aos alunos do 4.º ano de escolaridade, que consiste no desenvolvimento de atividades práticas focadas na promoção de escolhas alimentares mais saudáveis e conscientes;
 - A sessão de educação alimentar “Alimentação Saudável e Rendimento Escolar” explorou a relação entre a alimentação saudável, sustentabilidade e o rendimento escolar, junto dos alunos do 12.º ano de escolaridade do AEJAC;
 - A monitorização do estado nutricional dos alunos do 1.º CEB através da recolha de dados antropométricos (massa corporal, estatura e perímetro da cintura), em parceria com a Equipa de Saúde Escolar da UCC do Douro. Esta avaliação permite a deteção de casos de risco e respetiva sinalização para consulta de Nutrição na Unidade de Saúde Familiar. No presente ano, a avaliação abrangeu, também, as crianças da EPE;
 - Distribuição diária gratuita de leite simples aos alunos da EPE e do 1.º CEB do AEJAC;
 - As sessões “Roleta dos Alimentos” orientadas para as turmas do 3.º, 4.º e 6.º anos de escolaridade, foram realizadas em parceria com a Equipa de Saúde Escolar da UCC do Douro, no âmbito da comemoração do Dia Mundial da Alimentação, incidindo na promoção do consumo de alimentos que integram uma alimentação equilibrada, saudável e variada;
 - A iniciativa com as crianças da EPE, em contexto sala, para a abordagem dos lanches com a estimulação da prática de uma alimentação saudável, destacando a influência da constituição dos lanches na promoção da saúde e sucesso escolar;
 - O Workshop “Promoção da Alimentação Saudável e Sustentável no Douro”, promovido pela Associação de Desenvolvimento Douro Superior, em parceria com o Douro Histórico e a Câmara Municipal, dirigiu-se a todos os interessados na área com enfoque à produção local do Douro e à promoção da alimentação mediterrânica, realçando a partilha das atividades desenvolvidas nesta área no Município;
 - A Ação “Aromáticas e a Alimentação Saudável” junto das turmas do 12.º ano de escolaridade, numa parceria estabelecida com o Clube de Ciência Viva na Escola, procurando promover a utilização de ervas aromáticas em substituição do sal;

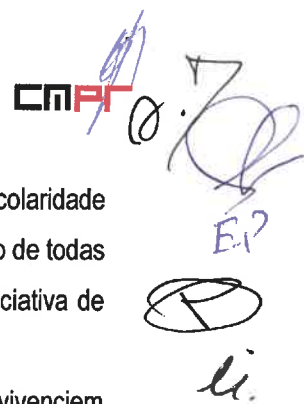
- A orientação de sessões sobre a “Sustentabilidade alimentar” dirigidas aos alunos do 8.º ano de escolaridade são essenciais para garantir a saúde do planeta e das futuras gerações, promovendo sistemas alimentares que sejam ecologicamente responsáveis, socialmente justos e economicamente viáveis;
- A dinamização de ações na Escola Profissional de Desenvolvimento Rural do Rodo (EPDRR) dirigidas aos alunos dos diferentes cursos, tendo como foco a “Alimentação Saudável – Da Teoria à Prática”.

O desenvolvimento de projetos de sensibilização ambiental que propiciaram os valores ambientais e da sustentabilidade junto da comunidade escolar, contribuindo para a construção de uma sociedade ecologicamente responsável e ativa na proteção e preservação do ambiente. Salientamos:

- A criação das Hortas Pedagógicas e de atividades assentes na prática da alimentação saudável e da sustentabilidade direcionadas às crianças da EPE do AEJAC, proporcionaram novas aprendizagens e auxiliaram na aquisição de hábitos mais saudáveis, equilibrados e sustentáveis; 236,69 €;
- As Oficinas Experimentais de Educação Ambiental, dinamizadas pela empresa Águas do Norte, que consistiram na execução de atividades práticas direcionadas para a promoção do valor da água e dos desafios ambientais globais de uma forma inclusiva, para os alunos dos 4.º, 5.º e 8.º anos de escolaridade;
- O projeto “Recreios com Vida”, com destaque para as pinturas, no solo dos dois Centros Escolares, com jogos didáticos, lúdicos, pedagógicos e de reabilitação psicomotora, com um custo de 4858,50 €;
- A atividade prática “A Reciclagem e os 3R’s”, dirigida aos alunos das turmas do 7.º ano de escolaridade, resultaram da parceria da Equipa da Educação da Câmara Municipal, do Clube Ciência Viva na Escola (CCVnE) do AEJAC, da Divisão de Obras Públicas e Serviços Urbanos (DOPSU) e da Resinorte.

No âmbito da aquisição, desenvolvimento e reconhecimento de literacias académicas e cívicas, ressaltam-se algumas iniciativas, tais como:

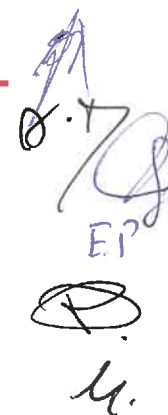
- O trabalho de estreita ligação desenvolvido entre o Município e o AEJAC, através da Promoção e Educação para a Saúde (PES), e a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), permitiu a concretização de ações teórico-práticas para os jovens do 2.º, 3.º CEB e do Ensino Secundário, com vista à consciencialização dos comportamentos de violência que podem ter lugar na escola, tal como a violência contra a mulher;
- A oferta de um livro a todos os alunos da EPE e do 1.º CEB, adaptado a cada nível de escolaridade, o qual serviu de mote ao Concurso de Leitura, realizado em articulação com a Biblioteca Escolar do AEJAC e os Centros Escolares do concelho. Os alunos vencedores do Concurso foram premiados com um jogo didático, correspondente a cada nível de ensino, com um custo de 4255,86 €;



- A atribuição do prémio Dr. João de Araújo Correia ao aluno do 9.º ano e do 12.º ano de escolaridade com melhor desempenho na disciplina de Português, tendo em conta, igualmente, o conjunto de todas as outras disciplinas. A entrega do mesmo ocorreu na Festa do Dia do Diploma, numa iniciativa de organização conjunta entre o Município e o AEJAC, no valor de 650,00€;
- A realização da X Assembleia Municipal Jovem, que permite que os alunos participantes vivenciem diferentes papéis na sua vida ativa, permitindo-lhes o desenvolvimento de competências para uma melhor gestão de conflitos, resolução de problemas da vida social, capacidade de reflexão sobre o seu futuro da sua comunidade, bem como dos determinantes que contribuem para uma sociedade mais sustentável e tolerante;
- A comemoração do Dia Mundial da Criança junto dos alunos da EPE dos Centros Escolares, Jardins de Infância de Galafura e de Loureiro e as IPSS do concelho, assim como os alunos do 1.º CEB, com a realização de atividades lúdico-pedagógicas ao longo do dia, no valor de 3.696,34 €;
- A visita ao Oceanário de Lisboa para os alunos do 4.º ano de escolaridade, finalistas do 1.º CEB, proporcionando o contato direto com a biodiversidade e o oceano, para que todos compreendessem a sua importância e a urgência de agir pela sua conservação, com um custo global de 3.450,93 €;
- A promoção de ações de informação e sensibilização junto dos alunos que integram o Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF), na Escola EB 2,3, visando o desenvolvimento de competências pessoais e sociais, realçando-se as ações "Estilos Comunicacionais na Escola" e "O Novelo de Emoções", priorizando-se as emoções e os sentimentos;
- A semana de comemoração do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência promoveu a consciencialização e mobilizou apoio para a inclusão de pessoas com deficiência na sociedade, através de jogos e exercícios que envolveram todos os alunos dos Centros Escolares das Alagoas e da Alameda, orientados pelos Professores da atividade de enriquecimento curricular (AEC) de Atividade Física e Desportiva.

Manteve-se a estreita ligação entre o AEJAC e o Município, que mobilizou os recursos existentes para dar resposta às necessidades dos diferentes níveis de ensino, nomeadamente através da Equipa Multidisciplinar afeta à Educação da Câmara Municipal e à Equipa do PIPSE, num trabalho de cooperação com os diferentes departamentos do AEJAC, assim como com o Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família (GAAF), salientando:

- A realização de ações no âmbito da comemoração do Dia Mundial da Saúde Mental, entre a equipa do PIPSE do Município; o Programa Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS) - 5G; as equipas do GAAF e da Promoção e Educação para a Saúde (PES) do AEJAC, e também a Equipa de Saúde Escolar da UCC do Douro, orientadas para as turmas do 10.º ano de escolaridade, abordaram temas como ansiedade em contexto escolar e depressão.



Desenvolveram-se e reforçaram-se parcerias com outras entidades, enriquecendo as atividades e projetos desenvolvidos, nomeadamente com:

- A Biblioteca Municipal do Peso da Régua, em parceria com a Equipa da Educação da Câmara Municipal, na comemoração de datas festivas, tais como: a Páscoa, com a dinamização de uma performance teatral, com a Coelho Rabugilda e a Coelho Felizarda; a “Entrevista com... O Pai Natal”, dirigidas às crianças da EPE do concelho; comemoração do Dia Mundial da Poesia, com a leitura de diversas poesias pelos reguenses nas ruas da cidade; e na “Prevenção dos Maus-Tratos na Infância”, em conjunto com o Programa Rede Social e a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Peso da Régua (CPCJ);
- Em colaboração com o PES e a Equipa de Saúde Escolar da UCC do Douro para o desenvolvimento de ações no âmbito da saúde;
- A Associação Comercial e Industrial dos Concelhos do Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião e Mesão Frio (ACIR) para a concretização de atividades que envolveram o comércio tradicional, nomeadamente na atividade “Natal com Arte”;
- O CCVnE do AEJAC para a promoção do ensino experimental das ciências, da cultura e literacias científica e tecnológica dos alunos;
- A CPCJ do Peso da Régua no sentido de potenciar o Programa de Intervenção Precoce, em conjunto com os estabelecimentos de ensino;
- Fortaleceu-se a parceria com o Centro Local de Aprendizagem da Universidade Aberta (CLA-UA), a Universidade Sénior do Rotary do Peso da Régua, a Associação da Região do Douro para Apoio a Deficientes (ARDAD), a Associação 2000 (A2000) e o Auditório Municipal (AUDIR);
- A APAV para uma intervenção orientada para a prevenção de comportamentos de violência contra as mulheres junto dos alunos do 12.º ano do AEJAC;
- A organização e promoção da 4ª edição do “Natal com Arte”, um projeto colaborativo que visou envolver a comunidade educativa na decoração natalícia dos espaços do concelho (Mercado Municipal e Biblioteca Municipal). Este projeto promoveu o embelezamento do Mercado Municipal, através de garrações personalizados com material reutilizado pelas crianças das IPSS com valência de EPE do concelho e pelos alunos da EPE e outros Ciclos de ensino do AEJAC. Procedeu-se ainda à decoração de Árvores de Natal em madeira, as quais foram decoradas pelos alunos, famílias e Professores do 1.º CEB e expostas no espaço exterior da Biblioteca Municipal. Posteriormente, procedeu-se ao concurso de Árvores de Natal que proporcionou a partilha das fotografias e a que obteve maior número de gostos venceu;
- Acompanhamento da turma PIEF (Programa Integrado de Educação e Formação) da Escola EB 2,3, através da Equipa Multidisciplinar afeta à Educação da Câmara Municipal e da Equipa do PIPSE, promovendo a inclusão de ações específicas e adaptadas às necessidades dos alunos, por forma a combater o abandono escolar precoce e o absentismo escolar;

- A parceria com a EPDRR para a promoção da oferta de educação e formação de adultos, no decurso do acompanhamento do cumprimento das metas nacionais definidas para o Programa Qualifica;
- A dinamização da Ação de Capacitação "Estilos de Comunicação na Escola" dirigida aos Assistentes Operacionais da EPDRR foi orientada pela Equipa Multidisciplinar do PIPSE do Município do Peso da Régua;
- A Ação de Capacitação "Jogos e marcações nos recreios escolares", direcionada para os Assistentes Operacionais nos Centros Escolares e impulsionada pela Equipa Multidisciplinar do PIPSE do Município do Peso da Régua. Esta iniciativa teve como objetivo fulcral impulsionar os recreios com vida, demarcados nos espaços dos Centros Escolares das Alagoas e da Alameda.

ASSOCIATIVISMO

Em 2024, continuamos a preocupar-nos em manter a base de dados do Programa de Apoio ao Associativismo atualizada, por forma a ter uma visão clara e consciente sobre o número de associações que se mantêm em atividade. Atualmente, a nossa base de dados conta com um total de 55 associações, abrangendo diversas vertentes e distribuídas por todas as freguesias.

No âmbito do Programa de Apoio ao Associativismo, mantém-se previsto o apoio financeiro, assim como o apoio ao transporte e a cedência de instalações/equipamentos, prestados pela autarquia às associações que desenvolvem a sua atividade no concelho, nas diversas áreas, nomeadamente nas áreas da ação social, cultural, desportiva e juvenil, importando aferir o valor correspondente a cada tipo de apoio concedido.

Assim, quanto aos valores transferidos às associações no ano de 2024, estes perfazem o valor total de 595.150,00€, onde se encontram incluídos os apoios às IPSS e aos Bombeiros Voluntários.

Relativamente aos apoios inerentes à cedência de instalações desportivas, estes traduzem-se num valor total de 166.277,50€ sendo que os custos referentes ao Estádio Municipal Artur Vasques são de 88.140,00€, ao Pavilhão Multiusos António Saraiva totalizam 37.927,50€ e ao Campo Dr. Rui Machado 40.210,00€.

Os apoios em termos de transporte também foram contabilizados. Em 2024, os 241 pedidos de transporte satisfeitos resultaram num custo total 91.082,00€ para o Município.

Há vários anos que apoiamos as associações com a cedência de espaços, nos quais podem ter a sua sede com as condições físicas necessárias para o desenvolvimento das suas atividades, sendo que em 2024 este apoio manteve-se às 33 associações apoiadas no ano passado, traduzindo-se no valor de 303.200,00€.

Em suma, os apoios municipais atribuídos às coletividades totalizaram o valor de 1.155.709,50€. Para além

dos apoios previstos no PAA, a autarquia, através dos seus serviços, continua a prestar apoio técnico e individualizado.

CAMPANHA DE APOIO À ESTERILIZAÇÃO DE CÃES E GATOS DE COMPANHIA E CAMPANHA DE APOIO À IDENTIFICAÇÃO ELETRÓNICA E REGISTO DE ANIMAIS DE COMPANHIA

A Lei n.º 27/2016, de 23 de agosto, estabeleceu, no n.º 3 do artigo 2.º, como tarefa dos organismos da administração central do Estado, em colaboração com as autarquias locais, o movimento associativo e as organizações não-governamentais, a promoção de campanhas de esterilização de animais errantes, como forma privilegiada de controlo da sua população, com o objetivo de assegurar a eliminação do recurso ao abate para o efeito. Assim, estabelecem a forma como as campanhas de esterilização devem ser conduzidas, assim como a cooperação entre organismos públicos, autarquias locais e organizações não governamentais que conduzem ao sucesso dessas iniciativas.

Na esteira do que é preconizado na lei e vem sendo prática de anos anteriores, o XXII Governo Constitucional, empenhado em garantir os resultados obtidos neste âmbito, previu em Orçamento do Estado a promoção de uma campanha nacional de esterilizações de cães e gatos, em cooperação com as associações zoófilas legalmente constituídas, as autarquias locais ou com as entidades gestoras de CRO intermunicipais e os organismos da administração direta do Estado envolvidos nesta área, conforme previsto no n.º 2 do artigo 8.º da Portaria n.º 146/2017, de 26 de abril, estabelecendo um apoio para a realização de intervenções de esterilizações de cães e gatos de companhia no valor de €3.800.000.

À semelhança dos anos anteriores, o apoio do Município revestiu a forma de apoio financeiro, sendo que, tal como o ICNF I.P., o Município estabeleceu quantias fixas ao tipo de animal. Especificamente em 2024, o Município colaborou com o ICNF para realizar as campanhas de esterilização e de identificação eletrónica de animais de companhia, com um total de 307 animais esterilizados e 169 identificados e registados. O apoio financeiro foi partilhado entre o ICNF e o Município, com a quantia de 30.410,80€ destinado à esterilização, em partes iguais, e 2.366,00€ à identificação eletrónica, sendo o ICNF responsável pela metade do valor relativo à identificação.

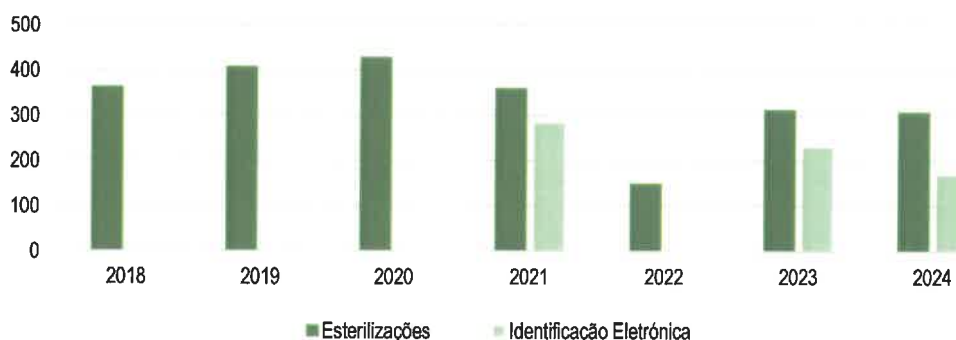


Gráfico 1 – Comparativo anual de Esterilizações e Identificações Eletrónicas

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a signature and the text "EIP" and "P. li."

TURISMO

Em 2024, a Loja Interativa de Turismo (adiante LIT) registou 5599 atendimentos presenciais, mantendo aproximadamente o nível de procura do ano transato. A denominada época alta portuguesa continua a absorver a maioria da procura no conjunto dos meses de agosto, setembro e outubro, mas não podemos deixar de verificar um aumento muito significativo da procura nos meses de abril, época de início dos cruzeiros no Douro e de excursões à Região (amendoeiras em flor, por exemplo), e maio, mês que, sendo particularmente fértil em eventos desportivos de grande participação como o Granfondo e a Meia Maratona do Douro. De notar a quebra registada em julho que por norma acompanha o crescendo da época alta.

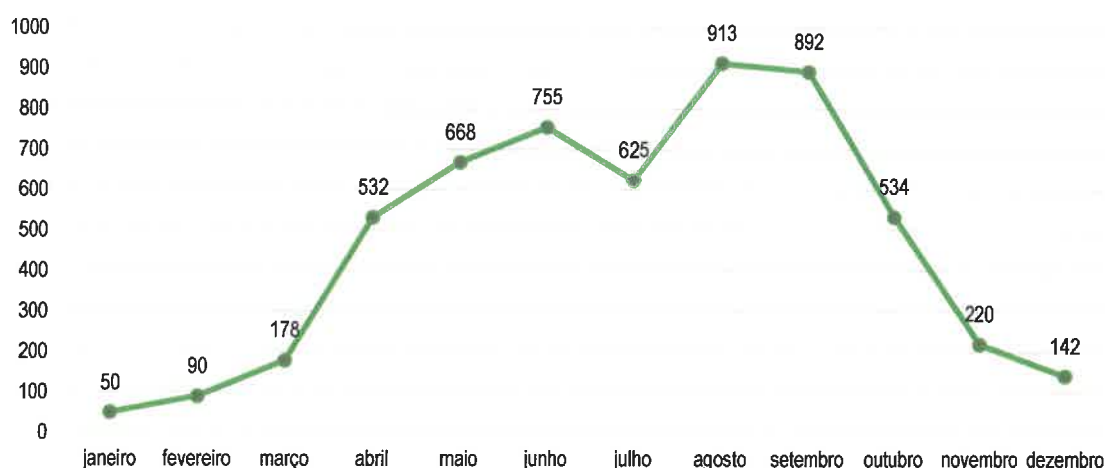


Gráfico 2 – Distribuição da procura da LIT - Nº de atendimentos por mês

Os portugueses continuam a ser quem mais procura a LIT, não existindo relação ao ano anterior alterações no que respeita às nacionalidades que mais nos procuram.



Gráfico 3 – Distribuição da procura da LIT por nacionalidades

A maior motivação dos turistas prendeu-se com a realização da Rota da N2, seguida por questões de

caracter geral sobre o concelho e sobre a região no sentido de o turista aprender e conhecer mais um pouco sobre o nosso território.

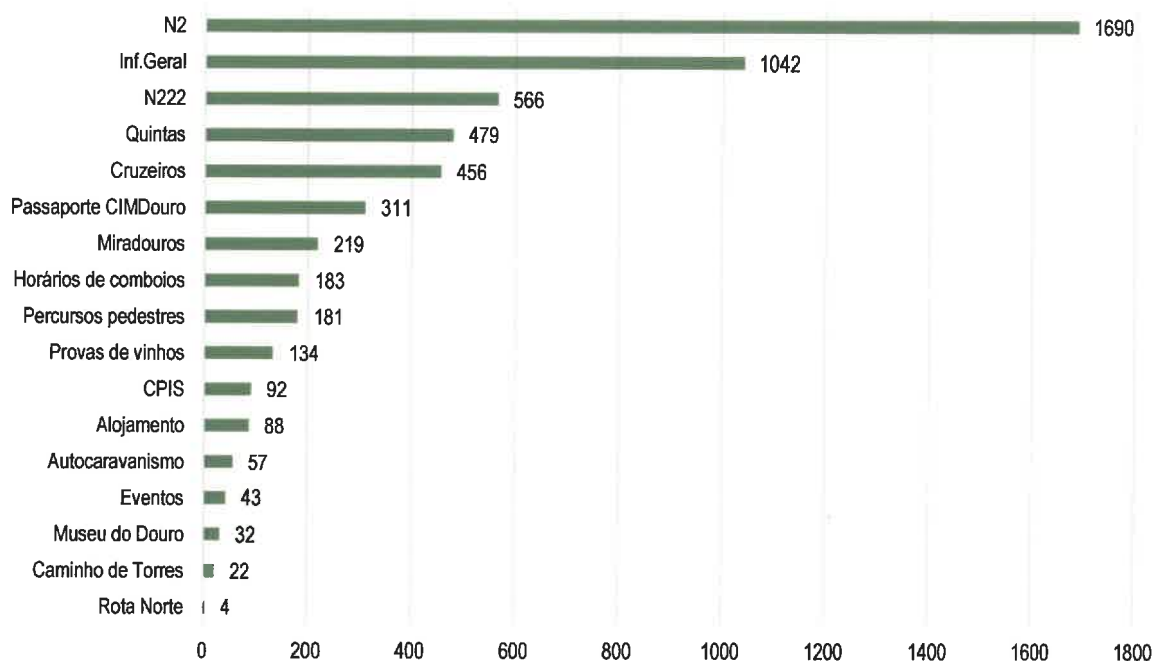


Gráfico 4 – Procura da LIT por motivação – N° de atendimentos

No registo dos visitantes por género e por idades (Gráfico 4), verificou-se um grande equilíbrio por parte dos géneros considerados e continua a aumentar a procura da LIT por pessoas acima dos 41 anos de idade.

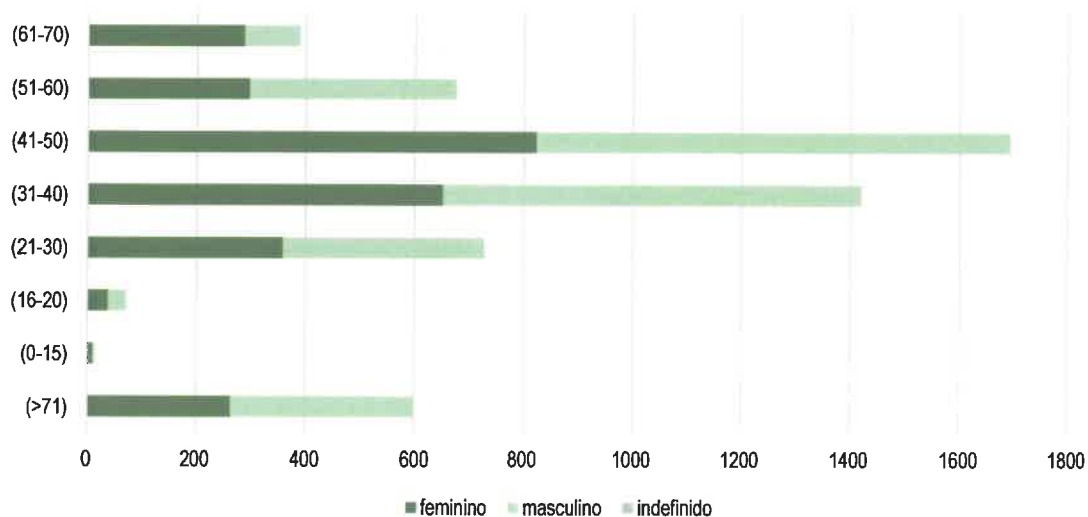


Gráfico 5 – Procura da LIT – N° de atendimentos por género e faixa etária

Em 2024, continuamos a registar um aumento do tempo de permanência na cidade/concelho dos turistas

que se dirigiram à LIT (gráfico 5), o que infere na importância de criar dinâmicas concelhias e regionais que contribuam para esta fixação durante o maior tempo possível no território.

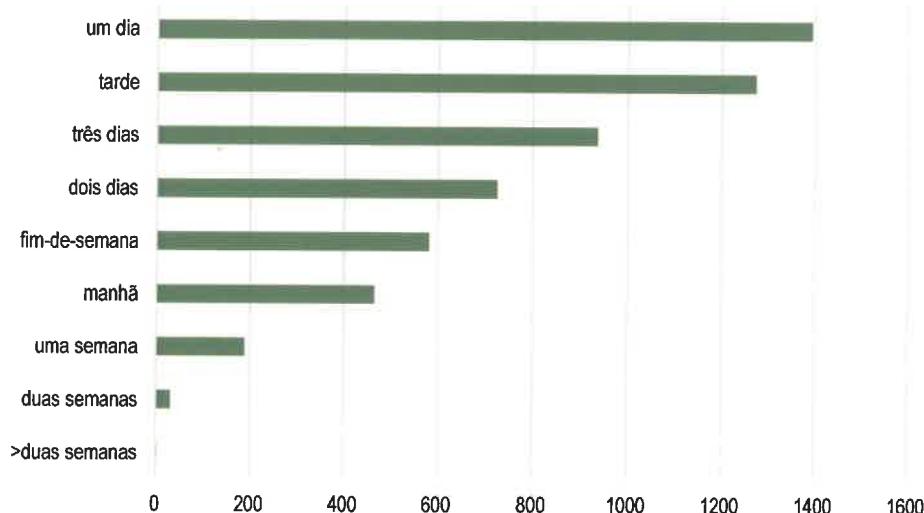


Gráfico 6 – Procura da LIT – Tempo de permanência na cidade/concelho

Para além da participação em feiras turísticas integradas em balcão da CIM Douro, da N2 e da Federação dos Caminhos Portugueses de Santiago, participamos em balcão próprio na Expocidades, Ferrol (Espanha), na Feira Nacional de Agricultura Santarém, no Festival Nacional de Gastronomia, Santarém e no 25.º Salão Internacional de Turismo Gastronómico "Xantar 2024, Ourense (Espanha).

AUDITÓRIO MUNICIPAL DO PESO DA RÉGUA

O Auditório Municipal é a casa da cultura em Peso da Régua, um espaço diferenciado pelas condições técnicas de que dispõe, que lhe garantem polivalência, permitindo, por isso, programação de palco, cinema, congressos, sessões de informação, feiras, workshops, exposições e múltiplas atividades ao ar livre.

Um programa cultural de qualidade, coincidente com afluência de público continuam a ser os objetivos centrais da estratégia de trabalho, a qual se alarga às áreas supra identificadas.

No período compreendido entre janeiro e dezembro de 2024 promovemos 111 sessões de cinema, com 5342 espetadores, mais 1202 espetadores registados que no ano transato, onde comparativamente com 2022 já se tinha registado cerca do dobro dos espetadores. A tendência mantém-se.

De março a dezembro, realizamos 29 espetáculos de palco (o mesmo número que no ano transato), aos quais corresponderam 5143 espetadores, mais 1675 espetadores que no ano anterior.

À semelhança dos anos anteriores, o grande auditório recebeu cerimónias como a gala comemorativa do Dia Internacional da Mulher, a gala comemorativa do 150.º aniversário da ACIR, a cerimónia de



condecoração municipal, com cerca de 700 pessoas. A estas iniciativas juntamos quatro congressos, com uma participação global na ordem das 2000 pessoas.

Mantivemos a polivalência do pequeno e do grande auditório, a qual permitiu a realização de iniciativas em parceria com várias entidades, nomeadamente Gabinete de Inserção Profissional, Rede Social, Clas de Peso da Régua, Ordem dos Médicos, CIM Douro, Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, CCDR-n, IVDP, Associação Douro Histórico, Agrupamento de Escolas João de Araújo Correia, Escola Profissional de Desenvolvimento Rural do Rodo, entre outros, cujo público-alvo se cifra em cerca de 4000 pessoas.

A quarta edição da Douro Wine City voltou a registar uma participação na ordem das 10 mil pessoas.

Em 2024, estiveram patentes seis exposições na Galeria de Artes do AUDIR, tendo as mesmas sido visitadas por cerca de 2500 pessoas.

Este trabalho foi complementado com a realização de 9 workshops temáticos, que no total registaram a participação de cerca de 700 pessoas.

BIBLIOTECA MUNICIPAL DO PESO DA RÉGUA

Enquanto pilar da estrutura cultural e educativa do concelho, a Biblioteca Municipal do Peso da Régua tem vindo a adaptar-se continuamente às necessidades da comunidade, proporcionando um ambiente acolhedor e acessível que promove a leitura, a aprendizagem e a inclusão social.

Neste contexto, apresentamos uma visão geral das atividades e iniciativas realizadas ao longo de 2024, acompanhada de dados estatísticos que refletem o impacto positivo da Biblioteca na vida dos munícipes.

Em 2024, a Biblioteca Municipal registou 4162 entradas para utilização dos serviços gerais, um aumento de 7,06% em relação ao ano anterior. Apresenta-se em seguida uma análise detalhada dos padrões de utilização e das características e preferências dos utilizadores ao longo do último ano.

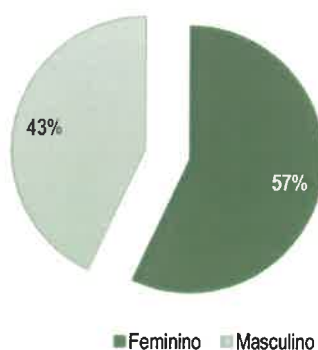


Gráfico 7 - Distribuição de Utilizadores por Género

O Gráfico 7 apresenta a distribuição demográfica dos utilizadores da Biblioteca Municipal por género. Observa-se uma ligeira redução na proporção de utilizadores do sexo masculino, que representam agora

43% (face a 45% em 2023), enquanto os utilizadores do sexo feminino aumentaram para 57% (55% em 2023). Esta tendência pode indicar um crescimento do envolvimento feminino nas atividades e serviços da Biblioteca, mantendo-se, no entanto, uma distribuição relativamente equilibrada, que reforça o caráter inclusivo do espaço.

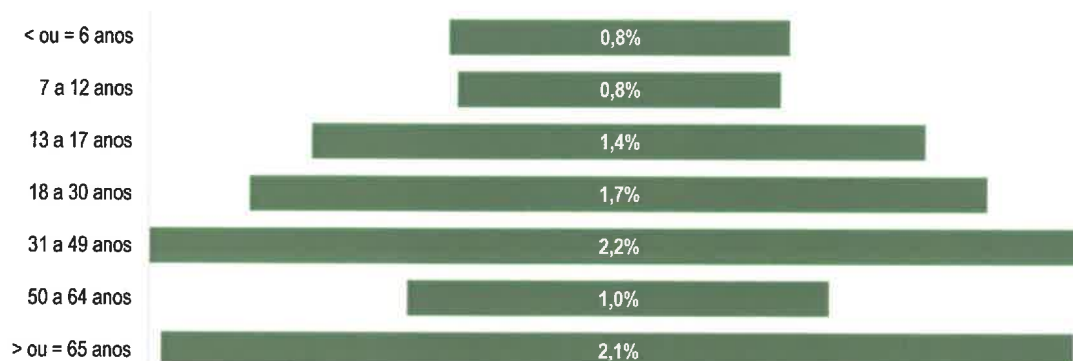


Gráfico 8 - Distribuição de Utilizadores por Idade

O Gráfico 8 detalha a distribuição dos utilizadores por faixa etária. As maiores percentagens encontram-se nos grupos dos 31 aos 49 anos (21,9%) e dos 65 anos ou mais (21,3%). Os dados confirmam o papel da Biblioteca como um espaço relevante para diferentes gerações, oferecendo atividades e serviços adaptados às necessidades de cada faixa etária.

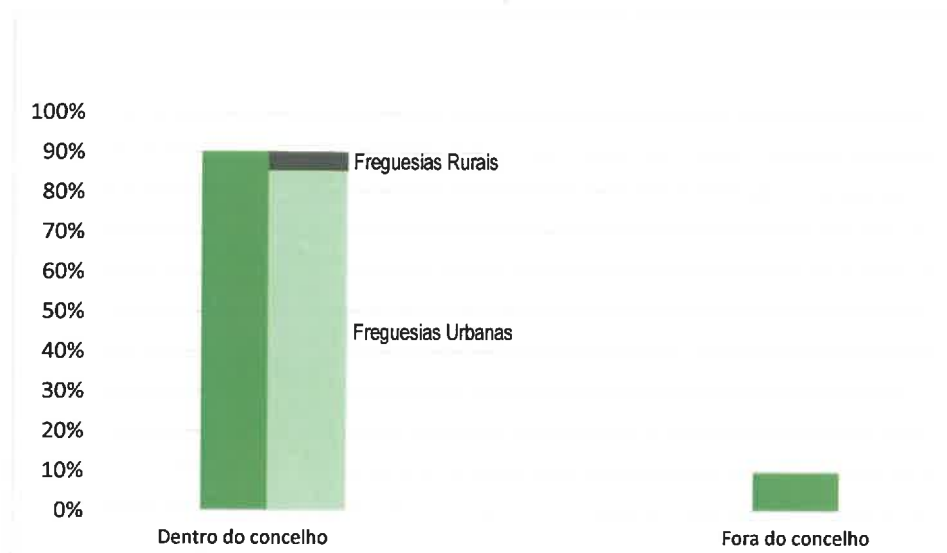


Gráfico 9 - Proveniência dos Utilizadores

O Gráfico 9 ilustra a proveniência dos utilizadores da Biblioteca Municipal. A maioria continua a residir dentro do concelho do Peso da Régua, representando 90% dos utilizadores, embora com uma ligeira diminuição em relação a 2023 (93%). Por outro lado, os utilizadores provenientes de fora do concelho

aumentaram para 10% (7% em 2023), evidenciando um maior alcance da Biblioteca para além das fronteiras locais. Entre os residentes do concelho, a distribuição geográfica mantém-se estável: 97,3% vivem em freguesias urbanas, o que é consistente com a localização da Biblioteca, enquanto 2,6% provêm de freguesias rurais.

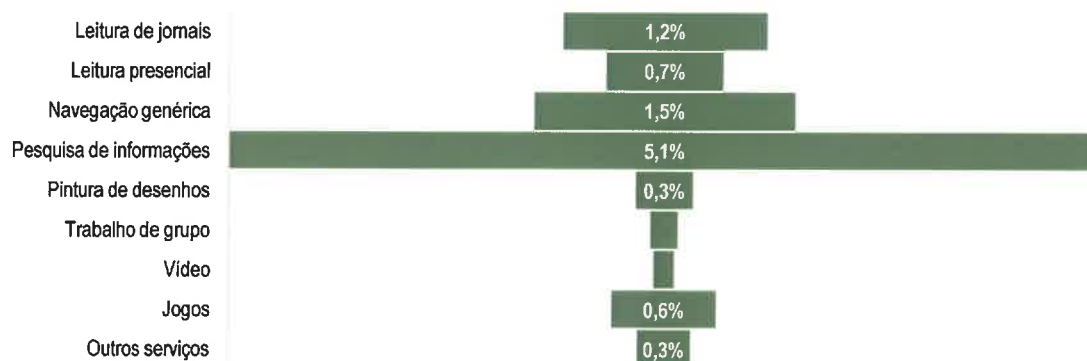


Gráfico 10 - Utilização dos Serviços

O Gráfico 10 ilustra os serviços mais utilizados pelos leitores da Biblioteca Municipal, evidenciando uma distribuição variada nas atividades oferecidas. A maior parte da utilização concentra-se na pesquisa de informações, que representa 50,8% do total, seguida pela navegação genérica, com 15,2%. A leitura de jornais também é uma prática popular, com 11,9% dos utilizadores a optarem por esta atividade. Outros serviços, como pintura de desenhos, trabalho de grupo, vídeo e jogos, têm percentagens mais reduzidas, mas igualmente importantes para a diversidade de experiências proporcionadas pela Biblioteca.



Gráfico 11 - Número de Utilizadores por mês

O Gráfico 11 apresenta a evolução mensal do número de utilizadores registados, revelando flutuações significativas ao longo do ano. Destaca-se um pico de utilizadores em janeiro, seguido de outros meses com uma elevada afluência, como junho, coincidente com o período de exames. Em contraste, os meses de verão, especialmente julho e agosto, apresentam uma redução no número de utilizadores, o que pode

ser atribuído às férias em geral e à diminuição da procura por atividades durante esse período.

À data de 31 de dezembro de 2024, a Biblioteca Municipal contava com 2745 utilizadores inscritos. Durante o ano, registaram-se 79 novas inscrições, um número ligeiramente inferior ao de 2023 (82 inscrições). Esta estabilidade no número de novas adesões demonstra a continuidade do interesse da comunidade pelos serviços da Biblioteca.

Relativamente às obras em catálogo, a Biblioteca Municipal possui uma coleção de 27 284 registos, sendo que no ano em questão adquiriu 1364 publicações. Este fundo está, na sua maioria, em livre acesso ao público e disponível para empréstimo domiciliário. Existe, contudo, uma parte do acervo que, pelas suas características, apenas pode ser consultado localmente.

No ano de 2024 registaram-se 1777 empréstimos de volumes/unidades físicas, um aumento de 18,63% face a 2023. Este crescimento demonstra um maior envolvimento dos utilizadores com os serviços da Biblioteca, refletindo um interesse acrescido na leitura e no acesso ao acervo disponível.

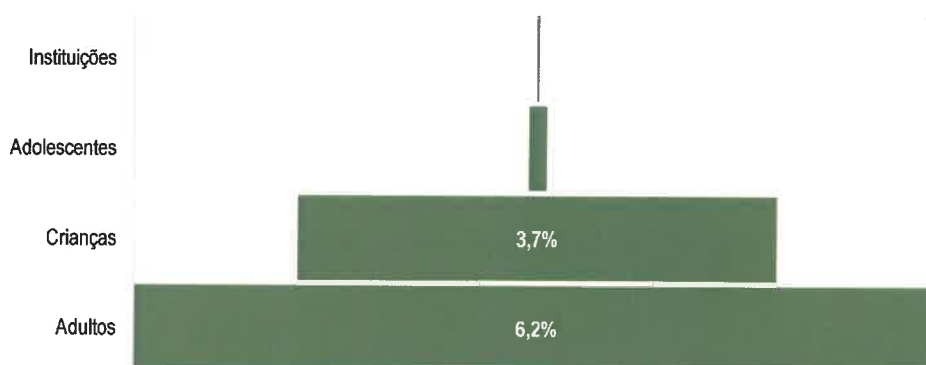


Gráfico 12 - Empréstimos por Categoria de Leitor

O Gráfico 12 apresenta a distribuição dos empréstimos por categoria de leitor, destacando que a maioria foi realizada por leitores adultos, representando 61,7% do total, o que corresponde a um aumento de 11,6% face a 2023.

Os empréstimos efetuados p

r crianças continuam a ter um peso significativo, representando 36,7% do total. Embora esta percentagem tenha diminuído em relação ao ano anterior, o número absoluto de empréstimos realizados por crianças aumentou. Esta redução percentual deve-se ao crescimento ainda mais expressivo dos empréstimos realizados por adultos.

Já os empréstimos realizados por adolescentes e instituições mantêm percentagens reduzidas, com 1,4% e 0,2%, respetivamente.

Estes dados indicam um aumento significativo da participação dos adultos no serviço de empréstimo,

enquanto as crianças mantêm uma utilização ativa.

Para fomentar o empréstimo domiciliário tanto para o público adulto como para o público infantil e juvenil, e sempre mediante a requisição de livros, foram realizadas as seguintes ações:

- Celebração do Dia dos Namorados, através da oferta de um marcador de livros;
- Celebração do Dia Internacional da Mulher, através da oferta de uma lembrança alusiva ao dia;
- Celebração do Dia Mundial do Livro e do Direitos de Autor, com a iniciativa "Leve um Livro, Receba uma Rosa";
- Celebração dos 50 anos do 25 de abril, através da oferta de um marcador de livros;
- Celebração do Halloween, com a iniciativa "DOÇURA E LEITURA", através da oferta de uma caixa de doces;
- Celebração da época natalícia, através da oferta de uma vela.

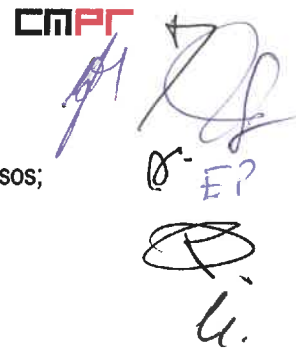
Para além dos serviços gerais, ao longo do último ano a Biblioteca Municipal apresentou uma programação que refletiu a vontade de oferecer uma ampla variedade de oportunidades de participação a todos os munícipes, tendo desenvolvido as seguintes atividades:

- Onze apresentações de livros;
- Seis sessões de "Memórias à Nossa Medida";
- Oito reuniões do Clube de Leitura "Café com Livros";
- Vinte sessões de "Conversas a fio(s)";
- Uma exposição;
- Oito sessões da Hora do Conto;
- Seis ações para os alunos do Ensino Pré-escolar;
- Uma ação para os alunos do 1.º ciclo;
- Uma ação para os alunos do 3.º ciclo;
- Sete oficinas temáticas infantis;
- Celebração do 18.º aniversário da Biblioteca Municipal.

Estas atividades tiveram como principais objetivos promover a leitura e a cultura, estimular a imaginação, criar momentos de partilha e aprendizagem, além de intensificar a discussão e a troca de ideias. Buscou-se, assim, fomentar um ambiente propício ao diálogo e ao enriquecimento mútuo. No total, registou-se a participação de 2305 pessoas nessas iniciativas.

Falando especificamente do evento de maior relevância no calendário anual da Biblioteca Municipal, a XXV Feira do Livro do Douro contou com as seguintes atividades:

- Oito apresentações de livros;
- Dez sessões da Hora do Conto;



- Duas oficinas infantis;
- Nove visitas guiadas às IPSS concelhias que prestam serviços de apoio a deficientes e idosos;
- Três espetáculos infantis;
- Sete espetáculos musicais;
- Animação infantil aos fins de semana.

Nas atividades em que foi possível contabilizar os participantes, registou-se um total de 1915 pessoas. Estima-se que, além destas, aproximadamente 1500 pessoas tenham visitado a XXV Feira do Livro do Douro.

Sempre com o objetivo de enriquecer a vida cultural e educacional dos seus munícipes, a Biblioteca Municipal não se limitou às atividades no seu espaço físico e em 2024 estendeu a sua ação para além das suas paredes, tendo dinamizado as seguintes atividades:

- Hora do Conto Sénior, realizada nas instalações das IPSS do concelho que oferecem os serviços de Centro de Dia/Convívio e Estrutura Residencial para Idosos;
- Apresentação do livro “A coragem para seres tu própria”, de Joana Gentil Martins, na Escola Secundária João de Araújo Correia;
- Apresentação do livro “Curvas”, de Zita Pereira, na EB 2,3;
Apresentação dos livros “Chovia ouro no bosque” e “A Princesinha dos Bordados de Ouro”, de Alexandre Parafita, nos Centros Escolares;
- Dinamização do projeto “Leitura em Família”, em articulação com as Bibliotecas dos Centros Escolares.

GABINETE DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO

No âmbito da Ação Social e Habitação, o Município do Peso da Régua procura adotar uma perspetiva atenta e flexível na análise e compreensão dos problemas sociais, dadas as transformações aceleradas e intensas da realidade dos nossos tempos, implementado um conjunto de políticas sociais e desenvolvendo um trabalho de proximidade e de diagnóstico cada vez mais profundo com o objetivo de minimizar as situações de risco, pobreza e desigualdade social, junto das franjas mais vulneráveis da comunidade.

De igual modo, através do setor de ação social e habitação, em concertação com as demais entidades com responsabilidade na área da solidariedade social, nomeadamente do Conselho Local de Ação Social procura desenvolver ações de prevenção para os grupos mais vulneráveis e de igual modo para capacitação dos técnicos.

Em 2024 a Câmara Municipal do Peso da Régua, no âmbito da ação social, implementou um novo projeto de apoio denominado de Radar Social, destinado a pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade, pobreza, exclusão social ou discriminação.

Trata-se de uma medida financiada a 100%, no âmbito da Componente C03 - Respostas Sociais, do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que se encontra em execução no Município, desde abril, e que terá a duração de 24 meses.

A implementação do Programa está organizada em duas etapas, sendo que a primeira teve início em abril e a duração de 3 meses, tendo sido materializada e concluída através da atualização dos instrumentos de trabalho da Rede Social, nomeadamente o Diagnóstico Social do Concelho e o Plano de Desenvolvimento Social para o quadriénio 2024-2028 e, o Plano de Ação 2024 e da aprovação dos mesmos, em sede de reunião plenária do Conselho Local de Ação Social da Rede Social de Peso da Régua, dia 20 de junho de 2024.

A segunda fase do Radar Social compreende a execução do Plano de Ação do Radar Social, com início em julho de 2024 e término a 31 de março de 2026.

Conselho Local de Ação Social

A resposta a esses desafios advindos da rápida mutabilidade da realidade social é constantemente exigida e, por esse motivo a necessidade de planificar, dinamizar e operacionalizar um conjunto de ações no âmbito do trabalho da Rede Social concelhia, dando cumprimento para tal às competências atribuídas ao núcleo executivo do conselho local de ação social.

Assim, em 2024, deu-se continuidade à dinamização do CLAS, no âmbito do trabalho promovido pela Rede Social, tendo sido realizadas sete reuniões com o Núcleo Executivo local (composto por sete entidades parceiras) e seis reuniões plenárias com os elementos do Conselho Local de Ação Social (quarenta e cinco entidades parceiras), com o objetivo de colocar em prática estratégias de desenvolvimento social do concelho.

Dessas reuniões resultou a elaboração e execução do plano de ação 2024 e a elaboração, apreciação, discussão e votação dos pareceres solicitados pelas IPSS concelhias às seguintes candidaturas: - candidatura apresentada pela entidade Associação de Assistência de Nossa Senhora das Candeias, ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) - AVISO Investimento RE-C03-I01-Nova Geração de equipamentos e Respostas Sociais| N.º 09/C03-i01/2023| RE-C03-i01.m01- Requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais para a resposta Habitação Colaborativa; - candidatura apresentada pela entidade Santa Casa da Misericórdia do Peso da Régua à resposta social creche, ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) - AVISO Investimento RE-C03-I01-Nova Geração de equipamentos e Respostas Sociais| N.º 10/C03-i01/2023| RE-C03-i01.m01- Requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais.

Foi ainda apreciado em sede do Núcleo Executivo e colocado à votação em sessão plenária do CLAS a apreciação e votação da proposta da Entidade Coordenadora Local de Parceria (ECLP) do Programa Contrato Local de Desenvolvimento Social 5G (CLDS 5G), artigo 11.º Portaria n.º 428/2023 de 12 de



dezembro, que iniciou atividade no concelho em novembro de 2024.

No ano de 2024, o núcleo executivo considerando as necessidades diagnosticadas nos instrumentos de planeamento concelhio, nomeadamente no Diagnóstico Social 2020-2024, formulou projetos e iniciativas de desenvolvimento social local nas diversas áreas de intervenção prioritária: saúde mental, infância e juventude, violência doméstica, absentismo escolar, parentalidade positiva, população idosa, minorias étnicas, em articulação com as várias entidades que integram o Conselho Local de Ação Social do Peso da Régua| Rede Social.

Partindo do lugar do papel da família como o pilar fundamental na educação e desenvolvimento da criança, promoveu-se a primeira edição do Dia da Família “Piquenique em Família” com o objetivo de proporcionar a participação das famílias (avós, filhos, netos, tios) e destacar a importância do seu papel na comunidade.

Atendendo ao protocolo estabelecido com a Garantia para a Infância, considerando as problemáticas do absentismo e da pobreza infantil e exclusão social, organizámos o Seminário: Pobreza Infantil e Educação – INVESTIR Hoje, COLHER Amanhã, em parceria com a EAPN Portugal e com CPCJ do Peso da Régua, com painéis subordinados aos temas «A Educação como “elevador social” e “Práticas, experiências e projetos inspiradores para a ação futura”».

Realizou-se ainda uma atividade de sensibilização para promoção da utilização segura e responsável das tecnologias, junto de alunos da EB 2/3 de Peso da Régua, com idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos, em parceria com a Secção de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário do Destacamento Territorial de Peso da Régua, assinalando-se assim a 21.ª edição do Dia da Internet Mais Segura.

Relativamente às atividades preconizadas pela Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, nomeadamente: Mês da Prevenção dos Maus Tratos na Infância e Comemoração do Aniversário da Convenção sobre os Direitos da Criança foram promovidas com as crianças do pré-escolar do concelho atividades no âmbito da parentalidade positiva e inteligência emocional - Apresentação e dramaturgia do Conto “Cuida Bem de Mim” da CNPDPCJ/exploração do tema dos maus-tratos e dos bons-tratos (abril); e realização e exposição de trabalhos pelas crianças sobre as emoções baseados no livro infantil “O Monstro das Cores”, onde se incluiu uma ida ao teatro para assistir à respetiva peça. Durante todo o mês de abril iluminou-se o edifício da Biblioteca Municipal de azul como forma de sensibilizar a comunidade para a prevenção dos maus-tratos.

À semelhança dos anos transatos participámos no Encontro Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ que se realizou nos dias 22, 23 e 24 de maio na Covilhã.

Foram ainda realizadas visitas às Instituições Particulares de Solidariedade Social para auscultação dos parceiros e levantamento das necessidades.

No seguimento dos protocolos estabelecidos no ano transato, nomeadamente o Protocolo de Constituição da Rede Especializada para a Intervenção na Violência Doméstica Celebração e em Contexto Familiar –



RIVD – da Comarca/Distrito de Vila Real, com cerca de 35 entidades do distrito de Vila Real, participámos nas reuniões promovidas pela Comarca de Vila Real e organizámos uma reunião no concelho do Peso da Régua, a 12 de julho de 2024 no auditório municipal, onde foram partilhadas as intervenções da Santa Casa da Misericórdia de Peso da Régua, da Santa Casa da Misericórdia de Chaves, do Centro de Respostas Integradas de Vila Real, da Cáritas Diocesana e da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, gabinete de Vila Real.

No âmbito do Núcleo de Garantia para a Infância de Peso da Régua participámos em reuniões (online), ações de formação e um seminário promovidos pelas equipas técnicas com o objetivo de colocar em curso as linhas orientadoras deste programa.

Ação Social

A intervenção da ação social do Município é também efetivada através do Gabinete de Ação Social e Habitação de forma presencial e não presencial, por atendimentos telefónicos, visitas, encaminhamentos, em articulação institucional, que se traduz de janeiro a dezembro de 2024 nos seguintes números: atendimentos – 1584 (média de 6 atendimentos por dia); visitas domiciliárias – 540; reuniões de trabalho/parceria – 48; encaminhamentos – cerca de 44 para instituições parceiras.

O número médio de atendimentos por mês foi de 132, sendo realizado de forma presencial ou telefonicamente. Em relação às visitas domiciliárias efetuadas, estão contempladas as visitas no âmbito da atividade dos Cabazes de Natal num total de 500 inscrições.

À exceção do contabilizado no decorrer da entrega de cabazes de Natal foram realizadas cerca de 45 visitas/mês. No seguimento, realizaram-se em média cerca de 4 reuniões/mês com os parceiros.

Em relação ao funcionamento do Espaço S, a Câmara Municipal e, por razões extrínsecas, manteve, durante o ano de 2024, o Espaço S fechado ao público, reabrindo no final desse mesmo ano, através da inclusão de dois elementos desempregados, inseridos em Contrato Emprego Inserção +, em articulação com o IEFP.

Mesmo sem estar aberto ao público e, ainda, ao longo de 2024, o Espaço Solidário apoiou uma média de 35 famílias/mês, na procura de bens, nomeadamente, vestuário e calçado e cerca de 25 famílias foram apoiadas com mobiliário.

No seguimento da política municipal de apoio e incentivo aos estudantes do Concelho ao Ensino Superior e considerando a vulnerabilidade económica das famílias, no ano letivo 2023/2024 foram atribuídas 85 bolsas de estudo aos estudantes do ensino superior que frequentam a licenciatura, no valor de setecentos e cinquenta euros (750,00€) cada aluno, perfazendo um total de sessenta e três mil euros e setecentos e cinquenta euros (63.750,00€).

No âmbito da intervenção comunitária e ao longo do ano de 2024 foram realizadas as seguintes atividades:

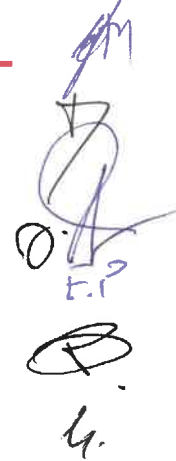
- Participação em reuniões quinzenais e colaboração com o Núcleo Local de Inserção, protocolo entre a SCM e o ISS, na sinalização, agilização e acompanhamento dos utentes com processos de RSI;
- Realização de trabalho em parceria com o Gabinete de Inserção Profissional, na sinalização e encaminhamento de casos;

SAAS

No âmbito da transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais, no domínio da Ação Social operada pelo Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, foi criado o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) do Peso da Régua. Nesse domínio, o município passou a assumir funções no âmbito da ação social, nomeadamente, na possibilidade de atribuição e apoios económicos a públicos devidamente carenciados e com critério de fragilidade económica, efetuados 24 apoios económicos e/ou uso do Fundo de maneo afeto a este serviço e que visa colmatar necessidades básicas do indivíduo ou agregado familiar. De janeiro a dezembro de 2024 o denominado SAAS efetuou atendimentos, encaminhamentos e pedidos de ingresso em resposta social adequada à problemática, nomeadamente sinalização e encaminhamento de idosos para ingresso em vaga social, tutela pelo ISS, bem como adotou como instrumento de trabalho, como a base de dados afeta ao ISS – WEBSISS- Violência doméstica.

No âmbito da Comissão Municipal de Apoio ao Idoso criada por este município e, durante o ano transato, foi possível organizarmos uma semana dedicada à análise, discussão e partilha de intervenções na área da terceira idade, denominada de semana do CMAI. Das conclusões retiradas, ao longo da semana dedicada aos idosos, foi possível identificar algumas fragilidades/impedimentos legais que invalidam a intervenção das comissões municipais de apoio ao idoso, nomeadamente, o constrangimento legal em retirar um idoso, com carácter de urgência, quando se encontra exposto a um risco e/ou perigo acrescido para a sua integridade, como operacionalizado pelas CPCJ. Esta ausência de enquadramento legal, limita a intervenção das Comissões e regula a condição de dignidade dos nossos idosos. Nesse sentido, é pretensão desta Comissão proceder à elaboração de um documento que reflita as preocupações das Comissões municipais do Idoso e que o mesmo possa ser apreciado pela Assembleia da República, a título de identificação de necessidades sentidas ao longo da intervenção prática.

- Durante o ano transato, foram efetuadas 187 visitas (com reincidência), numa média mensal de 15 visitas. Resulta, ainda, do trabalho desta comissão a construção de relação de proximidade com o ministério Público, no sentido de criação de fio condutor de situações limite e que, devem ser devidamente encaminhadas para esta entidade, por inexistência de resposta ou por impedimento do próprio idoso(a). Para o efeito, foram efetuadas reuniões junto desta entidade e, até à data, encaminhadas 5 situações para Tribunal.





GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL

Com o objetivo primordial de prestar um apoio mais próximo, eficaz e personalizado a todos os munícipes Reguenses desempregados, foi implementado no ano 2009, o Gabinete de Inserção Profissional (GIP), na estrutura central da Câmara Municipal do Peso da Régua, como forma de apoiar todos os jovens e adultos desempregados do concelho, na definição e desenvolvimento do seu percurso profissional, contando sempre com a parceria fundamental do Serviço de Emprego de Vila Real.

O Gabinete de Inserção Profissional (GIP), encontra-se em atividade diariamente, e pronto para receber cada munícipe desempregado do concelho, ou entidade empregadora local, por forma a apoiar cada situação específica, proporcionando-lhe sempre o melhor encaminhamento possível. São várias as áreas de atividade do GIP, tais como, captação e divulgação de ofertas de emprego, encaminhamento de utentes para grupos de formação profissional, direcionada a jovens e adultos desempregados, apoio na procura ativa de emprego, acompanhamento personalizado dos desempregados em fase de inserção ou reinserção profissional, colocação de desempregados nas ofertas disponíveis e mais adequadas a cada perfil, encaminhamento para ofertas de qualificação, controlo de apresentação periódica dos beneficiários das prestações de desemprego, entre outras atividades consideradas necessárias aos desempregados inscritos nos Centros de Emprego.

A estreita ligação existente com todas as entidades empregadoras locais, tem permitido ao GIP dar uma resposta de encaminhamento a todos os utentes, no que respeita à área do emprego, permitindo assim fazer face às elevadas taxas de desemprego locais.

No ano de 2024, a Técnica Animadora do GIP realizou 331 novas inscrições de utentes.

De janeiro a dezembro de 2024, o GIP desenvolveu 15 Sessões Coletivas Informativas de Medidas Apoio ao Emprego, 782 Sessões Individualizadas Informativas de Medidas Apoio ao Emprego, 216 Sessões Individuais de Informação relativas aos Direitos e Deveres dos Desempregados Subsidiados, 421 Ações Individualizadas de Apoio à Procura de Emprego e Desenvolvimento da Atitude Empreendedora, 35 Sessões de Encaminhamento para Ofertas de Emprego e por fim, 12 Sessões de Encaminhamento de Utes para Formação Profissional, tendo trabalhado um total de 3670 utentes.

No que respeita ao atendimento diário realizado, são recebidos uma média de 15 utentes, onde a Técnica Animadora do GIP presta apoio aos mesmos na submissão de novos processos de desemprego, procura ativa de emprego, elaboração dos respetivos currículos vitae e cartas de apresentação, encaminhamentos para grupos de formação profissional e informação sobre as diversas medidas de apoio promovidas pelo IEFP, I.P, perfazendo uma média de 335 atendimentos/mês.

No decorrer do ano 2024, foram captadas e registadas 10 novas ofertas de emprego, e cerca de 3 utentes desempregados ficaram integrados nas mesmas. Foram encaminhados para entrevistas presenciais, através de sites de procura ativa de emprego e ofertas registadas em gabinete, cerca de 738 utentes.



É também responsabilidade do GIP, a disponibilização de auxílio a todas as entidades empregadoras locais, no que respeita à submissão de candidaturas às diversas Medidas Ativas de Emprego e Medidas de Apoio à Contratação, tendo sido estabelecidas parcerias com 29 Entidades Privadas e Públicas, pertencentes ao concelho do Peso da Régua, submetidas 26 candidaturas e colocados 53 munícipes reguenses. Após o início formal destes projetos, todas as Entidades foram igualmente apoiadas no que respeita à gestão dos processos das mesmas, nomeadamente no preenchimento de mapas de assiduidade, listagens de despesas pagas, elaboração de contratos, pedidos de reembolso, pedidos de encerramento de projetos, entre outras questões legais que possam surgir, sempre em articulação com os Técnicos do Serviço de Emprego de Vila Real.

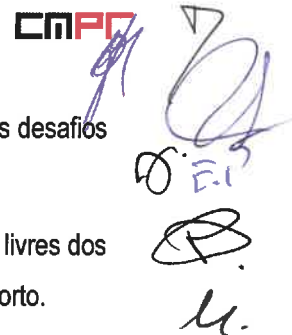
No que concerne à vertente da formação profissional, o GIP conseguiu oferecer o encaminhamento de 559 munícipes para ofertas formativas disponibilizadas pelo Instituto de Formação Profissional de Vila Real, no âmbito de Cursos de Formação Modular, Cursos de Aprendizagem e Cursos EFA, maioritariamente nas áreas de Ação Educativa, Informática, Saúde, Assistente Familiar e Apoio à Comunidade e Inglês. Uma outra resposta do gabinete passa pela disponibilização de informação aos munícipes sobre a existência de outras possibilidades a nível formativo, ou pelo encaminhamento formal ou informal, para outras Entidades locais, tais como a ARDAD, Associação de Desenvolvimento da Régua (ADR), A2000, Escola Profissional de Desenvolvimento Rural da Régua, e ainda para outras entidades formativas privadas a nível regional.

Em consonância com o ano 2023, o GIP fortificou de forma mais sólida, todas as suas parcerias com o Gabinete de Ação Social do Município, o Instituto da Segurança Social de Peso da Régua e projeto CLDS 5G, permitindo desta forma a todos os munícipes desempregados uma resposta mais concreta na área do emprego, direcionando-os e encaminhando os mesmos, para a oportunidade mais vantajosa, existente em cada momento.

As diversas guerras mundiais ainda ativas, continuam a originar um clima de instabilidade quer político, quer financeiro, o que afeta diretamente as taxas de desemprego, que se mantem em níveis acima do esperado. Também a nível local estes efeitos se refletem, tomando-se assim, cada vez mais necessária, a existência de uma estrutura local capaz de orientar todos os munícipes que enfrentem pela primeira vez uma situação de desemprego, ou todos aqueles que não sendo a primeira situação, necessitem de apoio para rapidamente regressarem à sua vida ativa. É nesta vertente, que a atuação do GIP demonstra a sua importância, no sentido de tentar o mais rapidamente possível, dar resposta a todas as necessidades profissionais dos munícipes concelho.

EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS

Reconhecendo no Desporto o meio privilegiado para a adoção de hábitos de vida saudáveis, individuais e coletivos, o Município aposta na promoção das condições físicas e na criação de oportunidades, de modo a incentivar os reguenses para a sua prática regular, contribuindo para o seu bem-estar físico e emocional.



Aumentar a Qualidade das práticas desportivas e diversificar a oferta desportiva são os grandes desafios do Município, que conta com o apoio fundamental do Associativismo Concelhio.

Existe uma preocupação premente em criar atividades saudáveis para a ocupação dos tempos livres dos nossos idosos e também dos nossos jovens. Desenvolver uma rotina saudável, praticando desporto.

Este relatório tem por objetivo, divulgar e dar a conhecer, as horas de ocupação e utilização de cada equipamento desportivo,

Apoiados num conjunto de valores, como: a comunicação; a responsabilidade; a confiança; a competência; a transparência, temos por objetivos:

- Melhorar e modernizar os equipamentos desportivos;
- Procurar que a conservação dos equipamentos desportivos seja uma constante;
- Tentar arranjar soluções para as carências de instalações desportivas disponíveis;
- Tentar aumentar as pequenas áreas de atividades lúdicas e desportivas ao ar livre;
- Melhorar a resposta das IPSS através da modalidade desportiva – Boccia para os seus utentes;
- Aumentar o número de participações nos torneios do Inatel, Boccia Sénior;
- Procurar continuar a reduzir os custos de manutenção dos equipamentos desportivos;
- Aumentar a participação desportiva junto de todos os segmentos populacionais;
- Promover atividade física e desportiva para todos os cidadãos.

Passamos a elencar as atividades e Eventos Desportivos que decorreram nos Equipamentos Desportivos afetos ao Município do Peso da Régua:

- Futsal – Jogo internacional dos sub19, Portugal X Hungria;
- Jogos dos quadros competitivos das diversas modalidades coletivas e respetivos escalões (Futsal; Andebol e Voleibol);
- Concentração de Andebol/traquinas, benjamins;
- Concentração de futsal/traquinas, benjamins;
- Atividade/aulas da EB/2,3;
- Campeonato do Desporto Escolar;
- Férias 100%;
- Atividades relacionadas com o Boccia Sénior;
- Torneio de Voleibol (Clube Voleibol da Régua);
- Torneio de Futsal (Amigos Abeira Douro);
- Aulas de dança (Zumba);
- Futsal/Grupos recreativos;
- Ceias de Natal;
- Festas de encerramento do ano letivo.

O Pavilhão Multiusos António Saraiva continua a ter uma carga horária bastante elevada, das 9h às 00:30 e por vezes das 8h às 00:30. Os fins-de-semana têm sempre a sua carga horária ocupada, para a realização dos respetivos jogos, das diversas modalidades e escalões.

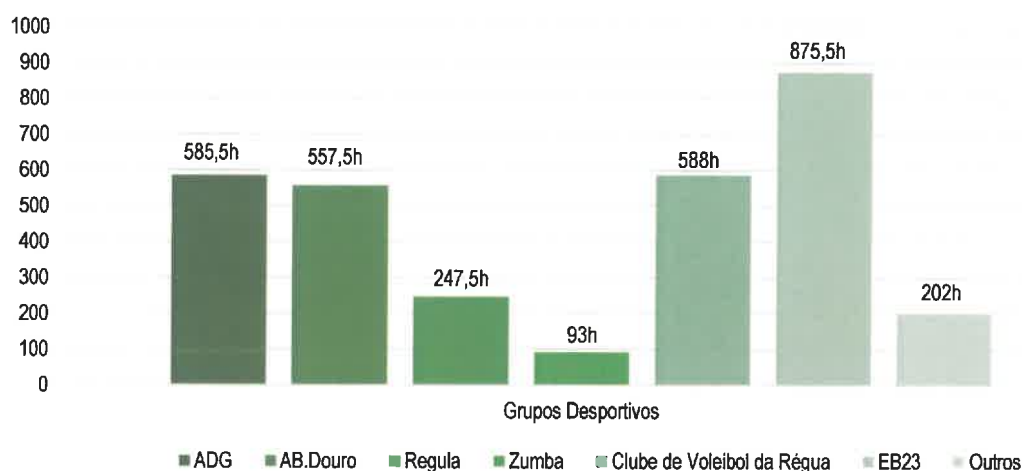


Gráfico 13 – Ocupação do Pavilhão Multiusos António Saraiva

Atividades/Eventos Desportivos – Estádio Municipal

- Treinos e jogos de todos os Escalões de Futebol11 e Futebol7, desde as Escolinhas aos Veteranos;
- Férias 100%;
- Finais Distritais / Escalões de formação;
- Jogos recreativos de diversos grupos.

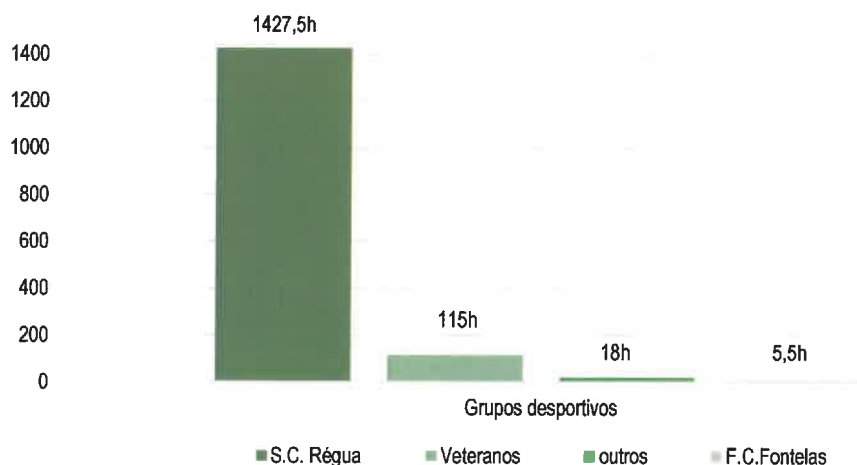


Gráfico 14 – Ocupação do Estádio Municipal Artur Vasques

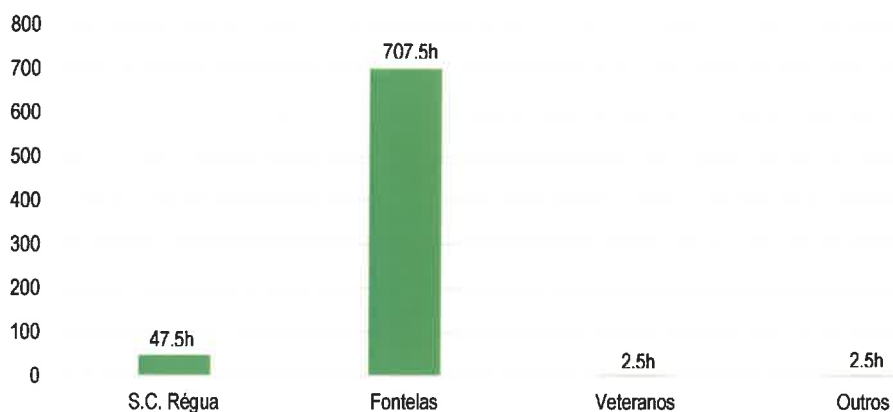


Gráfico 15 – Ocupação do Campo Dr. Rui Machado/Fontelas

Instalações	Nº Total De Utilizadores	Nº Total De Horas
Pavilhão Multiusos António Saraiva	34.192	3.149h
Estádio Municipal Artur Vasques	23.296	1.566h
Campo Dr. Rui Machado	-----	760h
Total	57.488	5.475h

Quadro: Número total de utilizadores e horas de utilização dos respetivos equipamentos desportivos.

PISCINAS MUNICIPAIS

O ano de 2024 representou um período de crescimento e consolidação das Piscinas Municipais do Peso da Régua como um dos principais polos de promoção da atividade física e do bem-estar no concelho. Mantendo o compromisso do Município com a saúde e qualidade de vida dos munícipes, foram implementadas iniciativas inovadoras, alargada a oferta de serviços e reforçada a qualidade das instalações, proporcionando experiências enriquecedoras e inclusivas a todos os utilizadores.

Atividades e Programas

As Piscinas Municipais do Peso da Régua continuam a desempenhar um papel vital na promoção da atividade física, através da oferta diversificada de programas aquáticos e de fitness, concebidos para atender a diferentes faixas etárias e necessidades específicas:

- **Aulas de Natação:** Disponibilização de um conjunto abrangente de aulas destinadas a todas as idades e níveis de proficiência, abrangendo desde a iniciação aquática para bebés até à aprendizagem e aperfeiçoamento para crianças, jovens, adultos e atletas do Clube de Natação;
- **Aulas de Aquafitness:** Desenvolvimento de programas dinâmicos que combinam atividade física e os benefícios terapêuticos da água, incluindo hidroginástica, hidrobike, hidrosénior e hidroterapia, permitindo aos participantes uma experiência revigorante e benéfica para a saúde;

- **Programas de Fitness:** Oferta de um leque alargado de modalidades, concebidas não apenas para melhorar a condição física, mas também para fortalecer a saúde mental e emocional dos participantes. O programa inclui aulas de Dance, Localizada, Jump, Pump, Core, Treino Funcional, Fit Bum Bum, GAP, Cardiofit, Pilates e Dance Kids, proporcionando experiências diversificadas e motivantes;
- **Parcerias Educativas:** Manutenção de protocolos com o Agrupamento de Escolas, assegurando a oferta contínua de aulas de natação para os alunos da educação pré-escolar, 1.º, 2.º e 3.º ciclos, assim como a implementação de programas adaptados a estudantes com necessidades especiais;
- **Eventos Recreativos e Competitivos:** Durante 2024, foram organizados diversos eventos temáticos e desportivos que fomentaram a interação social e incentivaram a prática desportiva entre diferentes faixas etárias. Entre os destaques, incluem-se: Especial Carnaval, Festival de Escolas de Natação, Campeonatos Regionais de Natação, Estágio de Natação de Cadetes e Infantis, Caminhada Noturna, Verão 100% Fitness, Especial Halloween e Comemoração do 13.º Aniversário das Piscinas.

Melhorias e Manutenção

Com vista a garantir a excelência na prestação de serviços e o conforto dos utilizadores, as instalações das Piscinas Municipais do Peso da Régua foram alvo de intervenções significativas ao longo de 2024:

- **Modernização de Equipamentos:** Investimento na renovação de materiais didáticos e na substituição de equipamentos essenciais ao funcionamento das piscinas, nomeadamente sistemas de filtração, bombas e mecanismos de tratamento de água e ar, garantindo elevados padrões de segurança e higiene;
- **Manutenção Preventiva e Corretiva:** Realização de intervenções nos balneários, na nave da piscina, nas zonas exteriores e nos espaços comuns, assegurando um ambiente funcional, seguro e atrativo para todos os utilizadores.

Estatísticas de Frequência

Durante o ano de 2024, as Piscinas Municipais do Peso da Régua registaram as seguintes estatísticas de frequência: Total de Utilizações: 60870; Total de Inscritos em classes organizadas: 1314.

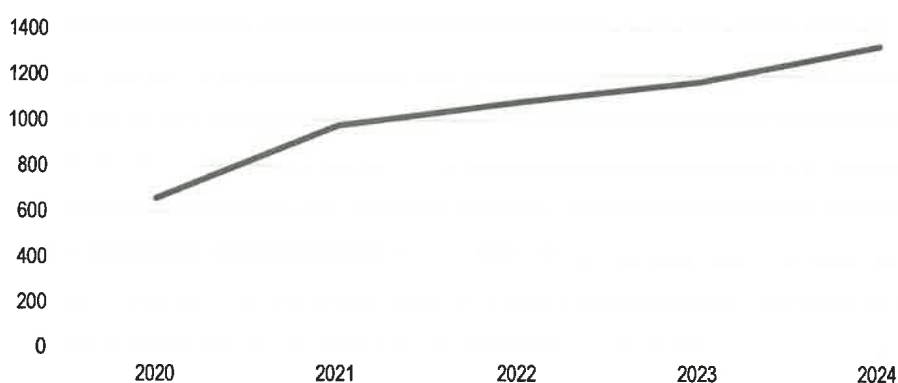


Gráfico 16 – Mapa de utentes inscritos em classes organizadas Comparação de 2020 a 2024

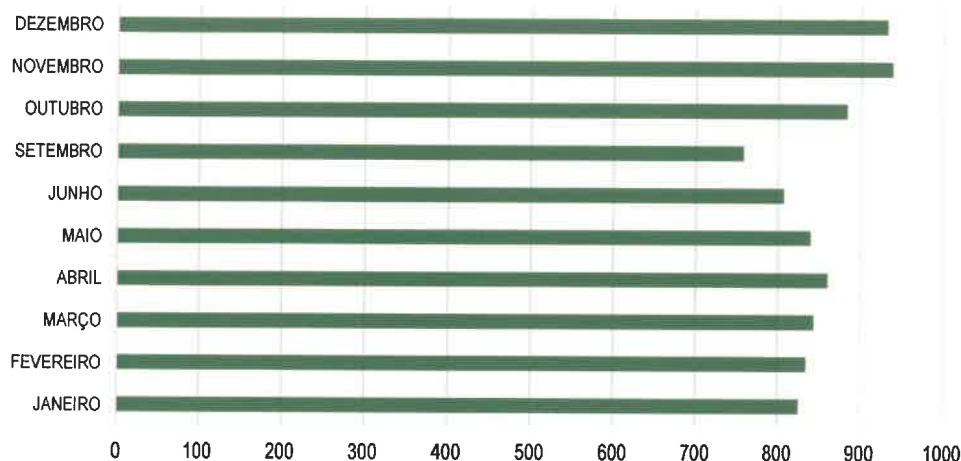


Gráfico 17 - Frequência mensal de utilizadores em classes organizadas durante o ano de 2024

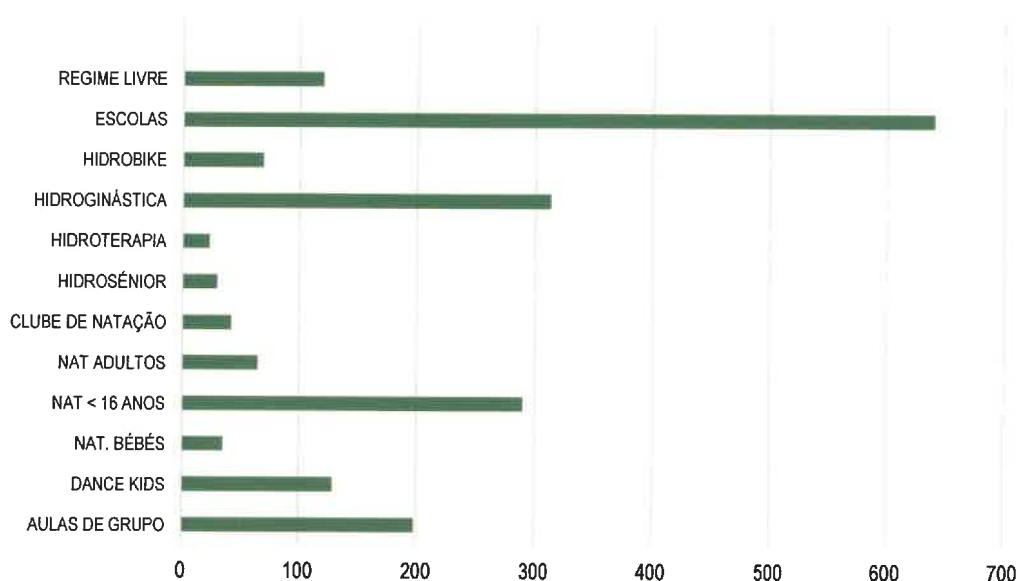


Gráfico 18 - Número de utentes por modalidade 2024

O ano de 2024 consolidou o papel das Piscinas Municipais do Peso da Régua como um centro de referência para a promoção da atividade física e do bem-estar na comunidade. O crescimento sustentado dos serviços prestados, aliado à melhoria contínua das instalações e à implementação de programas diversificados, reflete o compromisso do Município com a qualidade de vida da população, incentivando hábitos saudáveis e a inclusão social através do desporto.

O balanço positivo de 2024 permite projetar um futuro ainda mais promissor, com novas iniciativas e estratégias que continuarão a valorizar e dinamizar este equipamento municipal.

CMPT
Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large stylized 'Z' and the letters 'EP'.



DAF

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA



Enquadramento

A Divisão Administrativa e Financeira (DAF), nos termos do Regulamento Interno dos Serviços Municipais, é uma unidade orgânica flexível, dirigida por um Chefe de Divisão a quem compete:

- A coordenação e direção dos respetivos serviços, designadamente no âmbito do apoio geral aos órgãos da autarquia, do expediente e arquivo, da gestão e valorização dos recursos humanos, bem como prestar todos os serviços comuns de apoio às demais Divisões Operativas;
- A coordenação e direção dos respetivos serviços, designadamente a Tesouraria, no âmbito da gestão financeira, do controle e registo de bens da autarquia, gerir e otimizar os recursos financeiros e patrimoniais, bem como prestar todos os serviços comuns de apoio à atividade das demais Divisões Operativas;
- Gerir o setor de apoio Jurídico e Contencioso que presta informação técnico-jurídica sobre quaisquer questões ou processos que lhe sejam submetidos pela Câmara Municipal ou pelo Presidente;
- Gerir o Setor de apoio ao Município que cria uma ligação cada vez mais direta com os municípios, caminhando o sentido do seu atendimento mais célere, eficaz, personalizado, integrando a sua participação de uma forma ativa.

A DAF tem a seguinte composição e dotação de pessoal, por subunidade orgânica:

Subunidade	Coordenador Técnico	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional
Secção de Pessoal	1	1	2	0
Setor de apoio ao Município	0	0	0	3
Setor de Expediente, Arquivo e Serviços gerais	0	0	2	1
Setor de apoio à Assembleia Municipal	0	0	1	0
Seção de Taxas e Licenças	0	0	1	0
Secção de Contabilidade	1	1	4	0
Setor de Aprovisionamento e Património	0	1	3	0
Tesouraria	1	0	1	0
Setor de Apoio Jurídico e contencioso	0	1	0	0
TOTAL	3	4	14	4

Esta Unidade Orgânica, DAF, no âmbito do Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) tem assumida a:

Missão

A missão específica desta divisão consiste no apoio aos órgãos autárquicos e seus membros, gerir com eficiência, eficácia e qualidade os recursos humanos, cumprir prazos, divulgar documentos internos e

normas a adotar pelos serviços, executar a gestão de procedimentos administrativos, tratamento e difusão de legislação, jurisprudência, doutrina e outras informações relevantes, controlo das adjudicações em curso e de outros procedimentos de contratação, executar a gestão de procedimentos de fiscalidade e contabilísticos, elaboração de documentos previsionais e prestação de contas, fornecer informação fiável e em tempo útil e instruir o processo de decisão.

Objetivos Estratégicos (O.E)

O.E. 1- Melhorar a Qualidade de prestação de informação ao executivo relativo aos recursos humanos; à contratação e demais procedimentos técnicos e administrativos, fornecer informação fiável e em tempo útil e instruir os processos de decisão.

O.E 2- Melhorar a Qualidade de prestação de informação ao executivo relativo aos recursos, financeiros: executar planos de orçamento; e demais procedimentos contabilísticos

O.E. 3- Melhorar procedimentos por forma a tornar a informação mais célere e eficaz entre serviços

O.E. 4- Assegurar que os processos e as tarefas da responsabilidade da divisão sejam realizados dentro dos prazos estabelecidos

O.E- 5- Aumentar a capacidade de resposta no âmbito das atividades municipais por forma a garantir uma satisfação total das necessidades dos munícipes

O.E- 6- Garantir o rigor, a transparência e a celeridade nos processos de análise

O.E-7- Promover a formação dos trabalhadores

A fim de fixarmos a base para análise futura, da evolução do desempenho e cumprimento dos objetivos estratégicos e operacionais, apresentam-se os seguintes dados reportados à atividade desenvolvida pelas subunidades da DAF no ano 2024:

Tratamento de Expediente

Serviço	Total 2024
Entradas de correspondência (Papel)	55.000
Saídas de correspondência (Papel)	6.933
Correio eletrónico recebido	55.000
Correio eletrónico tratado	10.000
Requisições de documentos ao arquivo	75



Licenciamentos Diversos

Serviço	Nº de licenças emitidas 2024
Licença Especial de Ruído/ Autorização de Lançamento de fogo	46
Licença de Evento Desportivo/Manifestações de Cultural	18
Licença de Recinto Improvisado	1
Publicidade / Ocupação da Via Pub/ Toldos	166
TOTAL	231

Outros Licenciamentos

Serviço	Total 2024
Averbamentos às Licenças de Táxis (Titular e/ou Veículo)	10
Inumações	131
Exumações/Trasladações	5
Concessões de terreno	19
TOTAL	165

Contratação Pública/tipo de procedimento

Tipo de procedimento adotado	Nº de procedimentos executados 2024
Aquisição de serviços	64
Locação ou aquisição de bens móveis	25
Acordo Quadro	2

Setor de Apoio Jurídico e Contencioso

Serviço realizado	Total 2024
Contratos celebrados por oficial público	83
Processos de expropriação	4
Processos de compra e venda	2
Preparação de ações para tribunal	5
Contraordenações rodoviárias	38
Outros processos de contraordenação	23
TOTAL	155

Recursos Humanos do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal

Os dados que de seguida se apresentam dizem respeito ao total dos Recursos Humanos do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal, que estão integrados nas quatro unidades flexíveis:

	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Outros	Total
Comissão de Serviço	5	0	0	0	0	5
CTFP por tempo indeterminado	0	43	71	195	7	316
CTFP a termo resolutivo certo	0	0	0	0	0	0
CTFP a termo resolutivo incerto	0	0	0	0	0	0
Outra	0	0	0	6	0	6
TOTAL	5	43	71	201	7	327

Distribuição por cargo/carreira e género

A 31 de dezembro de 2024 o número de trabalhadores era de 327.

Constata-se o predomínio da carreira de assistente operacional.

Verifica-se um rácio de 65,4 trabalhadores por dirigente, mantendo-se a média global de efetivos em 2024, comparativamente a 2023.

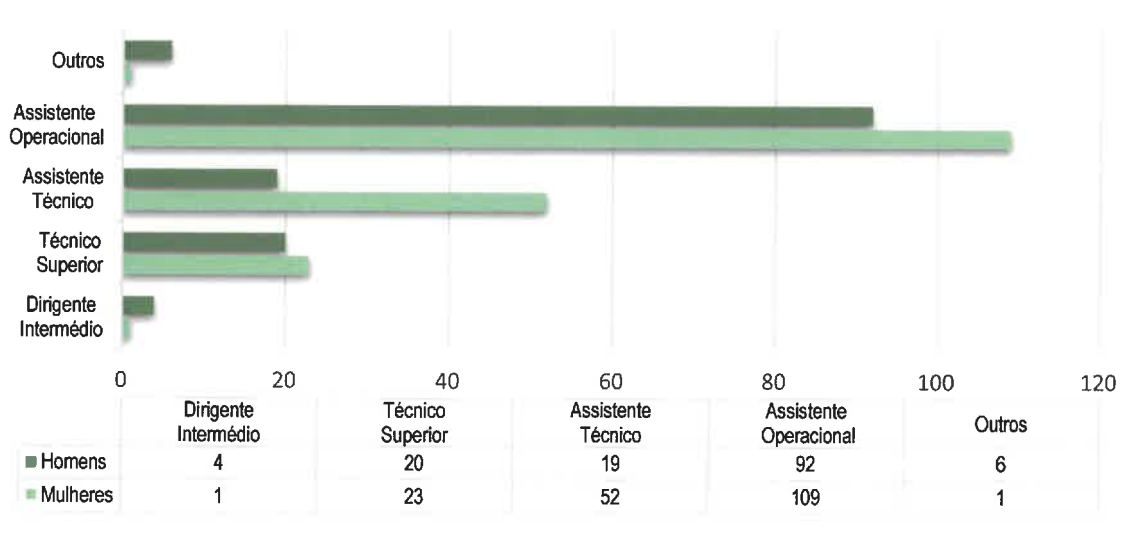


Gráfico 19 – Distribuição por cargo/carreira e género em 2024

Distribuição por cargo/carreira e género

O número de mulheres é ligeiramente superior ao número de homens, sendo que os homens constituem 43,1% dos trabalhadores. De salientar que as mulheres estão inseridas na sua maioria nas carreiras de

[Handwritten signatures and initials]

técnico superior, assistente técnico e assistente operacional.

		Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Outros	TOTAL
2024	♂	4	20	19	92	6	141
	♀	1	23	52	109	1	186
	TOTAL	5	43	71	201	7	327
2023	♂	5	20	19	91	6	141
	♀	1	24	48	103	1	177
	TOTAL	6	44	67	194	7	318
2022	♂	5	21	21	86	6	139
	♀	1	23	48	98	1	171
	TOTAL	6	44	69	184	7	310
2021	♂	4	22	21	86	6	139
	♀	0	24	50	106	0	180
	TOTAL	4	46	71	192	6	319
2020	♂	4	13	22	91	6	136
	♀	0	21	48	106	0	175
	TOTAL	4	33	63	197	5	311
2019	♂	4	21	24	91	1	141
	♀	0	25	39	69	0	133
	TOTAL	4	46	63	160	1	274
2018	♂	4	20	24	95	1	144
	♀	0	22	36	78	0	136
	TOTAL	4	42	60	173	1	280
2017	♂	4	20	25	89	1	139
	♀	0	23	34	78	0	135
	TOTAL	4	43	59	167	1	274

Distribuição por escalão etário

Analisando a distribuição por escalão etário, verifica-se que 31% dos funcionários têm 60 ou mais anos, 31% têm entre 50 e 59 anos e 26% têm entre 40 e 49 anos de idade, permitindo concluir que 88% da totalidade dos funcionários apresentam 40 ou mais anos.

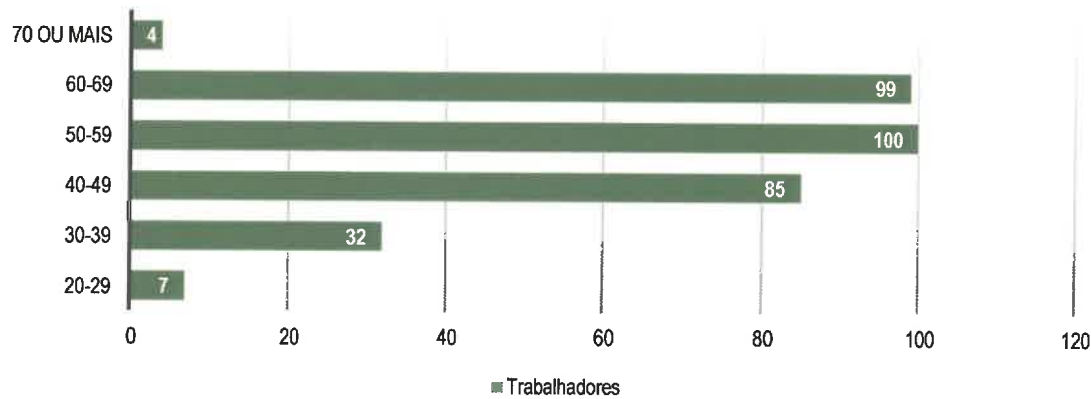


Gráfico 20 – Distribuição dos trabalhadores por escalão etário

Trabalhadores segundo faixa etária

Pela análise do seguinte quadro, verificamos que o grupo etário mais representado situa-se acima dos 60 anos, no qual estão 103 funcionários, dos quais, 61 são mulheres e 42 são homens, representando, assim, 31,5% do universo dos trabalhadores.

Escalão etário	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65 ou +
Homens	0	3	8	7	16	17	21	27	29	13
Mulheres	0	4	5	12	31	21	31	21	43	18
TOTAL	0	7	13	19	47	38	52	48	72	31
	7		32		85		100		103	

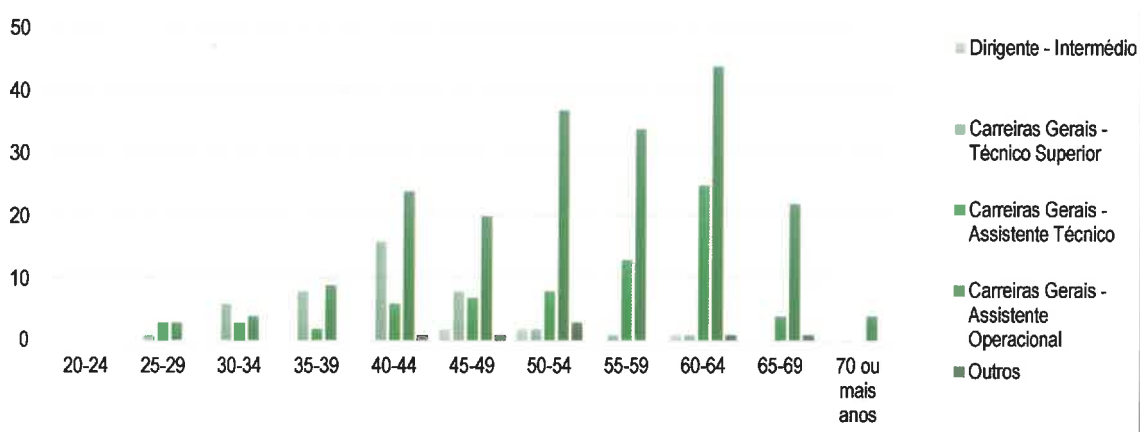


Gráfico 21 – Estrutura etária nas diferentes carreiras

Observa-se que nos escalões mais jovens, inferiores a 35 anos, predomina a carreira de técnico superior, enquanto nos escalões com idades superiores a 40 anos, predomina a de assistente operacional.

Antiguidade

Da análise deste parâmetro verifica-se que mais de metade do total de trabalhadores, exerce as suas funções há mais de 10 anos, o que manifesta um sentido de continuidade na prestação do serviço à comunidade.

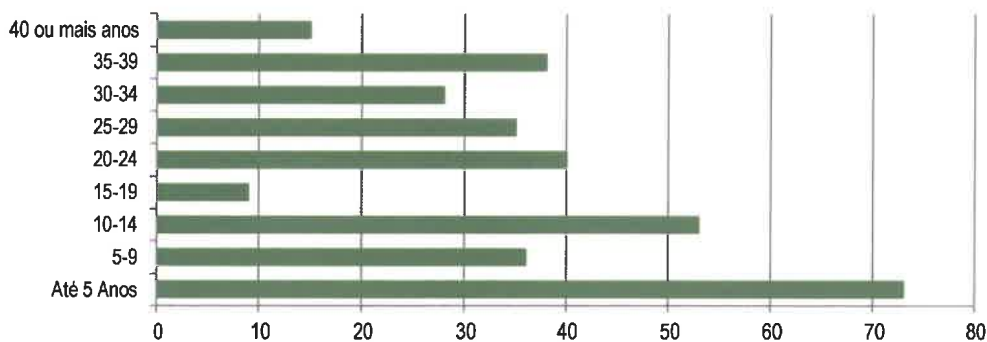


Gráfico 22 – Antiguidade dos trabalhadores

Trabalhadores por escalão de antiguidade

Analisando a antiguidade dos trabalhadores de acordo com a carreira/cargo, verifica-se que, na carreira de técnico superior predomina uma antiguidade inferior a quinze anos; na carreira de assistente operacional, verifica-se um predomínio de trabalhadores com uma antiguidade até 9 anos e entre os 10 e 14 anos, observando-se depois uma distribuição uniforme entre os 20 e os 39 anos de antiguidade.

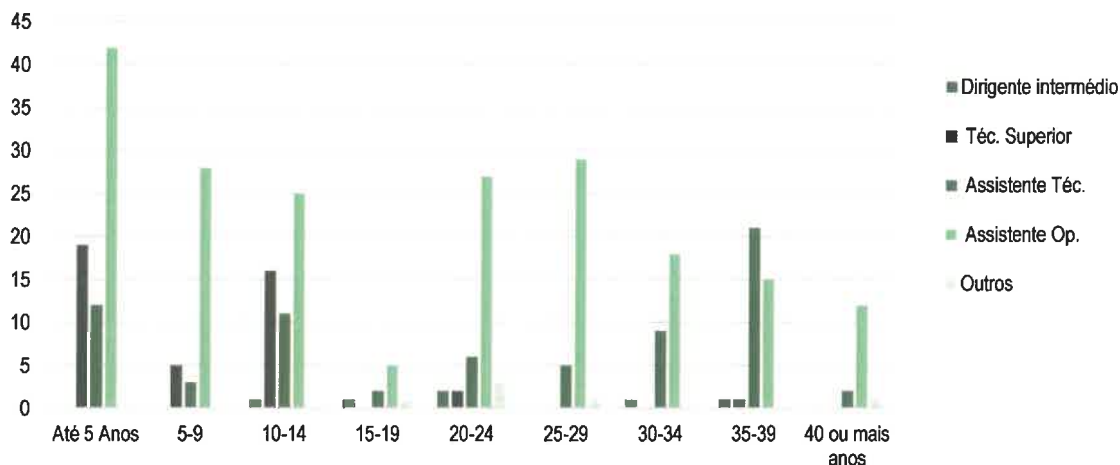


Gráfico 23 – Trabalhadores por escalão de antiguidade

Habilitações dos trabalhadores

A Câmara Municipal, como órgão público responsável por representar e administrar os interesses da comunidade local, conta com uma equipe diversificada de trabalhadores, cada um trazendo consigo conhecimento, habilidades e experiências únicas. As habilitações dos trabalhadores são variadas e abrangentes, sendo essa diversidade de competências e conhecimentos essencial para garantir o funcionamento eficaz e eficiente da Câmara Municipal, permitindo que ela atenda às necessidades da comunidade de forma abrangente e responsiva.

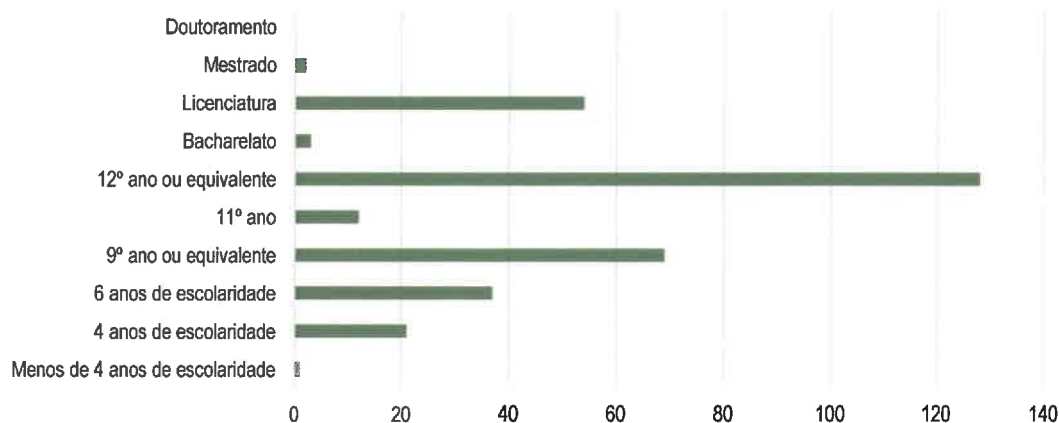


Gráfico 24 – Habilitações dos trabalhadores

O Município tem efetuado um enorme esforço no sentido de promover ações de formação, que permitem aos seus trabalhadores adquirir e aprimorar competências essenciais para o desempenho eficaz das suas funções, garantindo que estejam sempre atualizados nas respetivas áreas de atuação, resultando numa equipe mais capacitada e preparada para atender às necessidades da comunidade de forma eficiente e responsável.

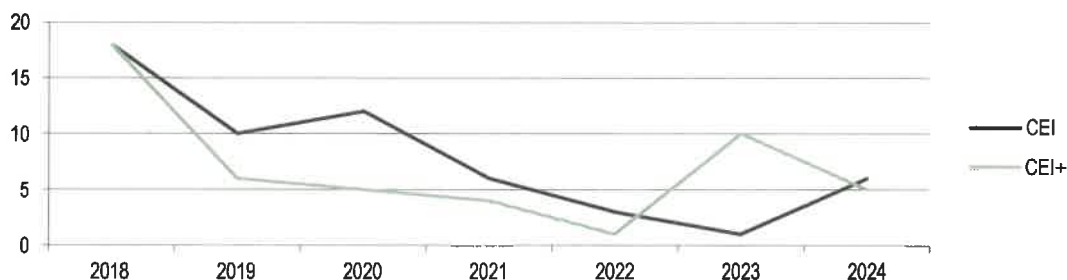
Verifica-se que, 16% dos trabalhadores possui licenciatura, enquanto 21% possuem o 9º ano ou equivalente, sendo 39% a percentagem de trabalhadores com o 12º ano.

	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Outros	Total
< 4º ano de escolaridade	0	0	0	1	0	1
4º ano de escolaridade	0	0	0	21	0	21
6º ano de escolaridade	0	0	1	36	0	37
9º ano ou equivalente	0	0	11	57	1	69
11º ano	0	0	6	6	0	12
12º ano ou equivalente	0	0	47	75	6	128
Bacharelato	0	2	1	0	0	3
Licenciatura	5	39	5	5	0	54
Mestrado	0	2	0	0	0	2
Doutoramento	0	0	0	0	0	0
Total	5	43	71	201	7	327

Recursos humanos através do Contrato de Emprego e Inserção (CEI) e Contrato de Emprego e Inserção+ (CEI+)

A análise da tendência dos contratos de emprego inserção (CEI) e inserção + (CEI+) revela padrões distintos ao longo dos anos recentes.

No caso dos contratos de emprego inserção (CEI), observa-se uma tendência crescente relativamente a 2023. Por outro lado, em relação aos contratos de emprego inserção + (CEI+), nota-se um decréscimo na tendência desde 2023.



AM
 0: [assinatura]
 EP
 B
 li.

Gráfico 25 – Contratos Emprego Inserção/Contratos emprego Inserção+
Repartição global do tipo de ausência

Ausências por tipologia	Dias ausência 2024
Doença	6892,5
Acidente em serviço	583
Injustificadas	62
Casamento	45
Proteção na Parentalidade	268
Trabalhador-Estudante	0
Falecimento de familiar	102
Assistência a familiares	38
Greve e atividade Sindical	163,5
Outras a)	189
TOTAL	8343

- a) Dias de ausência para cumprimento de obrigações legais, provas de concurso, socorrismo, doação de sangue, tratamento ambulatorio, atividade associativismo, primeiro dia de aulas, licenças de vencimento pontuais, dispensa de funções, doenças crônicas.

Ausências por cargo/categoria

Cargo/Carreira	Dirigente	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Outros	Total
Doença	1	219,5	1415,5	5235	21,5	6892,5
Acidente em serviço	0	0	0	583	0	583
Injustificadas	0	0	2	60	0	62
Casamento	0	0	30	15	0	45
Proteção na Parentalidade	0	120	41	107	0	268
Trabalhador-Estudante	0	0	0	0	0	0
Falecimento de familiar	0	7	21	72,5	1,5	102
Assistência à família	0	0	18	20	0	38
Greve e atividade Sindical	0	0	12,5	151	0	163,5
Outras	0	0	0	0	0	0
Total	0	23	3	154	9	189

Encargos com o pessoal

Os encargos com o pessoal ascenderam em 2024 aos 5 402 738,62 €, dos quais 84,87% destinaram-se ao pagamento de remunerações base.

	2024
REMUNERAÇÕES BASE	4 585 110,87 €
Suplementos Remuneratórios	393 844,80 €
Trabalho extraordinário (diurno e noturno)	73 405,73 €
Trabalho em dias de descanso semanal, complementar e feriados (não incluído em trabalho extraordinário)	233 421,41 €
Abono para falhas	9 320,91 €
Risco, Penosidade ou Insalubridade	2 310,04 €
Ajudas de custo	9 171,06 €
Representação	37 478,88 €
Outros suplementos remuneratórios	28 736,77 €
Prestações Sociais	423 782,95 €
Abono de Família	6 225,58 €
Subsídio no âmbito de Proteção da Parentalidade	695,98 €
Subsídio de refeição	409 424,00 €
Benefícios Sociais	4 596,27 €
Outras prestações sociais	2 841,12 €

Entrada de Trabalhadores

Entradas	Quantidade
Pessoal Dirigente	0
Designação em comissão de serviço/regime de substituição	
Contratos de Trabalho em Funções Públicas	35
Celebração de CTFPTI	
Comissão de serviço no âmbito de procedimento concursal	
TOTAL	35

Saída de Trabalhadores

Saídas	Quantidade
Falecimento	0
Aposentação	10
Denúncia ou Exoneração por iniciativa do trabalhador	2

CMFP

EP

li.

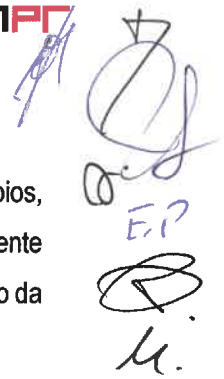
Caducidade do Contrato de Trabalho em funções públicas	14
TOTAL	26

Acumulação de Funções Autorizadas

Carreira/Cargo/Categoria	Acumulação de Funções autorizadas			TOTAL
	CTFPTI	Comissão de Serviço	Regime de substituição	
Dirigentes intermédios	0	1	0	1
Técnico Superior	10	0	0	10
Assistente Técnico	3	0	0	3
Assistente Operacional	8	0	0	8
Fiscal Municipal	2	0	0	2
TOTAL	23	1	0	24

Formação profissional

Enquadramento Organizativo	Menos de 30 Horas	De 30 a 59 Horas	De 60 a 119 Horas	120 ou mais horas	TOTAL
Interna	1	0	0	0	3
Externa	2	0	0	0	1
TOTAL	3	0	0	0	2



III – REPORTING FINANCEIRO

Os documentos de prestação de contas, sendo fundamentais para o controlo e gestão dos Municípios, devem traduzir fielmente a execução orçamental, patrimonial e económica dos documentos inicialmente aprovados – os documentos previsionais, que consubstanciam os fundamentos para o desenvolvimento da atividade autárquica.

Estes documentos facultam informação aos cidadãos sobre a atividade desenvolvida pelo Município no ano económico a que se reportam.

É da competência do órgão executivo a elaboração e a aprovação dos documentos finais, que devem ser submetidos pelo respetivo Presidente à apreciação e votação pelo órgão deliberativo.

No conjunto de mapas e demonstrações financeiras que integram as contas anuais, é projetada a imagem real da situação económica, financeira, patrimonial e de gestão, bem como dos resultados obtidos pelo Município.

O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e a Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro (destaque Título VI – art.º 62º e seguintes) surgem como os principais impulsionadores da tão esperada reforma da gestão pública.

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos seus utilizadores, para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões. As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, à semelhança do que já acontecia no normativo anterior, de acordo com a estrutura conceitual e as normas de contabilidade pública do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP).

O SNC-AP promove uma nova visão de prestação de contas que integra, para além do cumprimento legal, também, a harmonização, a credibilidade, a transparência e a comparabilidade das contas públicas, tanto a nível interno, como a nível internacional. O foco está cada vez mais no reporte de informação útil (financeira e não financeira), que reflita, de forma dinâmica, as mudanças que ocorrem nas entidades públicas e nas necessidades sentidas pelos utilizadores. O atual normativo é constituído pelos subsistemas de contabilidade orçamental, de contabilidade financeira e de contabilidade de gestão. A contabilidade orçamental visa permitir um registo pormenorizado do processo orçamental. A contabilidade financeira, que tem por base as normas internacionais de contabilidade pública, permite registar as transações e outros eventos que afetam a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa. A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos. Neste capítulo é efetuada uma análise da contabilidade orçamental, financeira e de gestão. Destacamos as divergências



existentes entre os valores referentes a rendimentos e gastos (contabilidade financeira) e de receitas e despesas (contabilidade orçamental) pela natureza distinta dos conceitos aplicados em cada uma. Os valores apresentados são expressos na unidade monetária Euro.

A prestação de contas do ano 2024 é apresentada em conformidade com a Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, na sua atual redação e com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, sendo aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para o Município do Peso da Régua.

O presente relatório analisa a execução do orçamento do Município e a sua situação económico-financeira. O exercício financeiro de 2024 exigiu um esforço adicional significativo, no sentido de garantir o exercício das atribuições legalmente cometidas aos órgãos municipais na prossecução dos fins públicos, sendo que, face ao atual contexto macro económico da Europa e do Mundo, com severos efeitos do conflito Rússia-Ucrânia, a significativa subida das taxas de juro, que só recentemente registam redução, revela-se complexa a adoção de políticas de gestão que permitam a concretização de iniciativas inovadoras, em contraciclo.

Ainda assim, o Município desenvolveu todos os esforços e algum arrojo, no sentido de garantir o apoio social às famílias e empresários, potenciando medidas de alavancagem da economia local, continuando a apostar na boa execução de investimentos essenciais para o bem estar e qualidade de vida dos seus munícipes, seja através de capitais próprios, seja através de cofinanciamento comunitário, no âmbito dos quadros comunitários de apoio, dando prioridade aos projetos a desenvolver no âmbito do PRR (Plano de recuperação e Resiliência) e do Portugal 2030.

As contas do Município são auditadas por um Revisor Oficial de Contas.

1 – Processo Orçamental

A NCP26 – Contabilidade e Relato Orçamental, tem em vista regular a contabilidade orçamental, estabelecendo os conceitos, regras e modelos de demonstrações orçamentais de finalidades gerais (individuais, separadas e consolidadas), componentes principais do relato orçamental de uma entidade pública ou de um perímetro de consolidação, de forma a assegurar a comparabilidade, quer com as respetivas demonstrações de períodos anteriores, quer com as de outras entidades. Os utilizadores dessas demonstrações orçamentais de finalidades gerais incluem cidadãos em geral, membros do Parlamento e do governo nos seus diferentes níveis, financiadores, fornecedores, órgãos de comunicação social e trabalhadores. Tais demonstrações incluem as que são apresentadas separadamente ou em conjunto com outro documento público.

As demonstrações orçamentais têm por finalidade traduzir uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental de uma entidade. Consequentemente, os objetivos das demonstrações

orçamentais de finalidades gerais são o de proporcionar informação acerca do orçamento inicial, das alterações orçamentais, da execução das despesas e das receitas orçamentadas, dos pagamentos e recebimentos e do desempenho orçamental.

O relato orçamental pode também proporcionar aos utilizadores informação que indique:

- Se os recursos foram obtidos e usados de acordo com o orçamento legalmente adotado;
- Se os recursos foram obtidos e usados de acordo com requisitos legais e contratuais, incluindo limites financeiros estabelecidos pelas autoridades legislativas competentes.

A seguir apresenta-se uma análise à execução da contabilidade orçamental, cujas demonstrações se encontram elencadas no presente documento, elaboradas nos termos dos modelos exigidos na Instrução 1/2019, do Tribunal de Contas e no cumprimento da Resolução n.º 04/2024. 2.ª Secção, de 23 de dezembro de 2024 – Apresentação de contas relativas ao ano de 2024 e gerências partidas em 2025.

1.1 – Execução Orçamental

1.1.1 – Resumo do Orçamento – Inicial e Final:

A comparação entre o Orçamento Final (corrigido) e o Executado permite aferir a fiabilidade do orçamento apresentado e a capacidade financeira da sua execução em face do volume de receitas efetivamente arrecadado.

Na elaboração dos Documentos Previsionais para **2024**, foi aprovado o orçamento de acordo com as previsões iniciais constantes do **quadro 1**:

RESUMO DO ORÇAMENTO - Dotações Iniciais			
RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes	22 742 921,79	Correntes	21 554 836,58
De capital	15 068 248,40	De capital	16 256 433,61
Outras	100,00		
Total	37 811 270,19	Total	37 811 270,19

Quadro 1 - Resumo do Orçamento - Inicial

Após identificação das necessidades de reforços e anulações nas respetivas rubricas, durante a execução orçamental, vieram a ser produzidas as adequadas e legais alterações orçamentais resultando o seguinte orçamento corrigido, de acordo com **quadro 2**:

RESUMO DO ORÇAMENTO - Dotações Corrigidas			
RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes	22 755 537,19	Correntes	21 065 710,56
De capital	9 489 675,03	De capital	11 639 891,96
Outras	460 390,30		
Total	32 705 602,52	Total	32 705 602,52

Quadro 2 - Resumo do Orçamento - Corrigido

Comparando os valores previstos no Orçamento Corrigido com os montantes já executados na Receita e na Despesa, obtêm-se as variações a seguir apresentadas, em termos absolutos, vertidas no **quadro 3**.

Estes indicadores traduzem, assim, a capacidade de realização das receitas e das despesas programadas, dado que a taxa referente às despesas é calculada com base nos valores efetivamente pagos e da receita efetivamente cobrada (execução financeira).

Natureza	orçamento 2024		execução líquida c)	desvio	tx execução
	inicial a)	final b)		c)-b)	
Receitas	37 811 270,19 €	32 705 602,52 €	28 266 197,20 €	-4 439 405,32 €	86,43%
correntes	22 742 921,79 €	22 755 537,19 €	19 832 785,52 €	-2 922 751,67 €	87,16%
capital	15 068 248,40 €	9 489 675,03 €	7 952 546,11 €	-1 537 128,92 €	83,80%
outras	100,00 €	460 390,30 €	480 865,57 €	20 475,27 €	104,45%
Despesas	37 811 270,19 €	32 705 602,52 €	26 177 238,15 €	-6 528 364,37 €	80,04%
correntes	21 554 836,58 €	21 065 710,56 €	19 121 134,45 €	-1 944 576,11 €	90,77%
capital	16 256 433,61 €	11 639 891,96 €	7 056 103,70 €	-4 583 788,26 €	60,62%

Quadro 3 - Execução da Receita e Despesa

Pela análise da execução global vertida no **quadro 3**, denota-se um equilibrado nível de execução das receitas e despesas totais **86,43%** e **80,04%**, respetivamente, dando cumprimento ao previsto no nº 3 do art.º 56º, da Lei 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação - grau de execução da receita global não inferior a 85%-, registando-se um valor total cobrado de **28.266.197,20€**.

Em "outras receitas" regista-se a execução decorrente da integração do saldo da gerência anterior e as reposições não abatidas aos pagamentos, totalizando o valor de **480.865,57€**.

A despesa total paga totalizou **26.177.238,15€**, traduzindo uma execução de **80,04%** registando uma quebra de execução de **6,36%**, face ao ano anterior.

1.2 – Execução Orçamental da Receita

A Receita total cobrada líquida totalizou **28.266.197,20€**, sendo que **441.330,30€**, dizem respeito a receitas por cobrar no início do período, transitadas de anos anteriores referente a dívidas de terceiros ao Município. Como resultado da execução do orçamento da Receita, ficam **554.140,93€** de receitas por cobrar no final do ano e uma taxa de execução de **86,43%**, inferior em **1,44%** face ao exercício anterior.

Handwritten signature and initials:
 F.P.
 P.
 L.

As receitas estruturais, pela sua natureza, representam uma base consistente no financiamento de um conjunto de despesas de carácter regular e indispensável ao normal funcionamento da atividade municipal. A estrutura e a execução da Receita Corrente e Capital encontram-se representadas no **quadro 4**, onde se pode observar o peso dos diversos capítulos bem como a respetiva execução.

Análise Orçamental	Orçamento da receita 01/01/2024 (a)	%	Receita corrigida 31/12/2024 (b)	%	Receita cobrada líquida (c)	%	Desvio (c-b)	Tx. execução
Receitas Correntes	22 742 921,79 €	60,15%	22 755 537,19 €	69,58%	19 832 785,52 €	70,16%	-2 922 751,67 €	87,16%
Impostos diretos	3 876 485,51 €	10,25%	3 876 485,51 €	11,85%	2 831 998,51 €	10,02%	-1 044 487,00 €	73,06%
Impostos indiretos	149 451,44 €	0,40%	149 451,44 €	0,46%	52 469,20 €	0,19%	-96 982,24 €	35,11%
taxas, multas e out. penalidades	197 434,23 €	0,52%	197 434,23 €	0,60%	200 573,07 €	0,71%	3 138,84 €	101,59%
Rendimentos de propriedade	680 655,85 €	1,80%	680 655,85 €	2,08%	685 535,33 €	2,43%	4 879,48 €	100,72%
Transferências correntes	14 797 708,89 €	39,14%	14 810 324,29 €	45,28%	13 753 613,02 €	48,66%	-1 056 711,27 €	92,87%
Vendas de bens e serviços	2 185 163,19 €	5,78%	2 185 163,19 €	6,68%	1 842 270,46 €	6,52%	-342 892,73 €	84,31%
Outras receitas correntes	856 022,68 €	2,26%	856 022,68 €	2,62%	466 325,93 €	1,65%	-389 696,75 €	54,48%
Receitas de Capital	15 068 248,40 €	39,85%	9 489 675,03 €	29,02%	7 952 546,11 €	28,13%	-1 537 128,92 €	83,80%
Venda de bens de Investimento	361 958,17 €	0,96%	680,00 €	0,00%	24 576,00 €	0,09%	23 896,00 €	3614,12%
Transferências de capital	12 944 775,47 €	34,24%	6 308 582,68 €	19,29%	6 308 482,40 €	22,32%	-100,28 €	100,00%
Ativos Financeiros	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Passivos Financeiros	1 761 514,76 €	4,66%	3 180 412,35 €	9,72%	1 619 487,71 €	5,73%	-1 560 924,64 €	50,92%
Outras receitas de capital	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Receitas outras	100,00 €	0,00%	460 390,30 €	1,41%	480 865,57 €	1,70%	20 475,27 €	104,45%
Reposições não abatidas aos pagamentos + saldo gerência anterior	100,00 €	0,00%	460 390,30 €	1,41%	480 865,57 €	1,70%	20 475,27 €	104,45%
TOTAL	37 811 270,19 €	100,00%	32 705 602,52 €	100,00%	28 266 197,20 €	100,00%	-4 439 405,32 €	86,43%

Quadro 4 - Execução da Receita

No que diz respeito às Receitas Correntes, durante o ano de **2024**, a sua execução financeira foi de **19.832.785,52€**, percentualmente em **87,16%** e representando **70,16%** do total da receita cobrada líquida.

Nas Receitas de Capital, verificou-se uma execução financeira de **7.952.546,11€** correspondendo a uma taxa de execução de **83,80%**, sendo que em transferências de capital, registou-se um conjunto de reembolsos provenientes de financiamentos comunitários por receber.

1.2.1 – Evolução Orçamental da Receita

No gráfico seguinte podemos verificar a evolução da Receita, de 2022 a 2024.

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a signature and the text "F.1?" and "u."

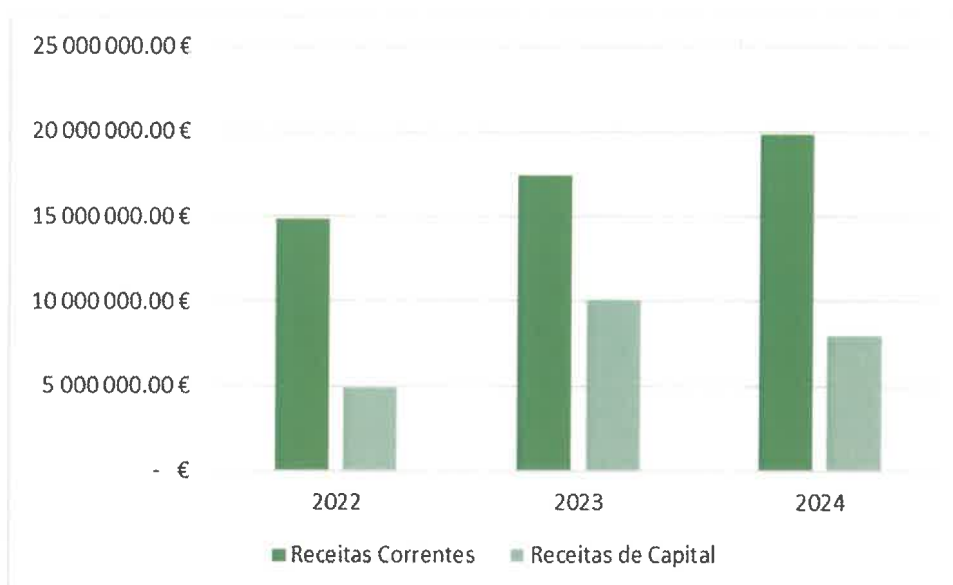


Gráfico 5 - Evolução da Receita cobrada líquida 2022-2024

As Receitas Correntes apresentam um crescimento sustentado registando um acréscimo de **13,57%**, face ao exercício anterior, mantendo a tendência dos últimos anos e as receitas de capital traduzem uma quebra de **21,14%**, grosso modo resultante da diminuição da rubrica de “Passivos Financeiros”.

Sectorialmente, é apresentado gráfico elucidativo da evolução da cobrança na componente de impostos diretos, registando uma ligeira quebra de 2023 para 2024, de **3,83%**, no total de impostos diretos cobrados, registando-se, contudo, ligeiro incremento na cobrança de IMI e IUC, em 2% e 1%, respetivamente.

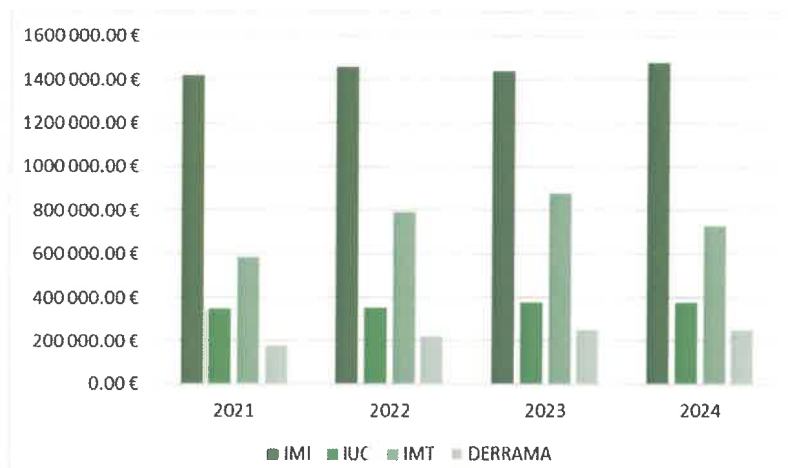


Gráfico 6 - Evolução dos impostos indiretos

	2021	2022	2023	2024
IMI	1 418 945.11 €	1 457 767.43 €	1 440 670.52 €	1 475 742.59 €
IUC	347 841.67 €	353 947.00 €	375 097.65 €	377 123.36 €
IMT	581 920.41 €	792 647.33 €	877 793.39 €	727 979.19 €
DERRAMA	179 063.37 €	219 586.13 €	251 234.52 €	251 153.37 €
TOTAL	2 527 770.56 €	2 823 947.89 €	2 944 796.08 €	2 831 998.51 €

Quadro 5 - Evolução Impostos Diretos

Designação	2022			2023			Δ 2022-2023	2024			Δ 2023-2024
	Previsões Corrigidas	Receita cobrada líquida	Tx execução	Previsões Corrigidas	Receita cobrada líquida	Tx execução		Previsões Corrigidas	Receita cobrada líquida	Tx execução	
Receitas Correntes	18 033 305,57 €	14 888 676,27 €	82,56%	19 263 436,23 €	17 462 799,20 €	90,65%	17,29%	22 755 537,19 €	19 832 785,52 €	87,16%	13,57%
Impostos diretos	2 572 190,34 €	2 823 947,89 €	109,79%	2 767 911,69 €	2 944 796,08 €	106,39%	4,28%	3 876 485,51 €	2 831 990,51 €	73,06%	-3,83%
Impostos indiretos	160 846,76 €	219 998,20 €	136,78%	700,00 €	59 789,76 €	8541,39%	-72,82%	149 451,44 €	52 469,20 €	35,11%	-12,24%
Taxas, multas e out. penalidades	142 455,42 €	103 932,96 €	72,96%	424 255,90 €	308 130,11 €	72,63%	196,47%	197 434,23 €	200 573,07 €	101,59%	-34,91%
Rendimentos de propriedade	500 300,00 €	617 664,46 €	123,46%	680 466,95 €	663 793,91 €	97,55%	7,47%	680 655,85 €	685 535,33 €	100,72%	3,28%
Transferências correntes	11 996 355,94 €	9 702 037,27 €	80,87%	12 893 871,36 €	11 399 344,08 €	88,41%	17,49%	14 810 324,29 €	13 753 613,02 €	92,87%	20,65%
Vendas de bens e serviços	1 197 157,11 €	827 724,80 €	69,14%	1 810 910,06 €	1 852 688,58 €	102,31%	123,83%	2 185 163,19 €	1 842 270,46 €	84,31%	-0,56%
Outras receitas correntes	1 464 000,00 €	593 370,69 €	40,53%	685 320,27 €	234 216,68 €	34,18%	-60,53%	856 022,68 €	466 325,93 €	54,48%	99,10%
Receitas de Capital	6 868 380,45 €	4 883 334,90 €	71,10%	12 093 776,65 €	10 083 866,11 €	83,38%	106,50%	9 489 675,03 €	7 952 546,11 €	83,80%	-21,14%
Venda de bens de investimento	814 641,25 €	67 901,25 €	8,34%	467 192,10 €	23 248,00 €	4,98%	-65,76%	680,00 €	24 576,00 €	3614,12%	5,71%
Transferências de capital	4 580 913,05 €	3 342 627,93 €	72,97%	7 064 804,14 €	6 110 410,45 €	86,49%	82,80%	6 308 582,68 €	6 308 482,40 €	100,00%	3,24%
Ativos Financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
Passivos Financeiros	1 472 806,15 €	1 472 805,72 €	100,00%	4 561 780,41 €	3 950 207,66 €	86,59%	168,21%	3 180 412,35 €	1 619 487,71 €	50,92%	-59,00%
Outras receitas de capital	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
Receitas Outras	80 900,86 €	85 729,01 €	105,97%	42 267,89 €	44 074,65 €	104,27%	-48,59%	460 390,30 €	460 865,57 €	104,45%	991,03%
Reposições não abatidas aos pagamentos + saldo gerência anterior	100,00 €	4 928,15 €	4928,15%	331,50 €	2 138,26 €	645,03%	-56,61%	100,00 €	20 575,27 €	20575,27%	862,24%
	80 800,86 €	80 800,86 €	100,00%	41 936,39 €	41 936,39 €	100,00%	-48,10%	460 290,30 €	460 290,30 €	100,00%	997,59%
TOTAL	24 982 566,88 €	19 857 740,18 €	79,49%	31 399 480,77 €	27 590 699,96 €	87,87%	38,94%	32 705 602,32 €	28 266 197,20 €	86,43%	2,45%

Quadro 6 - Evolução da Receita 2022-2023

No quadro supra verificamos, de forma detalhada, a execução e evolução financeira da receita, de cada uma das sub-rubricas.

A receita referente aos “impostos diretos”, “impostos indiretos”, “taxas multas e outras penalidades”, “rendimentos de propriedade” e “vendas de bens e serviços” apresentam um decréscimo de **3,83%**, **12,24%**, **34,91%** e **0,56%**, respetivamente, face ao ano anterior. Em “rendimentos de propriedade”, “Transferências correntes” e “Outras receitas”, regista-se um acréscimo de **3,28%**, **20,65%** e **99,10%**, resultante do aumento da arrecadação, por parte do Município, dos impostos cobrados pelo Estado, nos termos do mapa 12 da Lei de orçamento de Estado, conforme quadro infra.

	FEF CORRENTE	FEF CAPITAL	FSM	IRS	N. 3, ART. 35, LEI 73/2013	IVA	FFD – Fundo de Financiamento da Descentralização	TOTAL	Δ
2023	6 951 053,00 €	772 339,00 €	334 322,00 €	531 686,00 €	313 888,00 €	95 677,00 €	3 051 563,00 €	12 050 528,00 €	19,89%
2024	7 247 054,00 €	805 228,00 €	384 648,00 €	581 940,00 €	1 652 681,00 €	157 468,97 €	3 618 583,00 €	14 447 602,97 €	

Quadro 7 - Mapa 12 da Lei de orçamento de Estado

O significativo crescimento registado em “outras receitas” deve-se ao reembolso de IVA no valor de **372.792,99€**.

AM
B. O.
EP
P.
L.

As sub-rubricas que contribuíram para o aumento da receita de capital, em relação ao ano de 2023, foram as “vendas de bens de investimento” e “transferências de capital”, verificando-se uma evolução positiva, de **5,71% e 3,24%**, respetivamente. A componente de “Passivos Financeiros”, regista uma quebra de 59,00%, face a 2023, considerando as libertações dos EMLP contratualizados e destinados ao financiamento de alguns investimentos municipais, designadamente: Implementação de modos suaves na Av. Dr. Manuel de Arriaga (última tranche).

Ao longo dos 3 anos, a rubrica dos ativos financeiros manteve-se com uma execução financeira nula.

1.3 – Execução Orçamental da Despesa

A previsão corrigida da Despesa foi de **32.705.602,52€**, realizada em **26.177.238,15€**, valor que originou uma taxa de execução global de **80,04%**, durante o ano em análise.

Análise orçamental	Orçamento da Despesa 01/01/2024 (a)	%	Despesa Corrigida 31/12/2024 (b)	%	Despesa Paga (c)	%	Desvio (c-b)	Tx execução
Despesas Correntes	21 554 836,58 €	57,01%	21 065 710,56 €	64,41%	19 121 134,45 €	73,04%	-1 944 576,11 €	90,77%
Despesas com pessoal	8 874 585,68 €	23,47%	6 903 848,45 €	21,11%	6 740 445,37 €	25,75%	-163 403,08 €	97,63%
Aquisição de bens e serviços	7 311 250,00 €	19,34%	8 577 046,18 €	26,23%	7 326 868,49 €	27,99%	-1 250 177,69 €	85,42%
Juros e outros encargos	831 465,62 €	2,20%	907 365,56 €	2,77%	904 195,27 €	3,45%	-3 170,29 €	99,65%
Transferências Correntes	2 245 000,00 €	5,94%	2 745 310,06 €	8,39%	2 459 873,66 €	9,40%	-285 436,40 €	89,60%
Subsídios	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Outras despesas correntes	2 292 535,28 €	6,06%	1 932 140,31 €	5,91%	1 689 751,66 €	6,46%	-242 388,65 €	87,45%
Despesas de Capital	16 256 433,61 €	42,99%	11 639 891,96 €	35,59%	7 056 103,70 €	26,96%	-4 583 788,26 €	60,62%
Aquisição de bens de capital	14 882 957,15 €	39,36%	8 817 557,34 €	26,96%	4 347 338,07 €	16,61%	-4 470 219,27 €	49,30%
Transferências de capital	518 934,00 €	1,37%	413 203,21 €	1,26%	413 203,21 €	1,58%	0,00 €	100,00%
Ativos Financeiros	10 200,00 €	0,03%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Passivos Financeiros	844 142,46 €	2,23%	2 408 931,41 €	7,37%	2 295 562,42 €	8,77%	-113 368,99 €	95,29%
Outras despesas de capital	200,00 €	0,00%	200,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	-200,00 €	0,00%
Total	37 811 270,19 €	100,00%	32 705 602,52 €	100,00%	26 177 238,15 €	100,00%	-6 528 364,37 €	80,04%

Quadro 8 - Execução Orçamental da Despesa

No que respeita à Despesa Corrente, a qual reflete todos os custos de funcionamento municipal: recursos humanos, custos operacionais, atividades realizadas e apoiadas pelo município, desde o apoio social, desportivo, cultural e recreativo, verifica-se uma previsão corrigida de **21.065.710,56€** e **19.121.134,45€** de despesa efetivamente paga, correspondendo a uma taxa de execução de **90,77%**, superior em **3,84%**, face ao ano anterior.

Ao nível da Despesa de Capital, a previsão corrigida foi de **11.639.891,96€** e as despesas pagas totalizaram **7.056.103,70€**, tendo uma execução de **60,62%** da despesa prevista, inferior em **25,07%**, face ao anterior exercício.

1.3.1 – Evolução Orçamental da Despesa

Designação	2022			2023			Δ 2022-2023	2024			Δ 2023-2024
	Previsões Corrigidas	despesa paga	tx execução	Previsões Corrigidas	Despesa paga	tx execução		Previsões Corrigidas	Despesa paga	tx execução	
Despesas Correntes	15 766 733,48 €	12 752 555,92 €	80,88%	18 138 102,56 €	15 766 944,51 €	86,93%	23,64%	21 065 710,56 €	19 121 134,45 €	90,77%	21,27%
Despesas com pessoal	5 973 938,67 €	5 894 826,96 €	98,68%	6 657 769,91 €	6 495 139,00 €	97,56%	10,18%	6 903 848,45 €	6 740 445,37 €	97,63%	3,78%
Aquisição de bens e serviços	6 837 727,17 €	4 609 152,54 €	67,41%	7 488 366,61 €	5 640 295,54 €	75,32%	22,37%	8 577 046,18 €	7 326 868,49 €	85,42%	29,90%
Juros e outros encargos	218 875,44 €	212 264,76 €	96,98%	602 775,01 €	571 467,18 €	94,81%	169,22%	907 365,56 €	904 195,27 €	99,65%	58,22%
Transferências Correntes	1 619 302,88 €	1 287 859,98 €	79,53%	2 357 458,75 €	2 120 227,19 €	89,94%	64,63%	2 745 310,06 €	2 459 873,66 €	89,60%	16,02%
Subsídios	655 612,41 €	389 318,64 €	59,38%	317 917,19 €	317 917,19 €	100,00%	-18,34%	0,00 €	0,00 €	0,00%	-100,00%
Outras despesas correntes	461 276,91 €	359 133,04 €	77,86%	713 815,09 €	621 898,41 €	87,12%	73,17%	1 932 140,31 €	1 689 751,66 €	87,45%	171,71%
Despesas de Capital	9 215 833,40 €	7 063 247,87 €	76,64%	13 261 378,21 €	11 363 465,15 €	85,69%	60,88%	11 639 891,96 €	7 056 103,70 €	60,62%	-37,91%
Aquisição de bens de capital	6 862 268,94 €	4 709 683,45 €	68,63%	10 508 322,32 €	8 620 426,32 €	82,03%	83,04%	8 817 557,34 €	4 347 338,07 €	49,30%	-49,57%
Transferências de capital	322 434,00 €	322 434,00 €	100,00%	389 600,00 €	389 600,00 €	100,00%	20,83%	413 203,21 €	413 203,21 €	100,00%	6,06%
Ativos Financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00%	10 000,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
Passivos Financeiros	2 031 130,46 €	2 031 130,42 €	100,00%	2 353 455,89 €	2 353 438,83 €	100,00%	15,87%	2 408 931,41 €	2 295 562,42 €	95,29%	-2,46%
Outras despesas de capital	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%	200,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
TOTAL	24 982 566,88 €	19 815 803,79 €	79,32%	31 399 480,77 €	27 130 409,66 €	86,40%	36,91%	32 705 602,52 €	26 177 238,15 €	80,04%	-3,51%

Quadro 9 - Evolução da Despesa

Pela análise do quadro 9, relativamente à evolução orçamental nas rubricas de despesa corrente, verificamos que, em relação ao ano anterior, houve um aumento na taxa de execução, na generalidade das rubricas.

A rubrica de despesas com o pessoal, regista um aumento da **245.376,64€**, face ao anterior exercício, fruto, grosso modo, dos aumentos salariais da função pública e pelo incremento promovido pelo acelerador de carreiras previsto no Dec.Lei nº75/2023, de 29 de agosto.

No capítulo “aquisição de bens e serviços, regista-se um aumento de **1.686.502,68€**, face a 2023, decorrente das despesas relacionadas com os encargos com as instalações municipais, refeições escolares e transportes escolares, acrescidos dos encargos assumidos nos domínios da Educação, Saúde e Ação Social, no contexto do processo de transferências de competências para a Administração Local e, bem assim, face ao incremento generalizado dos preços de bens e serviços.

Por força do esperado aumento do indexante das taxas de juros, também se verifica o tal reflexo, na subida dos encargos com “juros e outros encargos”, no montante de 332.728,09€, face a 2023. Espera-se que tais encargos reduzam significativamente, uma vez que se começa a verificar a diminuição da taxa de juros de referência.

A despesa paga com transferências correntes, nas quais se enquadram as transferências para Juntas de Freguesia e instituições se fins lucrativos e famílias, regista um aumento de cerca de 16%.

As despesas de capital pagas registam uma quebra de cerca de 38%, decorrente de, em 2024 se registar o “arranque” dos investimentos no âmbito de candidaturas submetidas para cofinanciamento comunitário pelo PRR e Portugal 2030.

Handwritten signatures and initials:
 [Signature]
 F.P.
 [Signature]
 u.

No ano de 2024, a rubricas referente à despesa de capital que registou acréscimo de execução foi a de “Transferências de capital”, em 6%, com uma taxa de execução de 100%.

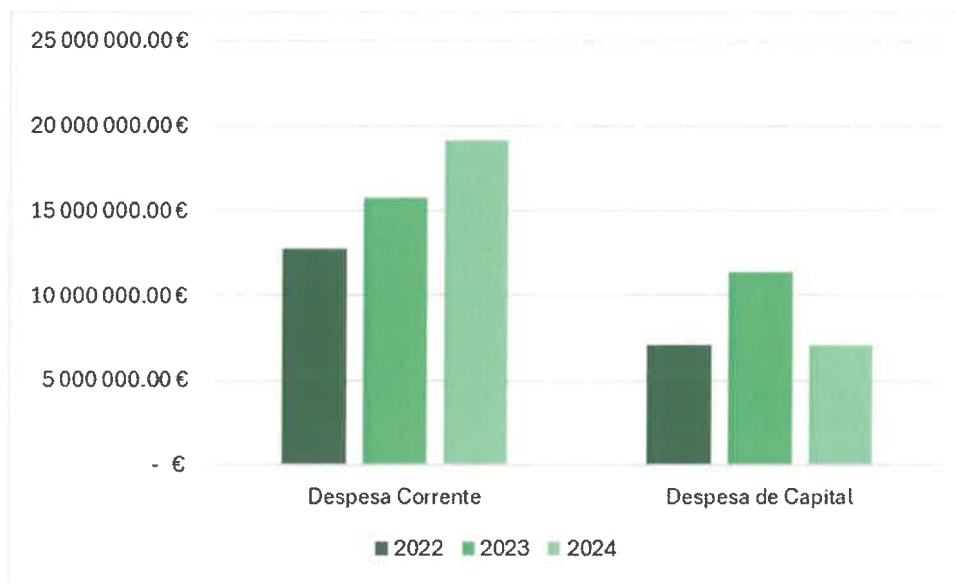


Gráfico 7 - Evolução da Despesa Paga

De acordo com o gráfico 7, a evolução da despesa corrente regista uma tendência de aumento, ao longos dos últimos 3 anos.

1.4 – Execução das GOP's

Designação do Projeto	Montante previsto	%	Montante Executado	%	Desvio	Taxa de Execução
Funções Gerais	914 642,20 €	6,16%	449 744,42 €	4,77%	- 464 897,78 €	49,17%
Serviços Gerais de Administração Pública	776 761,36 €	5,23%	311 863,58 €	3,31%	- 464 897,78 €	40,15%
Segurança e ordem Públicas	137 880,84 €	0,00%	137 880,84 €	1,46%	- €	100,00%
Funções Sociais	11 005 020,44 €	74,12%	7 227 753,64 €	76,72%	- 3 777 266,80 €	65,68%
Educação	275 539,05 €	1,86%	185 841,46 €	1,97%	- 89 697,59 €	67,45%
Saude	9 045,00 €	0,06%	9 045,00 €	0,10%	- €	100,00%
Segurança e ação sociais	2 266 900,57 €	15,27%	2 084 197,57 €	22,12%	- 182 703,00 €	91,94%
Habituação e serviços coletivos	8 179 341,87 €	55,09%	4 903 003,74 €	52,04%	- 3 276 338,13 €	59,94%
Serviços culturais, recreativos e religiosos	274 193,95 €	1,85%	45 665,87 €	0,48%	- 228 528,08 €	16,65%
Funções Economicas	2 928 346,74 €	19,72%	1 743 309,71 €	18,50%	- 1 185 037,03 €	59,53%
Industria e Energia	1 943 988,82 €	13,09%	1 203 488,26 €	12,77%	- 740 500,56 €	61,91%
Transportes e Comunicações	18 345,09 €	0,12%	18 345,09 €	0,19%	- €	100,00%
Comercio e Turismo	668 760,15 €	4,50%	282 167,48 €	3,00%	- 386 592,67 €	42,19%
Outras funções económicas	297 252,68 €	2,00%	239 308,88 €	2,54%	- 57 943,80 €	80,51%
Total:	14 848 009,38 €	100,00%	9 420 807,77 €	100,00%	- 5 427 201,61 €	63,45%

Quadro 10 - Execução das GOP's

Pela análise do quadro supra, verifica-se que as funções sociais traduzem maior representatividade no total

das despesas executadas nas GOP'S (76,72%) superior em 2,37% face ao ano anterior, expressando a vontade da estratégia política, na melhoria do bem-estar e qualidade de vida da população do concelho, no desenvolvimento de projetos destinados à melhoria das condições habitacionais que se pretendem dignas.

As funções que traduzem maior taxa de execução, no total das GOP'S, são as funções sociais, traduzindo uma taxa de 65,68%, seguida das funções económicas, com 59,53% de execução.

1.4.1 – Evolução das GOP's

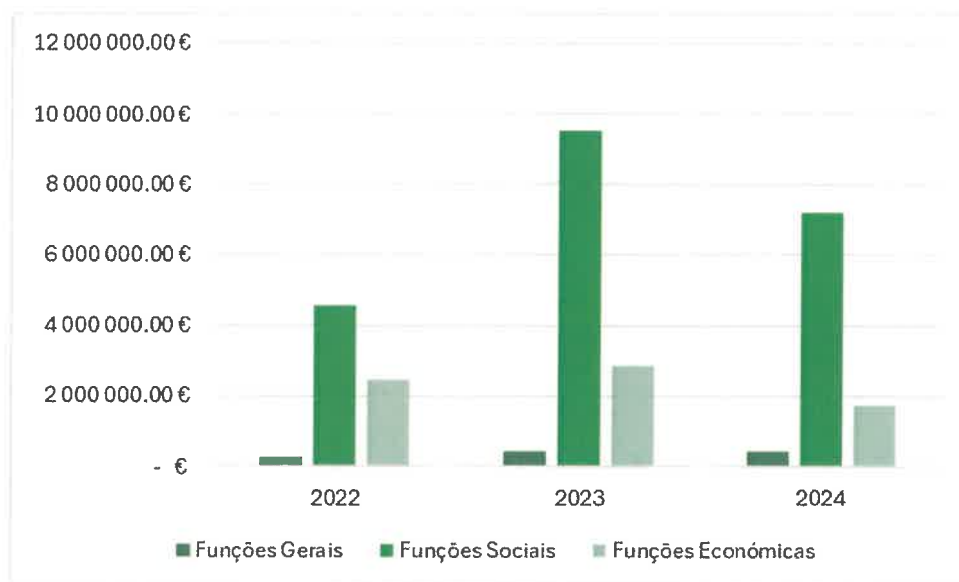


Gráfico 8 - Evolução da Despesa Paga

O gráfico supra, evidencia o crescimento na aposta municipal, ao nível do investimento, com especial destaque para a função social e económica, registando-se um crescimento estável nos últimos três anos.

2 – Processo Económico-Financeiro

A presente análise económico-financeira teve por base as contas anuais individuais apresentadas pelo Município do Peso da Régua em 2024, preparadas de acordo com o referencial contabilístico SNC-AP. Considerando a informação proporcionada pelas demonstrações financeiras do período objeto de prestação de contas, apresenta-se, em seguida uma análise das principais variações ocorridas na posição financeira e no desempenho.

2.1 – Estrutura do Ativo

Ativo	31/12/2023	Peso (%)	31/12/2024	Peso (%)	Variação	
					(€)	(%)
Ativos fixos tangíveis	56 138 070,20 €	80,86%	53 346 518,01 €	67,22%	- 2 791 552,19 €	-4,97%
Ativos intangíveis	719 910,40 €	1,04%	4 623 701,76 €	5,83%	3 903 791,36 €	542,26%
Participações Financeiras	7 443 103,00 €	10,72%	7 443 103,00 €	9,38%	- €	0,00%
Clientes, contribuintes e utentes	69 032,08 €	0,10%	69 032,08 €	0,09%	- €	0,00%
Outras contas a receber	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
Ativo não corrente	64 370 115,68 €	92,72%	65 482 354,85 €	82,52%	1 112 239,17 €	1,73%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	1 143 680,80 €	1,65%	7 574 382,92 €	9,54%	6 430 702,12 €	562,28%
Clientes, contribuintes e utentes	90 679,68 €	0,13%	194 799,90 €	0,25%	104 120,22 €	114,82%
Estado e outros entes públicos	307 032,65 €	0,44%	83 368,07 €	0,11%	- 223 664,58 €	-72,85%
Outras contas a receber	2 545 207,68 €	3,67%	3 448 150,41 €	4,35%	902 942,73 €	35,48%
Diferimentos	96 252,14 €	0,14%	80 532,27 €	0,10%	- 15 719,87 €	-16,33%
Caixa e depósitos bancários	874 670,83 €	1,26%	2 492 389,19 €	3,14%	1 617 718,36 €	184,95%
Ativo corrente	5 057 523,78 €	7,28%	13 873 622,76 €	17,48%	8 816 098,98 €	174,32%
Total do Ativo	69 427 639,46 €	100%	79 355 977,61 €	100%	9 928 338,15 €	14,30%

Quadro 11 – Estrutura do Ativo

Verifica-se um acréscimo global face a 2023, de **14,30%**, destacando-se um aumento significativo em “Ativos Intangíveis”, cerca de **542%** decorrente das obras de reabilitação realizadas em vários equipamentos dos quais o município detém o direito de superfície e em Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis em 562,28%, justificado pelos valores por reembolsar de projetos realizados pelo Município e objeto de cofinanciamento comunitário e/ou estatal.

Regista-se ainda uma subida de 114,82% em Clientes, contribuintes e utentes, 35,48% em Outras contas a receber e 184,95% em Caixa e depósitos bancários, face ao exercício anterior.

2.2 – Estrutura do Passivo

Estrutura do Passivo						
Passivo	31/12/2023	Peso (%)	31/12/2024	Peso (%)	Variação	
					(€)	(%)
Provisões	4 099 633,30 €	11,85%	4 151 662,30 €	10,91%	52 029,00 €	1,27%
Financiamentos obtidos	12 601 214,20 €	36,42%	11 837 940,70 €	31,12%	- 763 273,50 €	-6,06%
Fornecedores de investimento	382 945,54 €	1,11%	722 445,72 €	1,90%	339 500,18 €	88,65%
Fornecedores	3 102 840,93 €	8,97%	2 618 507,01 €	6,88%	- 484 333,92 €	-15,61%
Diferimentos	8 985 949,65 €	25,97%	14 060 539,81 €	36,96%	5 074 590,16 €	56,47%
Outras contas a pagar	2 091,49 €	0,01%	2 091,49 €	0,01%	- €	0,00%
Passivo não corrente	29 174 675,11 €	84,31%	33 393 187,03 €	87,78%	4 218 511,92 €	14,46%
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	- €	0,00%	67 238,81 €	0,00%	67 238,81 €	0,00%
Fornecedores c/c	1 767 806,88 €	5,11%	1 135 916,58 €	2,99%	- 631 890,30 €	-35,74%
Estado e outros entes públicos	141 508,09 €	0,41%	172 196,30 €	0,45%	30 688,21 €	21,69%
Financiamentos obtidos	865 136,36 €	2,50%	952 335,17 €	2,50%	87 198,81 €	10,08%
Fornecedores de investimento	907 501,93 €	2,62%	496 667,25 €	1,31%	- 410 834,68 €	-45,27%
Outras contas a pagar	1 746 807,50 €	5,05%	1 823 039,92 €	4,79%	76 232,42 €	4,36%
Passivo corrente	5 428 760,76 €	15,69%	4 647 394,03 €	12,48%	- 781 366,73 €	-14,39%
Total do Passivo	34 603 435,87 €	100%	38 040 581,06 €	100%	3 437 145,19 €	9,93%

Quadro 12 – Estrutura do Passivo

Regista-se um acréscimo global de **9,93%**, face ao exercício anterior, justificável pela conjuntura inflacionista sentida, com acentuado aumento dos preços e escassez dos fatores de produção, decorrente do cenário macroeconómico fortemente influenciado pelo conflito europeu Rússia-Ucrânia.

Destaca-se, um aumento da dívida a “fornecedores de investimento”, no passivo não corrente, de 87,78% e uma expressiva redução nos “fornecedores”, de -15,61%.

No passivo corrente, destaca-se uma redução em “Fornecedores c/c” em 35,74% e em Fornecedores de investimento, de 45,27%, registando-se um acréscimo em “Estado e outros entes públicos”, em 21,69%, face ao exercício anterior.

2.3 – Estrutura das Dívidas de Terceiros c/prazo:

Dívida de terceiros a curto prazo	31/12/2023	31/12/2024	Variação	
			(€)	(%)
Cientes, contribuintes e utente	90 679,68 €	194 799,90 €	104 120,22 €	114,82%
Outras contas a receber	2 545 207,68 €	3 448 150,41 €	902 942,73 €	35,48%
Total	2 635 887,36 €	3 642 950,31 €	1 007 062,95 €	38,21%

Quadro 13 - Estrutura das Dívidas de Terceiros c/prazo

Destaca-se um aumento da dívida de terceiros para com o Município, em termos globais de cerca de 38,21%, face a 2023.

2.4 – Estrutura do Património Líquido:

Património Líquido	31/12/2023	Peso (%)	31/12/2024	Peso (%)	Variação	
					(€)	(%)
Património	59 703 312,73 €	171,44%	59 703 312,73 €	144,51%	- €	0,00%
Resultados transitados	- 43 281 417,99 €	-124,29%	- 43 548 392,45 €	-105,40%	- 266 974,46 €	0,62%
Outras variações no património líquido	18 626 580,32 €	53,49%	24 990 875,24 €	60,49%	6 364 294,92 €	34,17%
Resultado líquido do período	- 224 271,47 €	-0,64%	169 601,03 €	0,41%	393 872,50 €	-175,62%
Total do Património Líquido	34 824 203,59 €	100,00%	41 315 396,55 €	100,00%	6 491 192,96 €	18,64%

Quadro 14 - Estrutura do Património Líquido

Regista-se um aumento do “Património líquido” em cerca de **18,64%**, ainda que para as entidades públicas o lucro não seja o seu fim, damos conta de que há uma melhoria do Resultado Líquido do período em 2024, face a 2023, traduzido num montante de 169.601,03€, invertendo a tendência negativa do último exercício.

2.5 – Estrutura dos Rendimentos:

Estrutura de Rendimentos	2023	Peso (%)	2024	Peso (%)	Variação	
					(€)	(%)
Vendas	19 825,84 €	0,10%	71,04 €	0,00%	- 19 754,80 €	-99,64%
Prestações de serviços e concessões	2 801 142,35 €	14,32%	2 622 629,06 €	12,13%	- 178 513,29 €	-6,37%
Impostos, contribuições e taxas	3 590 256,49 €	18,35%	3 205 727,80 €	14,82%	- 384 528,69 €	-10,71%
Outros rendimentos e ganhos	1 904 084,89 €	9,73%	2 722 671,08 €	12,59%	818 586,19 €	42,99%
Juros e rendimentos similares obtidos	6 535,24 €	0,03%	3 026,90 €	0,01%	- 3 508,34 €	-53,68%
Imparidade de dívidas a receber	7 395,16 €	0,00%	- €	0,00%	- 7 395,16 €	0,00%
Transferências e subsídios correntes obtidos	11 238 576,31 €	57,43%	13 070 736,78 €	60,44%	1 832 160,47 €	16,30%
Total	19 567 816,28 €	100%	21 624 862,66 €	100%	2 057 046,38 €	10,51%

Quadro 15 - Estrutura dos Rendimentos

Pela análise do quadro, regista-se um aumento de cerca de **10,51%** nos rendimentos, face ao exercício anterior, grosso modo pelo crescimento da componente de "Outros rendimentos", em 42,99% e "Transferências e subsídios correntes obtidos", em 16,30%.

Verifica-se uma ligeira quebra em "Prestação de serviços e concessões", de -6,37% e em "Impostos, contribuições e taxas", em cerca de -10,71%. De forma mais expressiva regista-se uma diminuição nas "Vendas", face a 2023, em cerca de -99,64%.

2.6 – Estrutura dos Gastos:

Estrutura de Gastos	2023	Peso (%)	2024	Peso (%)	Variação	
					(€)	(%)
Transferências e subsídios concedidos	2 951 716,43 €	14,91%	3 446 244,79 €	16,06%	494 528,36 €	16,75%
CMVMC	619 908,36 €	3,13%	658 455,37 €	3,07%	38 547,01 €	6,22%
Fornecimentos e serviços externos	6 084 684,99 €	30,74%	5 474 457,14 €	25,52%	610 227,85 €	-10,03%
Gastos com o pessoal	6 649 436,96 €	33,60%	6 841 852,45 €	31,89%	192 415,49 €	2,89%
Gastos de depreciação e amortização	2 402 521,80 €	12,14%	2 756 092,82 €	12,85%	353 571,02 €	14,72%
Provisões do período	- €	0,00%	52 029,00 €	0,00%	- €	0,00%
Outros gastos	266 868,27 €	1,35%	1 252 374,85 €	5,84%	985 506,58 €	369,29%
Juros e gastos similares suportados	816 950,94 €	4,13%	966 574,86 €	4,51%	149 623,92 €	18,31%
Imparidade de dívidas a receber	- €	0,00%	7 180,35 €	0,03%	7 180,35 €	100,00%
Total	19 792 087,75 €	100%	21 455 261,63 €	100%	1 663 173,88 €	8,40%

Quadro 16 - Estrutura dos Gastos

A estrutura de gastos apresenta um acréscimo de cerca de **8,40%**, face a **2023**. Destaca-se um aumento na rubrica de "gastos com pessoal", em 2,89% decorrente não só dos aumentos salariais na função pública como ainda pelo aumento de recursos humanos no âmbito da transferência de competência da administração Central para os Municípios.

Verifica-se ainda um aumento de 18,31% em juros e gastos similares suportados, por força do aumento das taxas de juros em todos os indexantes, durante o período em análise.

2.7 – Principais Indicadores de Desempenho Económico:

Indicadores		31/12/2023	31/12/2024
RENTABILIDADE			
Rentabilidade do Património Líquido	Resultado Líquido/Património Líquido	-0,64%	0,41%
Rentabilidade Ativo	Resultado Líquido/Ativo	-0,32%	0,21%
Rentabilidade Económica	EBITDA/ATIVO	0,84%	4,90%
Margem EBITDA	EBITDA/Vendas, Serviços Prestados e impostos e taxas	9,14%	66,73%
ESTRUTURA FINANCEIRA			
Solvabilidade	Património Líquido/Passivo Total	100,63%	108,61%
Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo Total	50,16%	52,06%
Endividamento	Passivo/Ativo	49,84%	47,94%
LIQUIDEZ			
Liquidez Geral	Ativo Corrente/Passivo Corrente	93,16%	298,52%
Liquidez Reduzida	Ativo Corrente-Inventários/Passivo Corrente	93,16%	297,18%
Liquidez Imediata	Disponibilidades/Passivo Corrente	16,11%	53,63%

Quadro 17 - Principais Indicadores de Desempenho Económico

3 – Endividamento Municipal

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI). O n.º 1 do art.º 52.º estipula que "a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no art.º 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores".

Endividamento - Mapa Síntese

Situação a 31.12.2024

APURAMENTO DA CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO PARA 2024

Apuramento do Limite da Dívida Total para 2024

1. Total Receita cobrada nos 3 últimos anos	46 191 650 €
1.1. Receita Corrente cobrada em 2021	13 840 215 €
1.2. Receita Corrente cobrada em 2022	14 888 676 €
1.3. Receita Corrente cobrada em 2023	17 462 759 €
2. Média da Receita	15 397 217 €
3. 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos 3 últimos anos	23 095 825 €

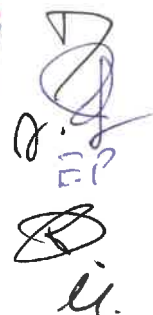
APURAMENTO DA DÍVIDA TOTAL

4. Dívida Total Operações Orçamentais do Município¹	18 722 371,61 €
4.1. 20.4 - Credores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis (EMLP BEI - excecionados)	2 237 449,65 €
4.2. 20.6 - Credores por devolução de transferências e subsídios	0,00 €
4.3. 20.8 - Outros devedores e credores por transferências e subsídios	67 238,81 €
4.4. 22.1 - Fornecedores c/c	1446 771,08 €
4.5. 22.5 - Fornecedores - faturas em receção e conferência	0,00 €
4.6. 22.6 - Fornecedores - sociedades de factoring	2 307 652,51 €
4.7. 23 - Pessoal	0,00 €
4.8. 24.2 - Retenção de impostos sobre rendimentos	27 462,69 €
4.9. 24.3.3 - Iva liquidado	- €
4.10. 24.3.6 - Iva a pagar	16 678,40 €
4.11. 24.5 - Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	128 055,21 €
4.12. 25.11.11.2 - EC - empréstimo curto prazo	0,00 €
4.13. 25.11.2 - Empréstimos bancários MLP	9 291 899,04 €
4.14. 25.11.2.2 - Outros EMLP excecionados	1260 927,16 €
4.15. 27.11 - Fornecedores de investimentos c/c	12 19 112,97 €
4.16. 27.16 - Fornecedores factoring	0,00 €
4.17. 27.5.1 - FAM - Fundo de Apoio Municipal	0,00 €
4.18. 27.7 - Cauções	403 430,14 €
4.19. 27.8.5 - Sindicatos	0,00 €
4.20. 27.8.9.19.012.09 - Outros	4 012,40 €
4.21. 27.8.9.2.9.019.09 - Credores Diversos - com terceiros	262 057,36 €
4.22. 27.8.9.2.9.02.9 - Outras entidades	2 09149 €
4.23. 28.19.019.9 - Outros	47 532,68 €
5. Dívidas das entidades relevantes para efeitos de limites da Dívida Total	77 935,81 €
5.1. AMPV - Associação de Municípios Portugueses do Vinho	109,52 €
5.2. APMCH - Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico	7,00 €
5.3. Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2	9,80 €
5.4. Associação de Municípios do Vale do Douro-Norte	63 326,86 €
5.5. Fundação Museu do Douro	14 482,63 €
Dívida Total da Autarquia	18 800 307 €
6. Dívida Total a 31/12/2024 excluindo operações extraorçamentais e FAM	14 898 500 €

APURAMENTO DA CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO

7. Limite da dívida total da Autarquia calculado a 01/01/2024	23 095 825 €
8. Montante da dívida total em 31/12/2024 (excluindo operações extraorçamentais e FAM)	14 898 500 €
9. Margem Absoluta [7-8]	8 197 325 €
10. Margem utilizável [40%²]	3 278 930 €

¹ Cálculo apurado de acordo com orientações da DGAL emanadas no Guia do SISAL.² Al. b) do n.º 3 do art.º 82.º da Lei n.º 73/2013, de 3/09, republicada pela Lei n.º 51/2016, de 16/08



4 –Declarações Pagamentos e recebimentos em atraso

Para os efeitos previstos na alínea b), do nº1, do artigo 15º, da Lei nº22/2015, de 17 de março, a qual promove a 5ª alteração à Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro – LCPA, é emitida declaração obrigatória na qual se identificam, em mapa anexo e de forma agregada, todos os recebimentos em atraso e, de forma analítica, todos pagamentos em atraso, à data de 31 de dezembro de 2024, e que consta do ponto “Outros documentos da LCPA” do dossier de prestação de contas.

IV – Proposta de aplicação de resultados

De acordo com as Demonstrações Financeiras do Município Peso da Régua, o Resultado Líquido apurado no período de 2024 totaliza 169.601,03€, pelo que se propõe que o mesmo tenha a seguinte aplicação:

Transferência para a conta “56.1 – Resultados Transitados de períodos anteriores”.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



OUTROS ANEXOS

[Handwritten signatures and initials in blue ink]
E.P.
u.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Demonstração de Resultados por Natureza

Demonstração das Alterações do Patrimônio Líquido

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Balancete analítico da contabilidade orçamental e financeira (Classe 0 a 8) – meses 13 e 14

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 2024

Nota 1 — Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1 - Identificação da entidade e período de relato:

Município do Peso da Régua, pessoa coletiva de direito público, com o NIF 506829260, e sede social em Praça do Município, 5054-003 - Peso da Régua, com natureza de Autarquia local, inserido na área territorial da Comunidade Intermunicipal do Douro – CIM DOURO.

As presentes demonstrações financeiras reportam ao período de relato referindo-se ao exercício de 2024.

1.2 - Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

a) Referencial contabilístico - Indicação de que foi aplicado o referencial contabilístico SNC-AP e justificação das disposições deste normativo que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Não existiram, no período em análise, quaisquer casos excecionais que determinem a derrogação de qualquer disposição prevista no SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem colocar em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

b) Comparabilidade - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

O conteúdo das demonstrações financeiras de 2024 são comparáveis com o exercício anterior.

c) Reclassificação de itens nas DF - Quando a apresentação ou classificação de itens nas demonstrações financeiras for alterada, as quantias comparativas devem ser reclassificadas, a menos que a reclassificação seja impraticável.

Não aplicável

d) Saldo significativos de caixa e seus equivalentes - Comentário do órgão de gestão sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, estando disponíveis para uso, com exceção do referido em baixo.

De acordo com a Norma de Controlo Interno em vigor, a importância em numerário existente em caixa não deve ultrapassar o montante adequado às necessidades diárias dos serviços municipais, ou seja, não deve ultrapassar o limite 3.000,00€ (exceionalmente, 6.000,00€). Sempre que no final do dia se apure um

montante superior ao limite acima referido, o mesmo deverá ser depositado em contas bancárias tituladas pelo Município no dia útil seguinte.

e) valores de caixa e seus equivalentes – a seguir se apresenta quadro com a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes.

Os valores em caixa e depósitos refletem o montante disponível nos cofres da tesouraria, os valores depositados em contas à ordem e ainda os valores depositados sob a forma de garantias e cauções prestadas a favor do Município, sob condição e tendo por base os contratos celebrados, à data de 31.12.2024.

A conta 13.3.2.1.0.1 – CGD Cauções antigas, domicilia verbas retidas em empreitadas de obras públicas, a título de reforço de garantia da sua boa execução e cujos titulares correspondem aos respetivos empreiteiros/fornecedores, configurando conta de depósito obrigatório – cauções.

DESAGREGAÇÃO DE CAIXA E DEPÓSITOS			
Conta	Designação	31/12/2024	31/12/2023
11	Caixa	2 574,11 €	2 596,75 €
12	Depósitos à ordem	2 086 384,94 €	457 693,55 €
12.1	Depósitos no Tesouro		
12.2	Depósitos bancários	2 086 384,94 €	457 693,55 €
13.1	Depósitos a prazo		
13.2	Depósitos consignados		
13.3	Depósitos de garantias e cauções	403 430,14 €	414 380,53 €
TOTAL		2 492 389,19 €	874 670,83 €

Quadro 1 – Desagregação de Caixa e Depósitos

Nota 2 — Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

2.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram apresentadas de acordo com a NCP1 – Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras e são apresentadas em euros.

Ativos intangíveis (AI)

Os AI adquiridos encontram-se reconhecidos e mensurados pelo seu custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade, caso existam.

As amortizações são calculadas quando o ativo se encontra em condições de utilização, pelo método das quotas constantes (ou linha reta), de acordo com o período de vida útil estimado, com referência ao

Classificador Complementar 2 (CC2) – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, para bens adquiridos após 01/01/2020, tendo sido aplicado o CIBE – Cadastro e Inventários dos bens do Estado, para bens adquiridos até 31/12/2019.

Compreende, essencialmente, projetos de desenvolvimento, licenças de software, programas de computador, entre outros. Um ativo intangível, como o caso dos projetos de desenvolvimento, apenas é reconhecido quando for provável que dele advenham benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperado, e se o seu custo ou justo valor puder ser mensurado com fiabilidade.

A amortização das licenças de software e programas de computador devem refletir o período pelo qual se espera que o ativo gere benefícios económicos futuros ou potencial de serviço, pelo que é definida de acordo com o uso esperado desse ativo, período de utilização previsto em acordos e contratos, ou então determinada pela obsolescência resultante de fatores tecnológicos, de mercado ou de uso deficiente.

Ativos Fixos Tangíveis (AF)

Os ativos fixos tangíveis adquiridos, encontram-se mensurados pelo seu custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade, caso existam.

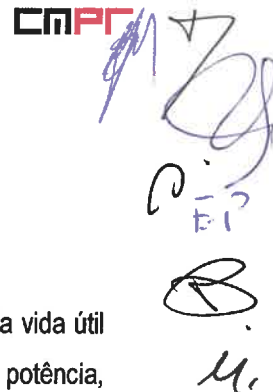
O custo de um ativo fixo tangível é reconhecido se, e apenas se, for provável que fluirão para o Município benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem, e o seu custo ou justo valor, puder ser mensurado com fiabilidade.

As depreciações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos tangíveis, decorrentes do gasto com a sua utilização, imputadas numa base sistemática durante a sua vida útil, sendo estas calculadas pelo método das quotas constantes (ou linha reta), a partir da data em que os ativos estejam disponíveis para utilização, em conformidade com o período de vida útil estimado no Classificador Complementar 2 (CC2) para bens adquiridos após 01/01/2020 e CIBE para bens adquiridos até 31/12/2019 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, para cada grupo de bens, tendo em consideração a sua obsolescência técnica ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado.

Os terrenos não são objeto de qualquer depreciação.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Edifícios e outras construções.....	10-100 anos;
Infraestruturas.....	10-20 anos;
Outros bens de domínio público.....	10-100 anos;
Equipamento básico.....	2-10 anos;
Equipamento de transporte.....	4-20 anos;



Equipamento administrativo.....4-8 anos;

Equipamentos biológicos.....4-8 anos;

Outros ativos fixos tangíveis.....2-8 anos;

Os gastos de conservação e reparação em que se verifique que não incorrem num aumento da vida útil dos bens, nem resultem em outros benefícios económicos, como o aumento da capacidade ou potência, entre outros, são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

Os investimentos em curso constituem ativos que se encontram na fase de construção, e foram mensurados ao custo de aquisição. Estes ativos começam a ser depreciados a partir do momento em que estejam disponíveis para uso, ou seja, quando estiverem nas condições necessárias para serem capazes de operar da forma pretendida.

As mais ou menos valias que resultem da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são apuradas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico registado na data da alienação ou abate, e reconhecidas na demonstração de resultados em “outros rendimentos” ou “Outros gastos”, consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

Participações Financeiras

O Município não tem entidades controladas. Nas entidades associadas a respetiva participação é inferior a 20%, tendo sido mensuradas pelo custo de aquisição, segundo a NCP 18 – Instrumentos financeiros, que permite a opção pelo modelo do custo nas suas demonstrações financeiras separadas, razão pela qual se manteve a política contabilística.

Imparidade de Ativos

A quantia escriturada de um ativo será reduzida para a sua quantia recuperável de serviço se, e apenas se, a quantia recuperável de serviço for menor do que a quantia escriturada, devendo a imparidade ser imediatamente reconhecida nos resultados.

Rendimentos e Gastos

Os rendimentos são mensurados pelo justo valor da contraprestação recebida ou que se espera receber. O principal aspeto na contabilização do rendimento é determinar quando deve ser reconhecido. Como tal, este é reconhecido quando for provável que derivem para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. Os gastos são mensurados pelo custo de aquisição dos bens ou serviços.

Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Foi utilizada a melhor estimativa do risco fornecida pelas Sociedades de Advogados que assessoriam o Município em processos de contencioso judicial. As provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado, é provável que seja exigido um exfluxo

de recursos e possa ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

O passivo contingente não é reconhecido, mas divulgado (exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço). Relativamente aos ativos contingentes, estes apenas são divulgados e não reconhecidos (quando seja provável a existência de um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviços).

Dívidas a Receber e a Pagar

As dívidas a receber (Clientes, contribuintes e utentes) são mensuradas inicialmente pelo seu valor nominal e deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas, para que estas reflitam o valor realizável líquido, à data de relato.

As dívidas a pagar (Fornecedores e outras dívidas) são mensuradas inicialmente pelo justo valor da contraprestação e mensuradas subsequentemente ao custo amortizado.

Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através de tais contratos sejam transferidos todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação. Por outro lado, são consideradas locações operacionais se, através dos respetivos contratos não sejam transferidos todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação. À classificação das locações financeiras ou operacionais está subjacente o princípio da substância sob a forma, do respetivo contrato.

Os ativos fixos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as respetivas depreciações acumuladas e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro de encargos decorrentes do contrato estabelecido.

Os juros incluídos no valor das rendas – prestação – e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gastos na demonstração de resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

Acréscimos

Estas contas registam a contrapartida dos rendimentos e dos gastos que devam ser reconhecidos no próprio período, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja receita ou despesa e respetivo recebimento e pagamento só venha a ocorrer em período ou períodos posteriores. Foram considerados em acréscimos de rendimentos relativos a impostos diretos correspondentes ao mês de dezembro e recebidos apenas em janeiro de 2025, bem como a imputação do rendimento relativo ao Imposto Municipal sobre Imóveis e Derrama do ano 2024 cuja cobrança apenas ocorrerá em 2025, entre outros. Em acréscimos de gastos foi reconhecida a estimativa do valor de férias, subsídio de férias e encargos relacionados que em

1 de janeiro de 2025 os trabalhadores já têm direito a receber, mas cujo processamento e pagamento apenas se verificará em 2025, consumo de eletricidade, água, comunicações, prestações de serviços, cuja despesa apenas irá ocorrer no exercício seguinte.

Diferimentos (especialização dos períodos)

As receitas e as despesas devem ser reconhecidas no cumprimento do regime do acréscimo – periodização económica -, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são reconhecidas nas rubricas de “outras contas a receber e a pagar” e em “Diferimentos”, nomeadamente, rendas, prestações de serviços, entre outros.

Financiamentos obtidos

Os empréstimos obtidos estão mensurados pelo seu valor nominal. Os custos dos juros e outros encargos incorridos com empréstimos, são reconhecidos como gastos, no cumprimento do princípio do acréscimo.

Benefícios aos Empregados

Os benefícios dos empregados correspondem a todas as formas de retribuição dadas pelo Município em troca de serviços prestados pelos empregados. Estes benefícios podem ser categorizados como benefícios de curto prazo, outros benefícios de longo prazo, benefícios pós-emprego e benefícios de cessação de emprego.

Os benefícios aos empregados como de curto prazo incluem vencimentos, subsídios de férias e Natal, subsídios de refeição, entre outros, assim como contribuições e encargos para a Segurança Social e Caixa Geral de aposentações e outros encargos sociais.

Inventários

O Município não apresenta inventário, tendo em conta que, nos termos da portaria nº189/2016 respeitante às normas de enquadramento do plano de contas multidimensional (PCM) do SNC-AP, nomeadamente no que respeita à classe 3 – Inventários, verifica-se que existe uma alteração na contabilização dos mesmos, sendo os bens consumíveis apresentados em “diferimentos”, no balanço.

Caixa e equivalentes de caixa

A entidade classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Os valores em caixa e depósitos refletem o montante disponível nos cofres da tesouraria, os valores depositados em contas à ordem e ainda os valores depositados sob a forma de garantias e cauções prestadas a favor do Município, sob condição e tendo por base os contratos celebrados, à data de 31.12.2024.

2.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

A preparação das demonstrações financeiras teve em consideração os seguintes princípios: Continuidade - As demonstrações financeiras foram preparadas com o pressuposto de que a Câmara Municipal continuará a sua atividade, com a mesma capacidade para o desempenho das suas atividades e operações, na prossecução das funções que lhe estão, legalmente, cometidas.

Regime do Acréscimo ou da Periodização Económica - Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando ocorrem, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Consistência de Apresentação - As demonstrações financeiras são consistentes face ao período anterior, quer ao nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem, salvo alterações significativas, devidamente fundamentadas no presente anexo, garantindo a fiabilidade e relevância de tais demonstrações financeiras, para os respetivos utilizadores.

Materialidade e Agregação - Uma informação é materialmente relevante se influenciar as decisões económicas, com base nas demonstrações financeiras, tomadas por parte dos seus utilizadores. Por conseguinte, cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função distinta, são apresentados separadamente, a menos que consideradas imateriais.

Compensação - Os ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos, não devem ser compensados. Desta forma, os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens do balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento e vice-versa.

Informação Comparativa - As demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição e desempenho financeiros, bem como os fluxos de caixa da entidade em conformidade com as NCP.

2.3 Julgamento

Não foram efetuados juízos de valor.

2.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações foram elaboradas numa perspetiva de continuidade das operações. Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Se forem considerados significativos, serão os mesmos divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

2.5 Aplicação inicial de uma NCP

No período em análise não foi efetuado qualquer ajustamento, em resultado da aplicação inicial das NCP.

2.6 Principais fontes de incerteza das estimativas

Todas as estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras, bem como, os

pressupostos subjacentes, foram determinadas por referência à data do relato, no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como, na experiência de eventos passados. Poderão existir situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

2.7. Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros.

Todas as estimativas e reconhecimentos adotados pela entidade foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data da aprovação das demonstrações financeiras, operações e transações em curso. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

2.8. Erros materiais de períodos anteriores.

No exercício de 2024 foi promovida a regularização de depreciações e do valor de financiamento relativo a 83 bens, pelo valor líquido de € 42.702,99, dos quais se destaca pela sua expressão financeira, o REGISTO DA PROPRIEDADE HORIZONTAL DO BAIRRO DA JUNTA AUTÓNOMA DE ESTRADAS, o qual foi registado pelo valor de € 734.400,02, através da nota de lançamento 7668. A regularização foi registada por contrapartida de Resultados Transitados.

As demonstrações financeiras de 2023, apresentadas para efeitos de comparativos, não foram reexpressas, por se entender que a regularização não é material/relevante.

Nota 3 - Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis (AI) compreendem, essencialmente, dispêndios com programas de computador e sistemas de informação, bem como projetos de desenvolvimento entre outros, estando reconhecidos ao custo de aquisição, deduzidos das respetivas amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. A norma dos ativos intangíveis (NPC 3) veio determinar o tratamento contabilístico a dar a este tipo de ativos, estipulando que não deve ser reconhecido qualquer ativo intangível na fase da pesquisa, pois a entidade não pode demonstrar que esse ativo gerará prováveis benefícios económicos futuros ou potencial de serviço, pelo que o dispêndio em pesquisa, deverá ser reconhecido como um gasto.

Foi aplicado o Classificador Complementar 2 (CC2) – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, para bens adquiridos após 01/01/2020, do Plano de Contas Multidimensional para determinação das respetivas vidas úteis e taxas de amortização, tendo sido aplicado o CIBE – Cadastro e Inventários dos bens do Estado, para bens adquiridos até 31/12/2019.

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2024, a variação na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, é apresentada no seguinte quadro:

Quantia escriturada e variações do período - Durante o período económico de 2024, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas consta do quadro seguinte:

AI - VARIAÇÃO DAS AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADES ACUMULADAS									
RUBRICAS		Início do Período			Quantia Escriturada	Final do Período			
		Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade		Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Quantia Escriturada
[1]		[2]	[3]	[4]	[5]=[2]-[3]-[4]	[6]	[7]	[8]	[9]=[6]-[7]-[8]
	Ativos Intangíveis	1 334 757,03 €	614 846,63 €		719 910,40 €	5 642 905,98 €	1 019 204,22 €		4 623 701,76 €
A11	Ativos intangíveis de domínio público,								
A12	Goodwill								
A13	Projetos de desenvolvimento								
A14	Programas de computador e sistemas	400 474,25 €	400 474,25 €			400 474,25 €	400 474,25 €		
A15	Propriedade industrial e intelectual								
A16	Outros	934 282,78 €	214 372,38 €		719 910,40 €	5 242 431,73 €	618 729,97 €		4 623 701,76 €
A17	Ativos intangíveis em curso								
TOTAL		1 334 757,03 €	614 846,63 €		719 910,40 €	5 642 905,98 €	1 019 204,22 €		4 623 701,76 €

Quadro 3.1 – AI – Variação das Amortizações e Perdas por Imparidades Acumuladas

AI - QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO ANO										
Rubrica	Designação	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final
			Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações por período	Diferenças cambiais	
	Ativos Intangíveis	719 910,40 €	182 807,85 €	4 125 341,10 €				-404 357,59 €		4 623 701,76 €
A11	Ativos Intangíveis de domínio público,									
A12	Goodwill									
A13	Projetos de desenvolvimento									
A14	Programas de computador e sistemas									
A15	Propriedade industrial e intelectual									
A16	Outros	719 910,40 €	182 807,85 €	4 125 341,10 €				-404 357,59 €		4 623 701,76 €
A17	Ativos intangíveis em curso									
TOTAL		719 910,40 €	182 807,85 €	4 125 341,10 €				-404 357,59 €		4 623 701,76 €

Quadro 3.2 - AI – Quantia Escriturada e Movimentos do Ano

Desagregação das adições - A desagregação das adições ocorridas no período consta do quadro seguinte:

AI - DESAGREGAÇÃO DAS ADIÇÕES											
Rubrica	Designação	Adições									
		Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado/perdido a favor do estado	Doação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
	Ativos Intangíveis	182 807,85 €									182 807,85 €
A11	Ativos intangíveis de domínio público,										
A12	Goodwill										
A13	Projetos de desenvolvimento										
A14	Programas de computador e sistemas										
A15	Propriedade industrial e intelectual										
A16	Outros	182 807,85 €									182 807,85 €
A17	Ativos intangíveis em curso										
TOTAL		182 807,85 €									182 807,85 €

Quadro 3.2A - AI – Desagregação das Adições

Desagregação das diminuições

Não se registaram diminuições em AI, pelo que o quadro 3.2B não tem preenchimento.

Nota 4 —Acordos de concessão de serviços: Concedente

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão, com todos os elementos fundamentais. Não há lugar a qualquer pagamento, apenas a recebimentos. O modelo de compensação dos concessionários é o da atribuição de um direito.

A renda é paga ao município com periodicidade trimestral, sendo que a concessionária tem o direito de utilização do domínio público municipal para a distribuição e comercialização de energia elétrica em baixa tensão, efetuando todos os investimentos indispensáveis às necessidades energéticas do concelho.

No final do contrato de concessão, a rede de distribuição de energia elétrica em baixa tensão reverterá para o património municipal.

Acordos de Concessão de serviços	Concessionário	Ativo de Concessão	Período de concessão	Valor do Contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Exploração da Concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão.	E-Redes - Distribuição de Eletricidade, S.A. (ex EDP - Distribuição de Energia, S.A.)	utilização do domínio público municipal	20 anos				

Quadro 4.1 – Acordos de Concessão de Serviços

É entendimento que o Município deveria reconhecer nas suas Demonstrações Financeiras os equipamentos e as infraestruturas que estão associados ao fornecimento de redes de distribuição de energia elétrica em Baixa Tensão assim como os que estão associados à Iluminação Pública, que se encontram a ser geridos pela concessionária EDP Distribuição, atualmente E-Redes.

Como já referido, os equipamentos e as infraestruturas acima referidos encontram-se a ser controlados, geridos e incrementados pela concessionária, pagando, para o efeito, uma renda de exploração ao Município, conforme se encontra previsto no contrato de concessão.

Para que o Município proceda ao reconhecimento dos ativos associados ao contrato de concessão, é necessário que disponha de informação suficiente e detalhada para o efeito.

Atendendo à insuficiente informação prestada pela concessionária EDP, não existem condições para proceder ao reconhecimento dos ativos que se encontram ao abrigo do contrato de concessão, pelo que a NCP 4 – Acordos de concessão de serviços não foi aplicada.

Por conseguinte, os ativos (equipamentos e infraestruturas) associados ao mencionado contrato de concessão, são controlados, geridos e incrementados exclusivamente pelo Concessionário, não tendo o Município qualquer controlo nem informação sobre a sua existência, estado, localização, valor, etc, sobre os tais ativos.

Em face do exposto, o Município não reconheceu nas suas demonstrações financeiras os ativos

(equipamentos e infraestruturas) associados ao presente contrato de concessão, não dando cumprimento, desta forma, à NCP 4 e ao parágrafo 93 da Estrutura Conceptual do Sistema de Normalização Contabilístico da Administração Pública.

Nota 5 —Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis do Município encontram-se reconhecidos pelo seu custo de aquisição ou construção, deduzidos das respetivas depreciações acumuladas e qualquer eventual perda por imparidade. O custo inclui o custo de compra, e outros custos necessários para colocarem o ativo a funcionar da forma pretendida. Os custos subsequentes ao início de funcionamento do ativo, são devidamente analisados em função dos benefícios económicos ou potencial de serviço que irão trazer para o ativo, determinando-se se se trata de um custo de reparação e manutenção, sendo deste modo considerado um gasto, ou se, pelo contrário, se trata de uma benfeitoria ao bem e como tal será reconhecido como ativo.

O Município atualizou as vidas úteis dos ativos fixos tangíveis respeitantes aos edifícios e outras construções, de acordo com o pressuposto no Classificador Complementar 2 (CC2). As depreciações foram calculadas utilizando o método das quotas contantes (ou linha reta).

A variação da quantia escriturada e depreciações dos ativos fixos tangíveis, durante o período económico de 2024, é apresentada no seguinte quadro:

AFT - VARIAÇÃO DAS DEPRECIAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADES ACUMULADAS								
RUBRICAS [1]	Início do Período				Final do Período			
	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Quantia Escriturada	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Quantia Escriturada
	[2]	[3]	[4]	[5]=[2]-[3]-[4]	[6]	[7]	[8]	[9]=[6]-[7]-[8]
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	62 398 429,92 €	52 794 116,75 €		9 604 313,17 €	49 040 574,65 €	39 562 352,17 €		9 478 222,48 €
AFT11 Terrenos e recursos naturais	906 557,77 €			906 557,77 €	906 557,77 €			906 557,77 €
AFT12 Edifícios e outras construções	6 100 093,91 €	5 104 304,17 €		995 789,74 €	6 100 541,41 €	5 164 253,66 €		936 287,75 €
AFT13 Infraestruturas	54 385 101,29 €	47 688 923,56 €		6 696 177,73 €	41 508 130,91 €	34 396 913,15 €		7 106 217,76 €
AFT14 Património histórico, artístico e cultural	91 308,10 €	889,02 €		90 419,08 €	91 308,10 €	1 185,36 €		90 112,74 €
AFT15 Outros								
AFT16 Bens de domínio público em curso	915 373,85 €			915 373,85 €	439 041,46 €			439 041,46 €
Ativos fixos em concessão								
AFT21 Terrenos e recursos naturais								
AFT22 Edifícios e outras construções								
AFT23 Infraestruturas								
AFT24 Património histórico, artístico e cultural								
AFT25 Ativos fixos em concessão em curso								
Outros ativos fixos tangíveis	65 465 824,66 €	18 932 067,63 €		46 533 757,03 €	63 575 039,67 €	19 706 744,14 €		43 868 295,53 €
AFT31 Terrenos e recursos naturais	8 805 150,03 €			8 805 150,03 €	9 148 643,98 €			9 148 643,98 €
AFT32 Edifícios e outras construções	39 555 569,91 €	14 095 951,44 €		25 519 618,47 €	41 568 067,10 €	14 628 319,12 €		26 939 747,98 €
AFT33 Equipamento básico	2 928 669,16 €	2 106 580,19 €		822 088,97 €	2 937 140,18 €	2 185 291,07 €		751 849,11 €
AFT34 Equipamento de transporte	1 548 373,58 €	1 520 144,09 €		28 229,49 €	1 743 680,66 €	1 587 561,92 €		156 118,74 €
AFT35 Equipamento administrativo	707 937,76 €	548 762,63 €		159 175,13 €	718 043,57 €	571 026,63 €		147 016,94 €
AFT36 Equipamentos biológicos								
AFT37 Outros	867 891,46 €	720 629,28 €		147 262,18 €	868 277,01 €	734 545,40 €		133 726,61 €
AFT38 Ativos fixos tangíveis em curso	11 052 232,76 €			11 052 232,76 €	6 591 192,17 €			6 591 192,17 €
TOTAL	127 864 254,58 €	71 726 184,38 €		56 138 070,20 €	112 615 614,32 €	59 269 096,31 €		53 346 517,01 €

Quadro 5.1 – AFT – Variações das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Quantia escriturada e variações do período - Os movimentos ocorridos no valor dos ativos fixos tangíveis e as respetivas depreciações do período, foram os seguintes:

AFT - QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO ANO										
Ativos Fijos Tangíveis	Quantia escriturada inicial	Variações no período								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural	9 604 313,17 €	1 377 099,30 €	3 206,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-1 222 541,66 €		-283 854,83 €	9 478 222,48 €
Terrenos e recursos naturais	906 557,77 €									906 557,77 €
Edifícios e outras construções	995 789,74 €	447,50 €					-59 949,49 €			936 287,75 €
Infraestruturas	6 696 177,73 €	1 240 551,84 €	615 638,85 €				-1 162 295,83 €		-283 854,83 €	7 106 217,76 €
Patrimônio histórico, artístico e cultural	90 414,08 €						-296,34 €			90 117,74 €
Outros										
Bens de domínio público em curso	915 373,85 €	136 099,96 €	-612 432,35 €							439 041,46 €
Ativos fixos em concessão										
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções										
Infraestruturas										
Patrimônio histórico, artístico e cultural										
Ativos fixos em concessão em curso										
Outros ativos fixos tangíveis	46 533 757,03 €	3 874 604,11 €	-4 155 453,85 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-1 129 193,57 €	0,00 €	-1 255 418,19 €	43 868 295,53 €
Terrenos e recursos naturais	8 805 150,03 €	990 793,95 €							-647 300,00 €	9 148 643,98 €
Edifícios e outras construções	25 519 618,47 €	979 760,57 €	1 921 585,32 €				-917 710,38 €		-563 506,00 €	26 939 747,98 €
Equipamento básico	822 084,97 €	78 520,96 €	-26 906,25 €				-121 854,57 €			751 849,11 €
Equipamento de transporte	28 229,49 €	225 949,94 €					-53 448,50 €		-44 612,19 €	156 118,74 €
Equipamento administrativo	159 175,13 €	10 105,81 €					-22 264,00 €			147 016,94 €
Equipamentos biológicos										
Outros	147 262,18 €	380,55 €					-13 916,12 €			133 726,61 €
Ativos fixos tangíveis em curso	11 052 232,76 €	1 589 092,33 €	-6 050 132,92 €							6 591 192,17 €
TOTAL	56 138 070,20 €	5 251 703,41 €	-4 152 247,35 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-2 351 735,23 €	0,00 €	-1 539 273,02 €	53 346 518,01 €

Quadro 5.2 – AFT – Quantia escriturada e variações do ano

Desagregação das adições - A desagregação das adições ocorridas no período consta do quadro seguinte:

AFT - DESAGREGAÇÃO DAS ADIÇÕES											
Ativos Fijos Tangíveis	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	herança, legado ou perdido a favor do estado	Doação, pagamento	Locação financeira	Fusão, dilação, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural		1 377 099,30 €									1 377 099,30 €
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções		447,50 €									447,50 €
Infraestruturas		1 240 551,84 €									998 159,79 €
Patrimônio histórico, artístico e cultural											
Outros											
Bens de domínio público em curso		136 099,96 €									136 099,96 €
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas											
Patrimônio histórico, artístico e cultural											
Ativos fixos em concessão em curso											
Outros ativos fixos tangíveis		2 652 954,49 €				1 221 649,62 €					3 874 604,11 €
Terrenos e recursos naturais		807 134,00 €				183 599,95 €					990 793,95 €
Edifícios e outras construções		19 373,70 €				960 386,87 €					979 760,57 €
Equipamento básico		78 520,96 €									78 520,96 €
Equipamento de transporte		148 287,14 €				77 662,80 €					225 949,94 €
Equipamento administrativo		10 105,81 €									10 105,81 €
Equipamentos biológicos											0,00 €
Outros		380,55 €									380,55 €
Ativos fixos tangíveis em curso		1 589 092,33 €				1 221 649,62 €					1 589 092,33 €
TOTAL	0,00 €	4 030 653,79 €				1 221 649,62 €					5 251 703,41 €

Quadro 5.2A – AFT – Desagregação das Adições

Desagregação das diminuições - No seguinte quadro, encontram-se as diminuições do período:

AFT - DESAGREGAÇÃO DAS DIMINUIÇÕES						
Ativos Fixos Tangíveis	Diminuições					
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural		-283 854,83 €				-283 854,83 €
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas		-283 854,83 €				-283 854,83 €
Patrimônio histórico, artístico e cultural						
Outros						
Bens de domínio público em curso						
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Patrimônio histórico, artístico e cultural						
Ativos fixos em concessão em curso						
Outros ativos fixos tangíveis	-48 477,69 €	-471 700,00 €			-735 240,50 €	-1 255 418,19 €
Terrenos e recursos naturais	-30 100,00 €	-471 700,00 €			-145 500,00 €	-647 300,00 €
Edifícios e outras construções	-18 377,69 €				-545 128,31 €	-563 506,00 €
Equipamento básico						
Equipamento de transporte					-44 612,19 €	-44 612,19 €
Equipamento administrativo						
Equipamentos biológicos						
Outros						
Ativos fixos tangíveis em curso						
TOTAL	-48 477,69 €	-755 554,83 €			-735 240,50 €	-1 539 273,02 €

Nota 6 — Locações

6.1 – Locações Financeiras

Não aplicável

6.2 – Locações operacionais

Bens locados (1)	valor do contrato (2)	Pagamentos efetuados acumulados (3)				Futuros pagamentos mínimos do locatário (4)				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos (5)
		Período		Acumulado						
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Até 1 ano	entre 1 e 5 anos	superior a 5 anos	total	
Aluguer de máquinas fotocopadoras	92 124,54 €	36 860,64 €		10 233,60 €		30 708,24 €	14 322,06 €		92 124,54 €	
Aluguer de filmes	78 031,20 €	23 290,05 €		1 599,00 €		53 142,15 €			78 031,20 €	

Quadro 6.2 – Locações Operacionais - Locatário

6.3 – Locações financeiras – locadores

Não aplicável

6.4 – Locações operacionais – Locadores

O Município auferir rendas de habitação e comerciais, para além da concessão referida na Nota 4.

Nota 7 — Financiamentos obtidos

Tendo em vista dar cumprimento ao exigido no ponto 7.1 do anexo à NCP 1, consta na secção – **Documentos específicos para a Administração Local**, informação sobre os empréstimos obtidos, sobre os quais o Município não capitalizou juros, no exercício de 2024 (Modelo 18 – Tribunal de Contas).

Nota 8 — Propriedades de investimento

Não aplicável

Nota 9 — Imparidade de ativos

Para divulgar informação acerca da forma como foi apurada a quantia recuperável dos ativos pode ser desenvolvido o quadro seguinte:

Quadro 9.1 - Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa						
Ativo	Natureza	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia recuperável	Modelo utilizado	
					Justo Valor	Valor de uso
Cientes, contribuintes e utentes		169 567,90 €	169 567,90 €	- €		
Outros devedores		181 137,02 €	181 137,02 €	- €		
TOTAL		350 704,92 €	350 704,92 €	- €		

Quadro 9.1 – Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa

A perda por imparidade de dívidas a receber foi reforçada em 2024 no valor de 7.180,35€.

Nota 10 — Inventários

O Município não apresenta inventário, tendo em conta que, nos termos da portaria nº189/2016 respeitante às normas de enquadramento do plano de contas multidimensional (PCM) do SNC-AP, nomeadamente no que respeita à classe 3 – Inventários, verifica-se que os bens consumíveis são apresentados em “diferimentos”, no balanço.

As divulgações exigidas no ponto 10.1 do Anexo podem ser resumidas nos Quadros 10.1 e 10.2 seguintes:

Rubrica	Quantia Bruta	Imparidade Acumuladas	Quantia Recuperável
Mercadorias			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	62 710,70 €	28 093,20 €	34 617,50 €
Produtos acabados e intermédios			
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
Produtos e trabalhos em curso			
Total	62 710,70 €	28 093,20 €	34 617,50 €

Quadro 10.1 - Inventários

Rubrica	Quantia esckturada inicial	Movimentos do período							Quantia esckturada final
		Compras liquidas	Consumos/g astos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
Mercadorias									
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	96 241,22 €	627 916,01 €	661 446,53 €		28 093,20 €				34 617,50 €
Produtos acabados e intermédios									
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									
Produtos e trabalhos em curso									
Total	96 241,22 €	627 916,01 €	661 446,53 €		28 093,20 €				34 617,50 €

Quadro 10.2 – Inventários: Movimentos do Período

Nota 11 – Agricultura

Não aplicável

Nota 12 – Contratos de construção

Não aplicável

Nota 13 — Rendimento de transações com contraprestação

As notas têm por objetivo prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento. O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. De seguida apresenta-se quadro com informação relativa a tais rendimentos.

RENDIMENTOS COM CONTRAPRESTAÇÃO (Q.13.1)	
Tipo de transação com contraprestação	Rendimento do período reconhecido
Prestação de serviços	2 622 629,06 €
Saneamento	
Resíduos Sólidos	945 203,65 €
Transportes Coletivos de Pessoas e Mercadorias	211 900,80 €
Trabalhos por Conta de Particulares	
Cemitérios	12 540,94 €
Parques de Estacionamento	
Serviços Sociais	149 630,28 €
Serviços Culturais	310 058,32 €
Serviços Culturais	127 474,00 €
Serviços Desporto	113 663,16 €
Serviços Recreativos	68 921,16 €
Vistorias e ensaios	
Aluguer de equipamentos	
Outros serviços	993 295,07 €
Outros serviços	94 190,52 €
Outros	
Arrendamento	899 104,55 €
Venda de bens	71,04 €
Água	
Outras mercadorias	
Outras mercadorias	
Habitação Social	
Saneamento	
Produtos acabados e intermédios	71,04 €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	
Juros	3 026,90 €
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	3 026,90 €
Juros obtidos	
Dividendos obtidos	
Outros rendimentos similares	3 026,90 €
Royalties	
Dividendos ou distribuições similares	
Outros	2 722 671,08 €
Ganhos em inventários	
Alienações Ativos fixos tangíveis	18 200,00 €
Sinistros	
Outros rendimentos	2 704 471,08 €
Outros rendimentos	
Correções relativas a períodos anteriores	573 143,56 €
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	1 908 236,70 €
Outros não especificados	106 539,47 €
Outros rendimentos suplementares	116 551,35 €
TOTAL	5 348 398,08 €

ar
F.1
P
li.

Nota - 14 — Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências.

Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos. De seguida apresentam-se quadros com informação relativa a tais rendimentos.

RENDIMENTOS SEM CONTRAPRESTAÇÃO (Q.14.1)					
Tipo de transação sem contraprestação	Rendimento do período reconhecido em		Rendimento do período reconhecido e		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período	
Impostos diretos	2 134 565,40 €				
Derrama	296 262,70 €				
Imposto municipal sobre imóveis	1 459 511,68 €				
Imposto único de circulação	378 791,02 €				
Outros					
Impostos indiretos	882 804,97 €				
Loteamentos e Obras					
Ocupação da Via Pública	5 057,68 €				
Publicidade	7 403,56 €				
Saneamento					
Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP)					
Imposto sobre o Ruído					
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	819 016,41 €				
Outros					
Mercados e Feiras	51 327,32 €				
Outros					
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de					
Taxas	184 307,18 €				
Mercados e feiras	14 729,12 €				
Loteamentos e obras	87 796,13 €				
Ocupação da via pública	46 849,66 €				
Saneamento					
Licença sobre o ruído					
Outras	35 068,69 €				
Outras	111,57 €				
Taxa municipal de direitos de passagem	-247,99 €				
Multas e outras penalidades	4 050,25 €				
Juros de mora	351,30 €				
Coimas e penalidades por contraordenações					
Outras multas e penalidades	2 631,38 €				
Multas e coimas por infrações ao Código da Estrada e legislação	1 067,57 €				
Transferências sem condição	13 021 758,27 €				
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	7 247 054,00 €				
Fundo Social Municipal (FSM)	384 648,00 €				
Participação no IRS	581 940,00 €				
Administração Regional					
Segurança Social					
Transferências de competências - Lei n.º 50/2018	3 618 583,00 €				
Participação do IVA	157 468,97 €				
Outras	205 723,94 €				
Artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013	826 340,36 €				
Transferências com condição	22 252,33 €				
Serviços e Fundos Autónomos	104,55 €				
FEDER	2 147,78 €				
Outras entidades	20 000,00 €				
Subsídios sem condição	26 726,18 €				
Subsídios com condição					
Legados, ofertas e doações					
Outros					
TOTAL	16 276 464,58 €				

Nota - 15 — Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

15.1— Provisões

O valor relevado na conta de provisões para processos judiciais em curso, refere-se aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, cuja informação consta no quadro seguinte.

Quadro 15.1 - Provisões
Anexo A.1 - Instrução 1/2019 do Tribunal de Contas

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial (1)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final (10)=(1)+(5)-(9)
		Reforços (2)	Aumentos da quantia descontada (3)	Outros aumentos (4)	Total aumentos (5)=(2)+(3)+(4)	Utilizações (6)	Reversões (7)	Outras diminuições (8)	Total diminuições (9)=(6)+(7)+(8)	
Impostos, contribuições e taxas Garantias a clientes	4 099 633,30 €	52 029,00 €			52 029,00 €					4 151 662,30 €
Processos judiciais em curso										
Acidentes de trabalho e doenças profissionais Matérias ambientais										
Contratos onerosos Reestruturação e reorganização										
Outras provisões										
Total	4 099 633,30 €	52 029,00 €	- €	- €	52 029,00 €		- €	- €	- €	4 151 662,30 €

Quadro 15.1 – Provisões

15.2 – Passivos Contingentes

A NCP15 determina a divulgação também dos passivos e ativos contingentes em notas explicativas às demonstrações financeiras, por forma a permitir a compreensão da sua natureza, oportunidade e quantia.

Ainda, a NCP15 caracteriza os ativos e passivos contingentes como aqueles que não são reconhecidos porque a sua existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos, não totalmente dentro do controlo da entidade.

A norma faz a distinção de Passivos contingentes — que não são reconhecidos como passivos porque são:

- (i) Obrigações possíveis, que carecem de confirmação se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço;
- (ii) Obrigações presentes, que não satisfazem os critérios de reconhecimento desta Norma, quer porque não é provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar a obrigação, quer porque não pode ser feita uma estimativa suficientemente fiável da quantia da obrigação.

Natureza/Descrição - Passivo	Estimativa do efeito financeiro	Momento possível do exfluxo
Processo nº 277/13.1BEMDL - Tribunal Administrativo de Mirandela	732 368,22 €	Indeterminavel
Processo nº 39/14.9BEMDL - Tribunal Administrativo de Mirandela	1 320 495,57 €	Indeterminavel
Processo nº 19/15.7BEMDL - Tribunal Administrativo de Mirandela	997 926,79 €	Indeterminavel
Processo nº 436/15.2BEMDL - Tribunal Administrativo de Mirandela	965 474,65 €	Indeterminavel
Processo nº 172/20.8BEMDL - Tribunal Administrativo de Mirandela	- €	Indeterminavel
Processo nº 168/20.0BEMDL - Tribunal Administrativo de Mirandela	- €	Indeterminavel
Processo nº 2/13.71TBCPRT - TAC Norte - Ministerio das Finanças	83 368,07 €	Indeterminavel
Processo nº 241/21.7BEMDL - Tribunal Administrativo de Mirandela	- €	Indeterminavel
Processo nº 193/22.6 BEMDL - Tribunal Administrativo de Mirandela	- €	Sentença Favorável
Processo nº 139/24.7 BEMDL - Tribunal Administrativo de Mirandela	52 029,00 €	Indeterminavel
Processo nº 209/24.1 BEMDL - Tribunal Administrativo de Mirandela	- €	Indeterminavel
Processo nº 385/24.3 BEMDL - Tribunal Administrativo de Mirandela	- €	Indeterminavel

Quadro 15.2 – Provisões

15.3 – Ativos contingentes

Os ativos contingentes surgem geralmente de acontecimentos não planeados ou inesperados que não estão totalmente sob o controlo da entidade e dão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço para a entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras porque isso poderia resultar no reconhecimento de rendimentos que poderão nunca ser realizados. Um ativo contingente deve ser divulgado quando seja provável um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço, sendo que os ativos contingentes devem ser avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos são apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras. Se se tornar praticamente certo de que um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço ocorrerá e o valor do ativo pode ser mensurado com fiabilidade, o ativo e o rendimento relacionado devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorre. Se se tornar provável um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço, a entidade deve divulgar um ativo contingente.

Natureza/Descrição - Ativo	Estimativa do efeito financeiro	Momento possível do influxo
CA - Contribuição Autárquica (impostos abolidos)	2 443,60 €	Indeterminável
IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis	329 683,33 €	Indeterminável
IMT - Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas	32 797,61 €	Indeterminável
IUC - Imposto Único de Circulação	163 667,64 €	Indeterminável
Total:	528 592,18 €	

Quadro 15.3 – Ativos Contingentes

O quadro supra é referente aos recebimentos em atraso, relativo a impostos municipais de anos anteriores, disponibilizados no Portal da Autoridade Tributária, no cumprimento do nº2, do artº17, do DL 127/2012, de 21 de junho.

Nota 16 – Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

Nota 17 —Acontecimentos após a data de relato

Quando ocorrem acontecimentos económicos entre a data de relato e a data em que as demonstrações financeiras são autorizadas para emissão, o Município avalia se estes acontecimentos dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras. Desta forma, quando houver evidência de que os mesmos já existiam à data de relato, estes acontecimentos serão ajustados nas demonstrações financeiras. Por outro lado, se não houver evidência que os acontecimentos já existiam à data de relato, mas que o Município tomou conhecimento dos mesmos até à data de autorização das demonstrações financeiras e têm dimensão material, estes são descritos nesta nota. Não são conhecidos à data quaisquer acontecimentos económicos com dimensão material nas Demonstrações Financeiras do período económico de 2024.

Nota 18 — Instrumentos financeiros

De acordo com a NCP18, a entidade deve divulgar em relação às políticas contabilísticas, as bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

18.1— Ativo

Conforme parágrafo 10 da NCP 18, os ativos financeiros são mensurados, no reconhecimento inicial, pelo

seu justo valor. No reconhecimento subsequente, podem continuar ao justo valor ou ao custo amortizado, conforme parágrafos 11 e 12, respetivamente.

Analizada a participação no capital de diversas entidades pelo Município do Peso da Régua, segue a relação das entidades cujos investimentos em capital se cifram numa participação inferior a 20%, e por este facto são tipificadas como investimentos financeiros que não são participações de capital em entidades controladas ou associadas. Considerando o exposto e apesar do valor da participação ser inferior a 20%, foram efetuados testes de imparidade onde se concluiu pelo aumento da participação do capital detido pelo Município, no entanto, considerando a percentagem da participação foi determinado que estes ativos manteriam a sua valoração ao custo de aquisição, sem ter sido objeto de qualquer imparidade, o que sucederia se dos testes efetuados resultasse uma redução do valor da fração do capital detido à data do relato pela autarquia.

Tendo em vista dar cumprimento às divulgações da informação referida nas notas 18.1, 18.2, foram elaborados os seguintes quadros:

Quadro 18.1 - Ativos Financeiros
Anexo A1 - Instrução 1/2019 do Tribunal de Contas

Rubricas	Quantia escriturada Inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia Escriturada Final
		Compras	Ganhos de Justo Valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidades	Outros	
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados										
Ativos financeiros detidos para negociação										
Participações financeiras - Justo valor										
41.4.1.9.2 - ADIN	6 622 001,00 €									6 622 001,00 €
41.4.1.9.3 - Águas do Norte, S.A.	467 528,00 €									467 528,00 €
Outros ativos financeiros										
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado										
Participações financeiras - custo										
41.4.1.1 - FAM - Fundo de Apoio Municipal	353 574,00 €									353 574,00 €
Outros ativos financeiros										
20.1 - Devedores p/transferências e subsídios	1 143 680,80 €				6 430 702,12 €					7 574 382,92 €
21 - Clientes contribuintes e utentes	159 711,76 €				35 068,14 €					194 799,90 €
27.8.9.1 - Outros devedores	237 890,85 €				780 242,09 €					1 018 132,95 €
Total	8 984 386,42 €	- €	- €	- €	7 246 032,35 €	- €	- €	- €	- €	16 230 418,77 €

Quadro 18.1 – Ativos Financeiros

Quadro 18.2 - Passivos Financeiros

Anexo A1 - Instrução 1/2019 do Tribunal de Contas

Rubricas	Quantia escriturada Inicial	Aumentos			Diminuições			Quantia Escriturada Final
		Aquisições	Ganhos de Justo Valor	Outros	Alienações	Perdas de Justo valor	Outras	
Passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados								
Passivos financeiros detidos para negociação								
Outros Passivos financeiros								
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado								
Outros Passivos financeiros								
22.1 - Fornecedores c/c	2 932 184,49 €						1 485 413,41 €	1 446 771,08 €
22.6 - Fornecedores c/c factoring	1 938 463,32 €			369 189,19 €				2 307 652,51 €
27.1.1 - Fornecedores de Investimento	1 290 447,47 €						71 334,50 €	1 219 112,97 €
27.1.6 - Fornecedores de Investimento factoring	0,00 €						0,00 €	0,00 €
27.7 - Cauções	414 380,53 €						10 950,39 €	403 430,14 €
27.8.9.2 - Outros credores	240 537,62 €			27 623,63 €				268 161,25 €
20.4.2.1. - Credores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis - De médio e longo prazo	76 352,16 €			71 442,93 €				147 795,09 €
20.4.2.2.02.9.2.01 - EQ BEI PT 2020	2 064 174,95 €			25 479,61 €				2 089 654,56 €
20.8.2.1.01.1 - Outros credores por transferências e subsídios	- €			67 238,81 €				67 238,81 €
25.1.1 - Financiamentos Obtidos - Instituições de crédito e sociedades financeiras - Empréstimos bancários								
25.1.1.1.1.01 - BPI	104 234,60 €						3 960,56 €	100 274,04 €
25.1.1.1.1.1.02 - Caixa Geral de Depósitos	89 408,65 €						12 086,21 €	77 322,44 €
25.1.1.1.1.1.04 - Caixa de Crédito Agrícola Mútuo	39 387,50 €			8 312,26 €				47 699,76 €
25.1.1.1.1.1.05 - Caixa de Crédito Agrícola Mútuo	385 372,35 €			20 235,04 €				405 607,39 €
25.1.1.1.1.2.01 - Caixa Geral de Depósitos	43 416,00 €			1 989,86 €				45 405,86 €
25.1.1.1.1.2.02 - Novo Banco	45 049,75 €			90,03 €				45 139,78 €
25.1.1.1.1.2.03 - Caixa de Crédito Agrícola Mútuo	81 915,35 €			1 175,46 €				83 090,81 €
25.1.1.2.2.1.01 - BPI	525 685,08 €						100 274,04 €	425 411,04 €
25.1.1.2.2.1.02 - Caixa Geral de Depósitos	211 662,44 €						77 402,42 €	134 260,02 €
25.1.1.2.2.1.04 - Caixa de Crédito Agrícola Mútuo	7 917 060,90 €						437 894,45 €	7 479 166,45 €
25.1.1.2.2.1.2.01 - Caixa Geral de Depósitos	102 103,59 €						45 458,64 €	56 644,95 €
25.1.1.2.2.1.2.02 - Novo Banco	151 440,18 €						44 558,18 €	106 882,00 €
25.1.1.2.2.1.2.03 - Caixa de Crédito Agrícola Mútuo	1 629 087,06 €						83 165,38 €	1 545 921,68 €
Total	20 282 363,99 €	- €	- €	592 776,82 €	- €	- €	2 372 498,18 €	18 502 642,63 €

Quadro 18.2 – Passivos Financeiros

Nota 19 — Benefícios dos empregados

A 31/12/2024 o Município regista 327 trabalhadores ao serviço.

Pelo quadro infra verifica-se um aumento de 2,89%, resultante dos aumentos salariais para a função pública, as legais promoções e progressões nas respetivas carreiras e, bem assim, a assunção de encargos com recursos humanos, na sequência do processo de transferência de competências na área da ação social e saúde.

Encargos com pessoal	2024	2023	Δ 2023/2024
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	211 508,77 €	224 419,34 €	-5,75%
Remuneração base	3 707 019,50 €	3 507 173,00 €	5,70%
Subsídio de férias	701 556,75 €	703 857,16 €	-0,33%
Subsídio de refeição	419 402,00 €	400 858,38 €	4,63%
Ajudas de custo	5 686,58 €	5 435,20 €	4,63%
Trabalho extraordinário	262 808,17 €	207 068,77 €	26,92%
Gratificações variáveis ou eventuais	2 310,04 €	2 245,41 €	2,88%
Abono para falhas	9 320,91 €	9 420,92 €	-1,06%
Outros abonos variáveis	37 803,28 €	33 363,93 €	13,31%
Caixa Geral de Aposentações	602 669,18 €	553 200,00 €	8,94%
Segurança Social - Regime Geral	601 848,67 €	557 581,81 €	7,94%
Acidentes no trabalho	113 745,61 €	63 880,91 €	78,06%
Despesas de Saúde	22 297,76 €	227 434,84 €	-90,20%
Outros	7 214,50 €	5 380,40 €	34,09%
Remunerações por doença	125 102,64 €	125 243,48 €	-0,11%
Subsídios de parentalidade	1 627,39 €	10 707,27 €	-84,80%
Subsídio familiar a crianças e jovens	7 089,58 €	6 084,56 €	16,52%
Outras prestações familiares	2 841,12 €	6 081,58 €	-53,28%
TOTAL	6 841 852,45 €	6 649 436,96 €	2,89%

Quadro 19.1 – Encargos com Pessoal

Nota 20 — Divulgações de partes relacionadas

Quadro 20.1 - Transações entre partes relacionadas

Entidade relacionada	Natureza do relacionamento	Transação			Saldo no fim do período
		Tipo	Quantia	% no total das transações	
Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico (APMCH)	Associação de Municípios	Quota	357,00 €	100%	- €
Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP)	Associação de Municípios de direito privado	Quota	- €	0,00%	5 450,34 €
Turismo do Porto e Norte de Portugal – PORTO E NORTE	Entidade Regional	Quota	1 500,00 €	100,00%	1 500,00 €
Associação de Municípios Portugueses do Vinho	Associação	Quota	1 000,00 €	100,00%	- €
Associação de Municípios do Vale do Douro Norte	Associação de Municípios	Comparticipação Financeira	94 438,19 €	--	49 760,54 €
Associação do Douro Histórico	Associação	Quota	1 500,00 €	100,00%	1 500,00 €
Associação Douro Alliance-Eixo Urbano do Douro	Associação	Comparticipação Financeira	20 000,00 €	100,00%	- €
Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos do Douro	Associação de Municípios sem fins lucrativos	Quota	- €	100,00%	12 000,00 €
Fundação Museu do Douro	Fundação sem fins lucrativos-com U.P.	Mecenato	75 000,00 €	95,79%	75 000,00 €
		Outros	3 300,00 €	4,21%	5 468,00 €
Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2	Associação de Municípios de direito público	Quota	1 200,00 €	100,00%	2 400,00 €
		Compra Passaportes	- €	0,00%	919,79 €
Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	Associação	--	- €	--	- €
Comunidade Intermunicipal do Douro (CIM Douro)	Associação de Municípios de Fins Múltiplos	Comparticipação Financeira	71 081,21 €	100,00%	27 029,45 €
		Quota	9 000,00 €	100,00%	- €
Federação Portuguesa do Caminho de Santiago	Associação	Quota	1 000,00 €	--	- €

Quadro 20.1 - Transações entre partes relacionadas

Designação da Entidade	Tipo de Entidade	Capital Social	Participação		Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2024
			Valor	Porcentagem		
Águas do Norte, S.A.	Sociedade Anónima	108 095 468,00 €	467 528,00 €	0,42%	467 528,00 €	467 528,00 €
Águas do Interior Norte, EIM, S.A.	Empresa Intermunicipal	30 398 050,00 €	4 422 500,00 €	16,29%	4 422 500,00 €	4 422 500,00 €
FAM - Fundo de Apoio Municipal	Fundo	417 857 175,00 €	353 574,00 €	0,08%	353 574,00 €	353 574,00 €

Quadro 20.2 - Participações Financeiras

Anexo A1 - Instrução 1/2019 do Tribunal de Contas

Nome	Situação na entidade	Remuneração líquida auferida	Outras remunerações e compensações para pessoas Chave da Gestão	Outras remunerações e compensações para membros próximos da família de pessoas Chave da Gestão
3 elementos do Executivo Municipal	Presidente e Vereadores em regime de permanência	127 529,55 €	27 438,72 €	- €

Quadro 20.3 – Pessoas Chave da Gestão

Nota 21 – Relato por segmentos

Nos termos do consagrado na NCP 25, “um segmento é uma atividade ou grupo de atividades distinguíveis de uma entidade relativamente às quais é apropriado relatar informação financeira separada com a finalidade de avaliar o desempenho passado da entidade para atingir os seus objetivos, e tomar decisões acerca da futura alocação de recursos”. As entidades públicas controlam recursos públicos significativos e operam para proporcionar uma grande variedade de bens e serviços aos cidadãos em diferentes regiões geográficas e em regiões com características socioeconómicas diferentes. Exige -se a estas entidades que usem esses recursos de forma eficiente e eficaz para atingirem os objetivos.

Considerando o parágrafo 8 da NCP 25, “Uma entidade deve identificar os seus segmentos separados de acordo com os requisitos do parágrafo 6” da Norma e deve apresentar informação acerca desses segmentos conforme previsto nas divulgações através de notas explicativas. O Município do Peso da Régua tem a sua área de atuação devidamente delimitada ao concelho, pelo que não cumprindo na íntegra as disposições do parágrafo 6 da NCP 25, tendemos a interpretar pela não aplicabilidade da nota à realidade desta entidade, antes aplicável a outras estruturas da Administração Pública que possuam, por exemplo, serviços municipalizados.

Nota - 22 — Interesses em Outras entidades

Divulgado na nota 18

Nota 23 – Outras Divulgações

Fornecimentos e serviços externos	2023	2024	Δ 2023/2024
Serviços de transporte	194 560,91 €	83 016,21 €	134,36%
Serviços de alojamento e de restauração	365 244,77 €	170 713,10 €	113,95%
Serviços de fornecimento de água	178 477,45 €	263 368,20 €	-32,23%
Serviços de recolha e tratamento de resíduos sólidos e urbanos	1 125 729,25 €	295 899,43 €	280,44%
Sinalização e trânsito	885,61 €	0,00 €	0,00%
Limpeza de Instalações	13 316,09 €	130 218,52 €	-89,77%
Serviços em Caminhos	9 488,40 €	0,00 €	0,00%
Outros	466 318,36 €	376 577,41 €	23,83%
Trabalhos especializados	627 586,72 €	527 677,28 €	18,93%
Publicidade, comunicação e imagem	40 062,79 €	333 289,57 €	-87,98%
Comissões	64 440,16 €	63 227,93 €	1,92%
Consevação e reparação	83 220,00 €	123 099,26 €	-32,40%
Outros serviços especializados	651 094,92 €	580 115,74 €	12,24%
Materiais de consumo	121 664,80 €	103 221,83 €	17,87%
Energia e fluídos	1 054 014,33 €	1 254 555,63 €	-15,99%
Deslocações, estadas e transportes	4 730,51 €	4 356,39 €	8,59%
Rendas e alugueres	407 996,76 €	108 737,67 €	275,21%
Comunicação	79 232,24 €	78 394,15 €	1,07%
Seguros	56 406,85 €	90 271,11 €	-37,51%
Despesas de representação dos serviços	2 661,00 €	8 116,23 €	-67,21%
Outros serviços	537 553,07 €	879 601,48 €	-38,89%
TOTAL	6 084 684,99 €	5 474 457,14 €	11,15%

Quadro 23 – Decomposição de Fornecimentos e Serviços Externos

22.4 – Outras divulgações

Não existem dívidas ao “Estado e outros entes públicos” em situação de mora.

Relativamente à aplicabilidade da NCP 27:

A SNC-AP veio estabelecer a base para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão nas Administrações Públicas, definindo os requisitos gerais para a sua apresentação, dando orientações para sua estrutura e desenvolvimento e prevendo requisitos mínimos para o seu conteúdo e divulgação. Esta contabilidade deverá facultar informação mais completa, o sistema passa a determinar, além dos custos, também os proveitos e resultados, possibilitando obter indicadores e analisar os desvios para acompanhar e controlar a gestão dos projetos. No entanto, a aplicação da NCP no Município do Peso da Régua ainda se encontra em fase de implementação, sendo que a informação que é possível obter da Contabilidade de Gestão é o balancete por analítica, pelo que não nos permite ainda apresentar no relatório de gestão de 2024 o previsto §34 da NCP27.

Trabalhos para a própria entidade: Não se registaram trabalhos para a própria entidade no exercício de 2024.

Bens de Imobilizado com valor zero a 31/12/2024:

Segue lista de bens em anexo.

Bens de imobilizado em processo de registo na Conservatória do registo Predial: Encontram-se os serviços municipais competentes a desenvolver procedimentos atinentes à produção de informação

sistematizada sobre todos os bens passíveis de registo predial, não tendo sido possível, à data de 31/12/2024, reunir a totalidade de tais elementos.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]
E.I.
u.